

A ETERNA PREDESTINAÇÃO

Informações iniciais

A predestinação para ministérios, ofícios e salvação é fato bíblicamente inegável. Por meio de interpretações preconcebidas e exegeses parciais de tópicos bíblicos tem-se contestado a doutrina da eleição eterna. Porém, não compreender os desígnios do Deus soberano é uma coisa; negá-los é outra. O homem precisa, olhando para si mesmo, verificar o seu estado de criatura finita e limitada diante de um Criador onipotente, onisciente, onividente, eterno, santíssimo e imutável. Assim, com humildade e submissão às Escrituras; ao seu Autor final; ao Revelador do Pai, nosso Senhor Jesus Cristo, escrevi estas páginas, e espero que, com o mesmo espírito, ela seja lida. Procurei ser prático na exposição, e bíblico na fundamentação. Espero que ela seja uma bênção na sua vida e na vida de sua comunidade.

NOSSO OBJETIVO.

Não temos por objetivo a apresentação da discutidíssima doutrina da predestinação em si mesma, exaustivamente estudada por consagrados e respeitáveis teólogos. Nosso alvo pretendido é a sua exposição o mais diretamente possível, simples e prática. Almejamos demonstrar-lhe a biblicidade, a confessionalidade e, ao mesmo tempo, indicar a influência e a penetração, cada vez maiores, do seu oposto, o arminianismo, na missiologia, principalmente, e na liturgia de nossas igrejas. A aplicação da doutrina interessa-nos mais que sua explanação detalhadamente técnica. Esperamos ter conseguido nosso intento.

Continuamos calvinistas na confissão formal de fé, mas estamos, com aceleração incrível, abraçando o arminianismo nas prédicas evangelísticas, em alguns cânticos hinológicos apelativos tradicionais, e em grande parte da hinologia popular das generalizadas “Equipes de Louvor”, especialmente onde as comunidades tendem ao pentecostismo ou já são carismáticas, nas quais o ministério pastoral é menos reformado e pouco cuidadoso, doutrinariamente falando. Para alguns ministros, “o zelo da Casa de Deus” não é prioritário, mas a satisfação do “auditório”, a alegria do ouvinte, o número de “decididos” por Cristo. Cremos que esse quadro seja humanamente irreversível. O destino da Igreja, no entanto, pertence ao seu Salvador e Senhor, nosso Mestre insubstituível: Jesus Cristo.

Para melhor entendimento e maior clareza, evitamos as abordagens apologéticas, os significados terminológicos, as rebuscadas definições, as controvérsias insossas.

Procuramos ilustrar, com exemplos práticos, na medida do possível, o livre arbítrio e a eleição.

É expectativa e desejo ardente do autor que o leitor compreenda seu propósito e entenda, com mais nitidez, dando crédito à revelação, à maravilhosa doutrina da predestinação, pois ela é fundamental na expressão efetiva de nosso comportamento cristão. Quem realmente deseja apreender a vontade de Deus para sua vida e a ela submeter-se, não a busca na razão, mas na palavra revelada de Deus, as Escrituras Sagradas, revelação do Criador e Redentor e manifestação de sua vontade aos seus escolhidos. Somente o ouvido, o coração e a mente do eleito, respectivamente, ouve, compreende e acolhe com amor a vontade de Deus expressa na Bíblia.

LIBERDADE DO HOMEM

As questões levantadas ao longo dos tempos por eminentes teólogos e respeitáveis concílios sobre a “liberdade do homem” podem ser resumidas assim:

>O homem é absolutamente livre para escolher o bem e o mal, Deus e Satanás, Salvação e perdição.

>O homem não é livre para escolher nada, porque é escravo incondicional da divindade da qual é apenas mordomo neste mundo; sua vida e seus atos são controlados pelo seu Criador e Senhor.

>O homem é relativamente livre; tem liberdade de escolher aquilo que seja inerente à sua natureza, à sua expressividade natural. Ele possui uma liberdade de obrigação essencial e original, inclusive para acolher ou repudiar o bem físico, o bem moral e o bem espiritual.

>O homem não é livre para escolher o seu destino eterno, com direito de opção entre Deus e Satanás, entre salvação e perdição; tal escolha está condicionada à eleição eterna, porque Deus, desde toda eternidade, predestinou uns para a vida eterna e outros para a perdição eterna.

>O homem não é livre somente nas questões eletivas, soteriológicas e escatológicas, isto é, não escolher ser objeto da graça, ser salvo e destinar-se à vida eterna.

As proposições acima serão discutidas no presente trabalho, mais direcionado à praticidade doutrinária de nosso povo que à reflexão teológica dos eruditos.

Seletividade Prática: Direito sobre os seres inferiores.

Algumas pessoas estranham o fato de Deus ter escolhido uns para salvação e rejeitado outros. Os que assim pensam e procedem ainda não descobriram que são finitas, mortais, limitadíssimas, ínfimas criaturas diante da incomensurável grandeza e inimaginável soberania do augusto e supremo Criador do universo e do homem. Antes de qualquer juízo sobre os inquestionáveis atos de Deus, bom seria que ouvíssemos Isaías:

Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos os meus caminhos, diz o Senhor; porque assim como os céus são mais altos do a terra, assim são os meus caminhos mais altos que os vossos caminhos, e os meus pensamentos mais altos que os vossos pensamentos (Is 55.8,9).

Apesar da finitude, o homem é maior, infinitamente maior, que todos os seres vivos existentes em nosso planeta. Em decorrência da superioridade e por mandato divino (Gn 1.28), o homem é soberano sobre os animais, escolhendo uns para fins específicos, privilegiando-os, tratando-os diferenciadamente; destinando outros à morte. Numa exposição de gado em Governador Valadares, MG, vi touros, novilhos, novilhas e vacas tratados com imenso zelo e extremado carinho. Não muito longe dali, no abatedor, pude presenciar bovinos da mesma espécie e da mesma raça sendo abatidos impiedosamente, não se tendo o mínimo respeito à vida da vítima. O mesmo tratamento seletista e elitista se dá a todos os demais seres irracionais sobre cujas existências temos domínio absoluto e direito de vida e morte. Nunca se imaginou que o homem “é injusto” no exercício da prerrogativa de dispor, como lhe aprouver, das vidas inferiores, entregues ao seu comando. É claro que a relação *homem – animal* não pode ser comparada com a de *homem – Criador*, mas, dentro do limitado mundo animal, que é também o nosso, exercemos o “princípio da eleição” pelo fato de termos indiscutível direito de posse sobre os animais que preservamos ou eliminamos pela morte. Assim Deus, Senhor absoluto de nossas vidas, dispõe delas como bem lhe aprouver, não havendo nisso injustiça como não há, semelhantemente, quando, do mesmo lote, separamos um animal para reprodução, e destinamos outro ao abate. Há fazendas que se destinam ao gado leiteiro; há outras que só criam bovinos de “corte.” Esses já nascem destinados à morte, e são “preparados” para tal destino. Nós, portanto, no uso de nossa “soberania limitada”, elegemos para vida e escolhemos para a morte; e ninguém nos acusa de arbitrários e injustos. Por que então acusamos Deus, que tem infinitamente mais direito sobre nós que aquele que temos sobre as criaturas inferiores? Nosso Senhor

dispõe de cada um de nós neste mundo como lhe aprouver, para o papel preordenado de cada servo predestinado. Além da destinação para o serviço, ele destina também para a vida eterna os eleitos; e para a morte eterna os reprovados. A Bíblia fala, inconfundivelmente, desses dois destinos finais.

Direito de escolher sem injustiça.

Um homem, que procura um filho para doação, vai à maternidade, onde numerosos rejeitados existem para ser doados. Dentre todos, por seu livre direito de opção, escolhe um que, a partir do ato seletivo, seja o seu filho adotivo, com direito ao seu nome e à sua herança. Pergunta-se: esse pai foi injusto para com as demais crianças não preferidas e não escolhidas? Não. Mesmo que ele tivesse condição e poder de escolher todas, certamente não o faria, porque, não sendo dono de creche, e não escolhendo por obrigação caritativa, mas por amor seletivo, faria o mesmo que fez: escolher aquele de quem, por questões afetivas e psicológicas inexplicáveis, afeiçoou-se, separou e privilegiou, por seu exclusivo beneplácito, com a bênção da filiação. Ele “escolhe” para o seu coração, para ser, por adoção, incluído no corpo familiar sob sua protetora e educadora paternidade. Não é isso, mudando o que deve ser mudado, o que Deus faz conosco?:

Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum. Pois ele diz a Moisés: Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia, e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer, ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia (Rm 9.14,15).

Pelo livre arbítrio natural, elegemos, para a morte ou para a vida, um ser inferior, sem dar-lhe o mínimo direito de opção. Deus, pela sua infinita misericórdia, incontestável e inescrutável soberania, elegeu-nos desde a eternidade para sermos seus filhos, herdeiros das divinas promessas. O que nos resta, a nós, tão ricamente abençoados, é a permanente gratidão ao nosso Pai celeste.

PREDESTINAÇÃO E ETERNIDADE.

Bendito o Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo, assim como nos escolheu nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de

Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que nele concedeu gratuitamente no Amado (Ef 1.3-6).

Porquanto, aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; aos que justificou, a esses também glorificou (Rm 8.29,30).

A predestinação, segundo as Escrituras e conforme nossos símbolos de fé, fez parte do plano da criação que, ao ser executado, o foi nos termos do decreto eterno. Em decorrência disso, não se pode falar de preordenação temporal, isto é, em um “momento”, num “ponto da eternidade, em que Deus “pensou” e “regulamentou” seu pensamento em “projeto” criacional. A expressão, “desde a eternidade,” significa: “eternamente”, pois estava na mente imutável do Deus eterno. Eis o que declara a Confissão de Fé de Westminster:

Desde a eternidade, Deus, pelo mui sábio e santo conselho de sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece”(CFW, cap. III, item 1).

Somos nominados “escolhidos”, mas este termo deve ser entendido à luz do decreto, projeto ou planejamento eterno do Criador de sua imensurável, complexa e humanamente indecifrável obra da criação. O onipotente e onisciente Deus trino, quando nada existia além e fora de si mesmo, isto é, sua mente, onde tudo que existe hoje e que virá existir no futuro encontra-se tão eternamente quanto a infinita existência do supremo Criador. Não podemos marcar um “ponto” na eternidade onde Deus teria “começado” a “pensar,” a “planejar” e a “executar” o projeto de um gigantesco e imensurável universo físico. Também não podemos, por falta de precisa informação revelada, detectar o momento exato em que Deus “inicia” a execução de sua inimaginável “planta geral” do cosmo e de seu inextricável projeto das ordens biofísica, vegetal e animal e, dentro desta, o homem, ser que transcende os limites da materialidade e da temporalidade em virtude de sua espiritualidade e conseqüente dimensão eterna, na qualidade e condição de imagem de Deus (Gn 1.26,27). Como eterno e imutável é o Criador, igualmente eterno e imutável é o seu decreto da criação. Deus não teve começo e também não “começou”, em um momento qualquer, “perdido” nos infintos tempos, o “plano” das coisas que vieram a existir por atos criadores; isto por que Deus, em decorrência de sua imutabilidade atributiva, não evolui. A idade do Eterno não pode ser cronometrada. Portanto, o decreto da criação geral não se circunscreve a um determinado “kairós” ao longo dos tempos precedentes ao surgimento do universo espiritual, do físico e do biofísico. O leitor

poderá, a esta altura, questionar: -Isto é irracional, nem sequer imaginável logicamente. – Não, o Deus eterno e a eternidade¹ de Deus não são irracionais, mas incogitáveis e incognoscíveis e, conseqüentemente, inextricáveis. O Rei universal é absoluto e eterno em seu ser e, portanto, imutável em seus decretos e ordenanças. A criatura finita e mortal, depravada pelo pecado incluso em sua essência e natureza, por criação e por queda extremamente limitada, está contingentemente inabilitada para entender-se a si mesma, compreender a misteriosa obra da criação e apreender completa e perfeitamente a divindade por via racional. Temos que nos colocar em nosso lugar de criaturas para aceitarmos o fato de que nosso Deus é inconoscível e, por isto mesmo, racionalmente inacessível ao homem finito:

Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura pode o objeto perguntar a quem o fez: por que me fizeste assim (Rm 9.20)? ”.

CONHECIMENTO RACIONAL.

Deus concede ao homem a capacidade e a possibilidade de conhecer, embora limitada e relativamente, o universo mediato e imediato gerenciado por Ele mediante leis físicas, químicas, matemáticas, biofísicas e sociais. Enquanto, porém, o conhecimento de Deus é universal, polivalente, perfeito e absoluto; o do homem restringe-se a pendores e dons específicos para “aprofundar-se,” sem atingir o fundo, em uma determinada e restrita área do imenso campo científico pesquisável. A soma das “especialidades” e dos “especialistas”, que não são muitos, constitui a “sabedoria” humana. Deus, no entanto, sendo ilimitado, conhece tudo absoluta, perfeita e completamente, pois todas as coisas, na ordem universal, com suas leis, foram criadas, estabelecidas e postas em movimento por Ele, quer tais movimentos sejam da dinâmica física e biofísica, quer da psicologia, sociologia e história. Deus é tudo em todos na pessoa do Filho unigênito:

Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda criação; pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, seja tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste(Cl 1.15-17).

A compreensão da eternidade conduz-nos ao entendimento de sua imensidade e, conseqüentemente, de sua absoluta soberania sobre a obra da criação tanto naquilo que se refere aos propósitos e objetivos originais, conseqüenciais e finais de cada coisa criada, como no que concerne ao governo e manutenção de tudo. Conhecendo a Deus, o ser

¹ Aion-aiona, J. Guhrt: Dic. Int. de Teologia do N. T.. Ed. Vida Nova, SP, 1983, 1ª Ed., vol. IV, pág. 559.

humano conhece-se a si mesmo, coloca-se em sua verdadeira posição de ser criado e, assim sendo, passa a entender a grandeza e complexidade do universo, a beleza e os mistérios da natureza, o milagre da criatura humana finita e frágil diante da imensurabilidade, santidade, perfeição, sabedoria e poder do indescritível Criador.

CONHECIMENTO REVELADO.

Nos campos geofísico, biofísico, químico, genético e sociocultural, o homem, ser inteligente, criado à imagem do Criador, tem habilidades intelectuais e racionais para desvendar e descobrir, via inquirição e pesquisa científicas, o que Deus lhe permite fazê-lo. A “imagem dei,” por outro lado, foi dotada pelo seu Senhor de criatividade e inventividade para, nas áreas artística e tecnológica, promover progressos extraordinários. O Criador realiza por seu mordomo, utilizando-se do “existente”, verdadeiros milagres científicos. A fronteira entre o físico empírico imanente e o espiritual transcendente o homem, por si mesmo, não é capaz de ultrapassar, pois fica muito além de sua capacidade e possibilidade de penetração racional. O que lhe é necessário à espiritualidade, à fé, ao entendimento do divino, Deus o revela. O que conhecemos do Deus supremo e soberano, o que devemos crer e o que nos compete fazer em obras e comportamento, ele nos deixou revelado conclusivamente em sua Palavra, as Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamentos.

DEUS BUSCA SEUS ELEITOS.

Paulo é o teólogo da justificação pela fé e, sem contradição, também o da predestinação. Ele nos esclarece a preordenação e o chamamento dos escolhidos:

Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou (Rm 8.29,30).

Movidos pelo impulso de desvendamento do desconhecido e pela necessidade de “segurança” quanto ao indesvendável e imprevisível porvir, os homens buscam deuses que não passam de ídolos. Alguns se submetem, psicologicamente, a tais divindades iconificadas, animadas ou inanimadas, concretas ou fictícias. Outros julgam-se qualificados e poderosos, capazes de manipular a divindade em benefício próprio e em proveito de outros, usando “instrumentos místicos” como: cartas, pedras, astros, supostos poderes mânticos, objetos bentos, “orações poderosas...” O deus que o homem descobre

para si mesmo não vai além do material e, sendo incapaz de ação e reação, limita-se ao “domínio” de seu “descobridor, sendo por ele manipulável para, imaginativamente, realizar sua interesseira vontade.

O Deus revelado, aquele que nos elegeu desde a eternidade, também nos vocacionou para ser imagens de seu Filho Jesus e, conseqüentemente, servos seus, predispostos à irrestrita submissão à sua soberana vontade. Somos chamados à salvação; salvos para servir ao Salvador.

CHAMADO GERAL E CHAMADO ESPECIAL.

Porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos(Mt 22.14).

O chamado geral ou externo pode ser recebido e atendido por muitos que, de uma maneira ou de outra, passam a fazer parte da igreja visível, mas não da invisível. Embora sejam movidos intelectual ou emocionalmente pela pregação da Palavra de Deus, não são regenerados, pois excluídos estão do rol dos eleitos. Israel foi chamado racialmente, isto é, na carne, mas nem todos os israelitas eram escolhidos:

E não pensemos que a Palavra de Deus haja falhado, porque nem todos os de Israel são de fato israelitas; nem por serem descendentes de Abraão são todos seus filhos; mas: em Isaque será chamada a tua descendência, isto é, estes filhos de Deus não são propriamente os da carne, mas devem ser considerados como descendência os filhos da promessa; porque a palavra da promessa é esta: Por esse tempo virei, e Sara terá um filho. E não ela somente, mas também Rebeca ao conceber de um só, Isaque, nosso pai. E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal (para que o propósito de Deus, quanto à eleição prevalecesse, não por obras, mas por aquele que chama), já lhe fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço; como está escrito: Amei Jacó, porém, me aborreci de Isau (Rm 9. 6-13 cf Mt 1.2,3).

O corpo visível dos eleitos, tanto na velha como na nova dispensação, contém, necessariamente, os escolhidos; pois todos os eleitos, chamados pela Palavra instrumentalizada pelo Espírito, regenerados pelo Filho de Deus, são não somente incluídos, mas também incorporados por inserção indissolúvel em Cristo Jesus. Os externamente chamados, por motivos pessoais, sociais e até religiosos, “aderem-se” ao corpo dos escolhidos, alguns como parasitas, outros como vermes que minam, corrompem e fragilizam o organismo eclesial essencial e verdadeiramente formado pelos preordenados do Pai e salvos pelo Filho. Paulo, para demonstrar que na sociedade dos chamados há eleitos e não eleitos, narra a história do nascimento de gêmeos: Isau e

Jacó, irmãos uni ou bivitelinos, da mesma raça dos vocacionados, mas Deus amou Jacó e se aborreceu de Isaú. A Igreja não é diferente: contém trigo e joio (Mt 13.24-30, 36-41) e, portanto, eleito e não eleito; e há igrejas com mais joio e menos trigo.

ADÃO, O ELEITO?

Para entendermos a criação, o papel e a queda de Adão, necessário se torna partir do pressuposto bíblico de que ele estava preordenado para ser o que foi e fazer o que fez, pois Deus não pode errar, fracassar ou construir obras sujeitas a falhas, passíveis de futuras correções. O augusto e supremo Criador e Rei do universo é infalível. Portanto, o pecado de Adão, para que dele surgissem gerações de réprobos e eleitos, ambas preordenadas, estava previsto em seu eterno decreto. Os protótipos dos reprovados e dos aceitos são os seus dois filhos: Caim e Abel com nítidos paralelos posteriores: Isaú e Jacó. Deus não improvisa. Tudo que existe, tudo que acontece, previsto e planejado estava pelo Criador desde a eternidade:

Lembra-vos das coisas passadas da antigüidade: que eu sou Deus, e não há outro, eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim; que desde o princípio anuncio o que há de acontecer e desde a antigüidade, as coisas que ainda não sucederam; que digo: o meu conselho permanecerá de pé, farei toda a minha vontade (Is 46.29,30).

As Escrituras não enfatizam os réprobos, pois sua mensagem destina-se aos eleitos, e estes o são desde a eternidade:

...Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1.4,5 cf Rm 8,29,30).

Duas premissas temos de admitir:

a- Se Adão estava nos eternos planos de Deus tanto para ser criado como proceder conforme procedeu, quanto para ser salvo, conclui-se que sua salvação, que se deu em Cristo Jesus, a Segunda Pessoa da Trindade, independeu de sua própria escolha, de sua fé pessoal. Eva, sua esposa, “tentadora,” que o levou a cair com ela, também constava da preordenação, porque nada foge às determinações divinas.

b- Se, por outro lado, os réprobos estavam no eterno plano propositivo de Deus, e a humanidade foi criada geracionalmente, a maneira de fazê-los emergir na história humana, foi por meio de um “eleito caído”, condicionado pré-eletivamente a ser o ancestral tanto de réprobos como de eleitos. Todos, escolhidos e rejeitados,

descendemos de Adão. A ordem preestabelecida por Deus do “natural ao espiritual” fica bem explicitada por Paulo:

Pois assim está escrito: O primeiro homem, Adão, foi feito alma vivente. O último Adão, porém, é espírito vivificante. Mas não é primeiro o espiritual, e sim, o natural; depois o espiritual. O primeiro homem, formado da terra, é terreno; o segundo homem é do céu. Como foi o primeiro homem, o terreno, tais são também os demais homens terrenos; e, como é o homem celestial, tais também os celestiais. E, assim como trouxemos a imagem do que é terreno, devemos trazer também a imagem do celestial (I Co 15.45-49).

Para falarmos de um *eterno plano de redenção*, não podemos pensar num tipo de “fracasso divino” imposto por um homem, em determinado tempo, num local específico. Assim fazendo, estaríamos admitindo o fato de que *Adão, simples criatura, não por sua bondade, mas por sua perversidade, teve poder de alterar a vontade e os propósitos originais de seu soberano Criador e Senhor*. Deus é imutável e perfeito; seus planos e suas obras são igualmente imutáveis e perfeitas em seus fins e objetivos.

Firmados no princípio de que o que existe e existiu, o que acontece e aconteceu não podem ser creditados ao acaso e, no que concerne à queda, ao homem, pois o Criador é, por natureza e essência, inerrante, perfeitíssimo, poderosíssimo e, conseqüentemente, infalível e imutável, temos de, em virtude da verdade revelada, deduzir que o pecado, a queda e o mal não entraram na história humana incidental e acidentalmente, mas são realidades previstas no decreto eterno de Deus cuja execução redundou na criação da ordem vigente. Adão, antes de pecar, tinha diante de si, potencialmente, a vida e a morte, o bem e o mal, prefigurados nas respectivas árvores inseridas no jardim do homem, isto é, em seu ambiente natural:

Do solo fez o Senhor Deus brotar toda sorte de árvores agradáveis à vista e boas para alimento; e também a árvore da vida no meio do jardim e a árvore do conhecimento do bem e do mal (Gn 2.9). E o Senhor Deus lhe deu esta ordem: De toda a árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás (Gn 2.16,17).

A vida, a morte e a queda estavam presentes, representativamente, nos símbolos arbóreos bem à frente do homem. E não se tratava de mera possibilidade; a consumação dos fatos representados mostraram a dura realidade ao homem primevo e, por meio dele, a nós, seus descendentes. O mal, pois, havia sido preconizado e inserido por Deus no pequeno Éden de nosso primeiro ancestral. A liberdade de Adão foi limitada pela ordem imperativa e irrevogável: *Da árvore do conhecimento do bem e do mal não*

comerás. Penalidade prevista: morrerás, no dia em que dela comeres. Adão, embora nunca tivesse presenciado um quadro de morte física ou espiritual, tinha a consciência, dada por Deus, de suas danosas conseqüências. Ele, antes da queda, *era capaz de não pecar*, mas com a *possibilidade de fazê-lo*. Pecou. Depois da queda, continuou pecando, porque perdeu a *capacidade de não pecar, e tornou-se incapaz de livrar-se do pecado*, fazendo-nos herdar uma condição pecaminosa humanamente inescapável. Todos podemos exclamar com o apóstolo Paulo:

Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e sim o que detesto. Ora, se faço o que não quero, consinto com a lei que é boa. Neste caso, quem faz isto já não sou eu, mas o pecado que habita em mim. Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne não habita bem nenhum, pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetua-lo. Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço. Mas, se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e sim o pecado que habita em mim (Rm 7.15-20).

Conclusivamente:

- a- Adão, antes da queda, não tinha pecado, mas estava consciente de sua possibilidade e malignidade pelo alerta divino, o testemunho interno do Espírito Santo e o mandamento pactual proibitivo e penalizante.
- b- Ele podia não pecar, mas trazia em si mesmo, na sua natureza, a possibilidade de pecar, e pecou.
- c- Em estado pecaminoso, perdeu o *poder de não pecar*, e adquiriu a fraqueza tendenciosa de *não mais deixar de pecar*.
- d- Sua vontade, antes da queda, pendia para Deus, não para si mesmo e para o mal; não, porém, suficientemente forte para sustentar a vontade original, pendente do Criador: cedeu à tentação, pecou.
- e- A sua queda possibilitou o surgimento da humanidade atual, composta de “eternamente eleitos” e “eternamente reprovados,” tudo conforme o decreto eterno do Criador.

Certamente a queda estava preordenada no decreto eterno de Deus, mas permissivamente. Deus a permitiu, contingenciando-a, deixando ao homem a livre agência responsável de efetivá-la, de tal modo que o Criador predeterminante não fosse o seu autor, isto é, não recaísse sobre ele a culpa do pecado:

Deus não é o autor do pecado; e até onde se pode dizer que ele endurece. Está claramente escrito: Tu não és Deus que se agrada com a iniquidade. Aborreces a todos que praticam iniquidade. Tu destróis os que proferem mentira (Sl 5.4ss).

E de novo: Quando ele profere a mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira (Jo 8.44).

*Além disso, há em nós suficiente pecado e corrupção, não sendo necessário que Deus em nos infunda uma nova e ainda maior depravação. Quando, portanto, se diz nas Escrituras que Deus endurece, cega e entrega a uma disposição réproba de mente, deve-se entender que Deus o faz mediante um justo juízo, como um juiz vingador e justo. Finalmente, sempre que na Escritura se diz ou parece que Deus faz algo mal, não se diz, por isso, que o homem não pratique o mal, mas que Deus o permite e não o impede (grifo nosso), segundo o seu justo juízo, que poderia impedi-lo se o quisesse, ou porque ele transforma o mal do homem em bem, como fez no caso do pecado dos irmãos de José, ou porque ele próprio controla os pecados, para que não irrompam e grassem mais largamente do que convém. Agostinho escreve em seu **Enchiridion**: “De modo admirável e inexplicável não se fez além da sua vontade aquilo que contra a sua vontade faz. Pois não se faria, se ele não o permitisse. E, no entanto, ele não o permite contra a vontade, mas voluntariamente. O bom não permitiria que se fizesse o mal, a não ser que, sendo onipotente, pudesse do mal fazer o bem.” É isso o que ele diz:²*

Desde toda eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém, de modo que nem Deus é o autor do pecado (grifo nosso), nem violentada é a vontade da criatura, nem tirada a liberdade ou contingência das coisas secundárias, antes estabelecidas (CFW, III,1).

ADÃO E O LIVRE ARBÍTRIO.

Tem-se afirmado que o “único que possuiu livre arbítrio foi Adão, antes de pecar.” Na verdade, o livre arbítrio ou a vontade livre, em sentido pleno, pertence a Deus, que não se submete a nenhuma força contingencial interna, por ser perfeito; e externa, por ser único, onipotente e onisciente. Adão, certamente, possuía uma vontade

² Segunda Confissão Helvética, 5.041, Livro de Confissões, Missão Presbiteriana do Brasil Central, 1ª Ed., 1969, SP. Na item 5.042, a referida Confissão diz: “Sabemos também que as coisas que se fazem não são más com respeito à providência, à vontade e ao poder de Deus, mas com respeito a Satanás e à nossa vontade que se opõe à vontade de Deus.” O conceito de mal, necessário e/ou desnecessariamente prejudicial, não prevalece à luz do decreto eterno de Deus e da providência.

voltada para o bem e para Deus, mas sujeita a contingências internas em virtude de sua natureza biofísica, em si mesma limitada, e pressões externas em decorrência de seus desejos apetitivos, volitivos e ideológicos. O mal, figurado numa árvore de seu jardim, estava diante dele, porta de entrada do maligno que, aproveitando-se da possibilidade de despertar o apetite seletivo, da vontade de sublimação do ego e do espírito de grandeza ou divinização, todos dormentes e potencializados no seu ser de homem primevo, tentou-o e, pela tentação, derrubou-o. Ora, o Diabo submeteu o Filho de Deus à tentação, mas não o destruiu, porque o livre arbítrio divino firma-se numa vontade firme, inabalável, indestrutível. O livre arbítrio de Adão, frágil por natureza, não se firmava numa sólida perseverança. Ele caiu porque não perseverou, o que demonstra a fraqueza da suposta “vontade livre”. Além do mais, não podemos isentar o primeiro homem das conseqüências da eleição eterna, limitante de sua livre decisão naquilo que se referia ao seu destino eterno. Adão foi, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, um indivíduo, inteiramente responsável por seus atos, e uma pessoa coletiva, iniciador da humanidade, de tal modo que seu comportamento, suas atitudes e sua maneira de relacionar-se com seu Criador seriam modelos ou padrões de seus descendentes. Cada ser humano repete o seu ancestral.

Deus colocou o “mal” no centro do Éden, confrontando-se com o “bem” com que objetivo? Cremos que com dois propósitos: Primeiro: testar a opção do primeiro homem, a sua capacidade e habilidade de escolha entre um e outro. Se no jardim de Adão não houvesse a desafiadora presença do “mal”, mas somente o “bem”, a possibilidade de pecar seria nula ou, no mínimo, reduzidíssima. Segundo: Provar que a fidelidade de seu primeiro e ainda incontaminado servo, verificando que, mesmo desafiado pelo mal, a sua obediência seria suficientemente forte para não desrespeitar o seu divino Senhor, desacatando-lhe uma ordenança.

LIMITAÇÃO DE ADÃO.

Adão, no estado anterior ao de pecado (não propriamente de inocência) não podia ser arminiano: salvar-se por sua própria vontade, por seu livre arbítrio, por seu poder e direito de opção entre o bem e o mal, entre o Criador e o tentador, entre o céu e o inferno. Ele, pelo fato de ainda não ter pecado, por continuar salvo por criação, preservação e providência, nada disso fazia dele exceção, um “merecedor” da salvação: A redenção é dom de Deus ao homem, uma graça imerecida a todos os escolhidos,

eleitos desde toda eternidade, sem exceção de qualquer ser humano preordenado, inclusive, e principalmente, por ser nosso ancestral originante:

...Segundo o poder de Deus, que nos salvou e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça, que nos foi dada em Cristo Jesus antes do tempos eternos (II Tm 1. 8b-9).

Entretanto, devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo Senhor, por isso: Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade, para o que também vos chamou mediante o nosso evangelho, para alcançar a glória de nosso Senhor Jesus Cristo (II Ts 2.13-14).

Fazer a salvação de Adão depender de sua “inocência,” a nosso ver, conduz-nos a dois equívocos doutrinários:

a- A salvação de Adão não seria “obra da graça”, mas de sua condição de “impecabilidade”, de seu “estado de inocência”, de sua “pureza moral”, de sua “imaculada” situação espiritual. Se assim cremos, temos de admitir uma “queda imprevista” por Deus e, conseqüentemente, uma “eleição circunstancial”, um “remendo” providencial seletivo “a posteriori”. Além do mais, negaremos, por um lado, a “imutabilidade de Deus” e, por outro, a “perfeição absoluta de sua obra.”

b- Adão teria sido criado salvo e, posteriormente, perdeu a salvação pela queda. Tal conceito nos levaria a três erros: Primeiro: alguém salvo pode perder a salvação. Um exemplo? Adão. Segundo: com ele teria caído a humanidade inteira, pois ele foi o “homem representativo”, o “ancestral corporativo” da raça humana. Terceiro: Ignoraríamos o “decreto eterno da eleição” e da “permissão da queda”, sustentando, contra Deus, que um “eternamente eleito” pode perder-se. O pecador eleito, embora caído em Adão, não “perdeu” a salvação, que lhe estava garantida em Cristo Jesus desde toda eternidade, pois ele é o portador e o executor de uma aliança eterna de redenção (Hb 13.20).

Pelas declarações da Palavra de Deus e pelos ensinamentos de nossos símbolos de fé (C.F. Westminster, C. Maior e B. Catecismo), a “salvação é pela graça, mediante a fé; e isto não vem de nós, é dom de Deus; não vem de nossas obras, para que não nos gloriemos”(Citação livre de Ef. 2.8,9). Para que o plano eterno de eleição e redenção se concretizasse na história da humanidade, Deus permitiu, no tempo da criação e no espaço geográfico de nosso ancestral, o ingresso do pecado no coração do homem (todos somos pecadores), delineando assim, por meio de linhas divisórias nítidas, as

intransponíveis fronteiras entre os eleitos e os réprobos e, futuramente, entre o céu e o inferno.

Limitação natural. Como ser humano, relacionando-se com o mundo exterior visível por meio dos sentidos, da percepção e dos sentimentos, todos governados, controlados e habilitados pelo cérebro e ajuizados pela razão, o nosso pai original, naturalmente, limitava-se, para relações diretas com a natureza, ao sensorial, pois foi criado como um ser sensorial, embora, em virtude do estado de impecabilidade, gozar de elevada sensibilidade, intuição e apreensão espiritual no relacionamento com Deus. Quanto à redenção, porém, Adão somente se contou no rol dos salvos, antes e depois da queda, e disso não duvidamos, por eterna eleição em Cristo Jesus. Fora de Cristo não existe salvo e não há salvação. O seu livre arbítrio não poderia interferir, de maneira alguma, no eterno propósito eletivo do Criador a seu respeito. Portanto, sua “livre vontade” subordinava-se, espiritualmente, ao decreto preordenador de Deus. Mas, além de sua subordinação, consciente ou não, à predeterminada e inalterável eleição, ele, como ser humano, tinha, anteriormente à queda, limitações naturais como:

a- **Restrição alimentar:** Dependência de alimentação para sobrevivência:

E disse Deus ainda: Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente; isso vos será para mantimento”(Gn 1. 29).

Aquele cuja vida dependa de alimentação, de água e de oxigênio, como foi o caso do primeiro homem, mesmo antes da queda, não pode dizer, em sentido pleno, que tem “livre arbítrio”, “livre agência” ou “vontade livre” para “depende-se exclusivamente de si mesmo”. Somente Deus é auto-dependente, ser absolutamente livre. Perguntamos: Se Adão, no uso de seu livre arbítrio, decidisse livremente não se alimentar, quebrando a norma vital implantada pelo seu Criador, ele continuaria saudável? Permaneceria vivo? A alimentação da qual vivia, antes de pecar, não lhe era fundamentalmente vital?

b- **Restrição do dever.** Adão, criado para ser mordomo de Deus, seu administrador geral (Gn 1. 26), mas também, colocado no jardim do Éden como “lavrador”, com incumbência de lavrar o solo para, certamente, aumentar e organizar a produção de seu próprio alimento:

...E não havia homem para lavrar o solo (Gn 2.5, in fine).

O imperativo do dever e a obediência que teria de prestar ao Dono exclusivo de todos os meios de produção, restringiam-lhe a vontade, pois um “servo”, apenas usuário

do meio em que vivia, tinha de, por força de ofício e condicionamento funcional, ser submisso e obediente ao seu Senhor. Não se pode atribuir, por injunção lógica, livre arbítrio, a um “servo” (doulos), mesmo que tenha como “patrão” o Criador e Senhor de todas as coisas.

c- **Restrição legal.** Adão não usou seu suposto “livre arbítrio” para impor deveres, obrigações e restrições a si mesmo: recebeu ordem externa do “Proprietário do Éden”, limitando seu direito de irrestrita disponibilidade de tudo, daquilo que podia e não podia apropriar-se:

E o Senhor Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gn 2. 16, 17).

A liberdade de alimentar-se das árvores do jardim frutífero e ornamental, que recebera de Deus, foi “consentida”, não “produzida” por sua livre iniciativa e escolha: *De toda árvore comerás livremente...* Ora, se Adão vivia sob condição restritiva, agindo sob direta ordenação divina, submetendo-se a regulamento externo, como falar de seu pleno “livre arbítrio?” Em grau superior ao nosso, que estamos submetidos ao desgaste da queda, ele possuía tanto “livre vontade” como “livre agência,” mas não absolutamente, como acontece com o Deus supremo e ilimitado.

d- **Restrição espacial.** Adão foi colocado num espaço demarcado pelo Criador, o Éden, jardim do homem. Os animais elegem e marcam seus territórios, onde predominam. Os seres humanos também são geograficamente distribuídos e adaptados, biologicamente, às circunstâncias locais. Ao homem primevo, porém, o Criador concedeu um ambiente espacial, específico e ideal, local em que “o material e o espiritual” não se conflitavam, um verdadeiro “templo,” onde a obrigação e o ato de “servir” significavam, e efetivamente eram, um culto a Deus. Ao pecar, perdeu tal privilégio, sendo expulso, sem retorno, do jardim (Gn 3.22-24). A restrição espacial limita, de certa maneira, a liberdade.

e- **Restrição conjugal:** *Disse mais o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea (Gn 2.18).*

Adão não teve livre iniciativa de reclamar a parceria de uma mulher, mesmo vendo as fêmeas dos animais, olhando para si mesmo e, comparativamente, percebendo que ele também, biologicamente, era um macho, dotado de aparelho reprodutor masculino, mas que não podia reproduzir, pois lhe faltava o complemento necessário, a

mulher. A sua necessidade biofísica, genética, e sua capacidade geracional multiplicativa e perpetuadora da espécie, para que ele pudesse “crescer e multiplicar”, segundo o texto, não foi percebida nem sentida por ele, mas pelo seu Criador, que, conforme o “plano da criação”, a humanidade não começaria por um homem só, sem o concurso da mulher, mas por meio de um casal sexualmente compatível: marido e mulher. Se Adão não possuía “sentimento sexual,” quando esteve sozinho, sua “vontade” impulsiva ou apetitiva de relação libidinoso igualmente não existia, e sua limitação fica patente. Se foi a “presença da mulher” que lhe despertou a libido, sendo ele, antes dela, sexualmente neutro, então o “verdadeiro homem”, com “livre arbítrio” próprio, somente aconteceu com a inclusão da mulher em sua vida, quando ambos passaram a ser “uma só carne”. Porém, ao tornar-se completo na unidade conjugal, sua “liberdade da vontade” foi quebrada por interferência da esposa:

Perguntou-lhe Deus: Quem te fez saber que estavas nu? Comeste da árvore que te ordenei que não comesses? Então, disse o homem: A mulher que me deste por esposa, ela me deu da árvore, e eu comi (Gn 3. 11,12).

Ora, se Adão “tinha a sua vontade orientada para Deus”, mas com propensão ao pecado, isto é, um desobediente potencial, melhor seria, focalizando apenas sua individualidade, que continuasse celibatário, livre de influências externas por meio de diálogos com semelhantes de ideologias e comportamentos diversos e até opostos aos seus.

Se a vontade de Adão voltava-se para Deus, mas sob o signo de “propensão” à queda, seu “livre arbítrio” era limitado pela presença potencial da “tendência” à rebelião pela desobediência.

f- **Restrição comunicativa.** Sem um ser externo, dotado de inteligência, capaz de intercambiar idéias, conceitos e preceitos, de propor soluções, de preconizar resultados, de despertar interesses, de suscitar cobiças, de provocar sentimentos amorosos, libidinosos e concupiscentes, certamente Adão não teria pecado, pois seu relacionamento restringir-se-ia à natureza, lateralmente, e a Deus, verticalmente. A presença do Diabo, comunicando-se com a mulher, e essa, com o marido, levou-os ao rompimento da comunhão com Deus. O pecado teve e tem um cunho fortemente social: A cobiça, que dá origem ao pecado (Tg 1. 14,15), é o desejo irreprimível de apossar-se do alheio, do que pertence ao outro, gerando o egocentrismo. Adão, de fato, não resistiu, ao ser submetido à prova do relacionamento horizontal com sua semelhante, a Eva. Ora, uma “vontade livre,” que não suporta o teste da comunicação tentadora, não pode,

rigorosamente falando, ser classifica de autêntico “livre arbítrio.” Se Adão tinha de ser isolado e protegido para não cair, seu “livre arbítrio” original era muito frágil e condicionado à proteção divina.

g- **Restrição da escolha racional:** *Então, disse o Senhor Deus: Eis que o homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal; assim que não estenda a mão, e tome também da árvore da vida, e coma, e viva eternamente. O Senhor Deus, por isso, o lançou fora do jardim do Éden, a fim de lavrar a terra de que fora tomado(Gn 3. 22,23).*

O homem, ao apropriar-se da árvore do conhecimento do bem e do mal, passou a incorporá-los à sua vida, ao seu ser, a benignidade e malignidade, afetando sua vontade, desejos, preferências e apetites; estabelecendo um conflito entre a “vontade livre” e a “livre agência”. Ora, o Deus trino, à luz do texto citado e de toda revelação bíblica, “conhece o bem e o mal,” mas tem “livre arbítrio” para escolher e praticar exclusivamente o bem, pois a sua essência e natureza não contêm absolutamente nada de perversidade. Entendo que o “livre arbítrio” em uma direção só, quer para restritiva preferência ao bem (por falta de conhecimento e apropriação do mal), como se diz que era a de Adão antes de pecar, quer aquela para exclusiva escolha do mal, como a que se atribui ao réprobo, não chega a ser “livre arbítrio” no sentido exata da expressão.

Um conhecimento restrito ao bem, sem o teste do contraditório, como era o de Adão antes de pecar, produz uma vontade limitada, condicionada a um tipo de consciência totalmente “isenta” ou “protegida” da influência maligna. No meu entendimento, “o poder de escolher uma única coisa” não pode ser “livre arbítrio” nem antes nem depois do pecado. Portanto, a conclusão é:

g.a- Antes de pecar, Adão não tinha “livre arbítrio” no sentido pleno da expressão, mas sua vontade, por ausência do mal em seu coração e em sua mente, era voltada, condicional e temporariamente, para o Criador e, conseqüentemente, para o bem moral e o bem espiritual. A impecabilidade foi, na perspectiva do decreto eterno da preordenação de eleitos e réprobos, componente finais da humanidade atual, um estágio preparatório.

g.b- Depois da queda, conhecendo o bem e o mal, ambos incorporados ao seu ser, a escolha do bem moral continua possível, mas fragilizada, porque a carne pende para o imoral, o depravado. Se, porém, estas duas forças opostas militam no homem, ambas condicionam seus sentimentos, propósitos, opções e ações.

g.c- O bem espiritual e a reconciliação com Deus tornaram-se impossíveis, pois o homem, em conseqüência da queda por rompimento do pacto com Deus, foi expulso da comunhão com o seu Criador e salvador, ficando a restauração dependente exclusivamente de Jesus Cristo, mas restritivamente aos eleitos. E creio que o primeiro

homem tenha sido o primeiro eleito, pois dele provieram todos os previamente escolhidos, inclusive o Eleito dos eleitos, o Filho de Deus, nosso Redentor, que foi concebido pelo Espírito Santo, mas sua mãe humana, Maria, foi gerada por meio de um homem.

Conclusivamente:

a- Existe um “livre arbítrio” real, verdadeiro e absoluto em Deus que, conhecendo o mal e o bem, podendo livremente optar por um ou por outro, não tendo qualquer poder limitante de sua augusta e imutável vontade, é inteiramente bom e pratica somente o bem. Este sim, é um “livre arbítrio” autêntico, porque subsiste e opera, enfrentando e vencendo os opostos contradizentes do império maligno.

b- Houve e há um “livre arbítrio” relativo nas criaturas sem pecado: os anjos e Adão, antes de pecar, mas um “livre arbítrio” dependente da misericordiosa proteção de Deus. Os anjos preservados da queda continuam e continuarão no mesmo estado; o homem caiu na pessoa corporativa e representativa de Adão, mas um “resto eleito” de sua descendência o Salvador tem preservado e preservará eternamente em Cristo Jesus.

d- As Escrituras indicam um “livre arbítrio” unilateral, escravo do mal e do pecado, voltado sistematicamente contra Deus e a benignidade e, por outro lado, direcionado, irreversivelmente, para a malignidade. Tal “livre arbítrio” para pecar, conforme sustentam Agostinho e Lutero, opera nas pessoas eternamente reprovadas.

e- Os anjos caídos possuem uma vontade (livre arbítrio?) radical e completamente depravada, totalmente despida de qualquer bem, exclusivamente capaz de engendrar e operar, com extrema perversidade, seus propósitos naturalmente malignos. Deus é a perfeição essencial, a santidade perfeita; Satanás é a malignidade absoluta, uma vontade disposta especificamente para rebeldia e oposição contra o Criador, a criação e os eleitos em Cristo.

Adão não estava compulsoriamente salvo no estado de impecabilidade, pois sua salvação não dependia de sua “suposta inocência”, mas da graça de Deus, que não o abandonou depois da queda. Também, sua liberdade natural ou livre agência preservadora era relativa em consequência das inúmeras limitações existenciais e legais. Por outro lado, o seu livre arbítrio de decisão sobre o seu destino eterno inexistia, em virtude do decreto eletivo, que certamente o incluía. Ele estava nas mãos de Deus, não nas suas próprias mãos.

LIVRE ARBÍTRIO NA CONFISSÃO DE WESTMINSTER.

Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade, que ele não é forçado para o bem ou para o mal, nem a isso é determinada por qualquer necessidade absoluta de sua natureza (Dt 30.19; Jo 7.17; Ap 22.17; Tg 1.14)³.

O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer fazer aquilo que é bom e agradável a Deus, mas mudavelmente, de sorte que pudesse cair dessa liberdade e poder (Gn 1.26; Gn 2.16,17; Gn 3.6; Ec 7.29)⁴.

*O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação; de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem e morto no pecado, é **incapaz de, pelo próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso** (**negrito nosso**) (Rm 5.6; Rm 8.7,8; Jo 15.5; Rm 3.9,12,23; Ef 2.5; Cl 2.13; Jo 6.44,65; I Co 2.14; Tt 3.3-5; Rm 8.8)⁵.*

Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta de sua natural escravidão ao pecado e, somente por sua graça, o habilita a querer e a fazer, com toda liberdade, o que é espiritualmente bom, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau (Cl 1.13; Jo 8.34,36; Fp 2.13; Rm 6.18,22; Gl 5.17; Rm 7.15,21-23; I Jo 1.8,10)⁶.

É no estado de glória que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só(I Jo 3.2; Ap 22.3,4; II Cr 6.36; I Jo 1.8-10; I Jo 2.1-6; Sl 17.15)⁷.

A Confissão de Fé de Westminster defende os seguintes conceitos preceituais da tradição calvinista histórica:

A- LIBERDADE NATURAL.

Esse tipo de liberdade é, na verdade, uma forma de “livre arbítrio” procedente da própria natureza humana e levado a efeito ou efetivado durante o curso normal, vital, social, psicológico e biologicamente expressivo do homem. Tal vontade não é forçada interna e externamente nem determinada por qualquer necessidade, pois o homem não é obrigado escolher, sem direito de opção, o bem ou o mal, sejam das ordens: natural, social ou moral. Para Jonathan Edwards, o homem, embora caído, é provido por Deus de capacidade natural e capacidade moral para exercer livre arbítrio nessas duas áreas.

³ Confissão de Fé de Westminster, cap. IX, item I.

⁴ Idem, cap. IX, item II.

⁵ Ibidem, cap. IX, item III.

⁶ Ibidem, cap IX, item IV,

Ele entende capacidade natural como o equipamento inerente ao homem de pensar, raciocinar, entender, criar, memorizar e julgar, no campo natural, o que é bom e o que é ruim. A capacidade moral, por outro lado, é aquela que habilita o homem ao exercício de atos morais conscientes e responsáveis.⁸ Na queda, o homem perdeu o livre arbítrio espiritual, mas conserva as liberdades natural e moral. Entendemos que, no âmbito de seu universo existencial, o homem pode escolher livremente algumas coisas reversíveis como: cortar o cabelo, vestir uma determinada roupa, fazer um viagem. Tais ações podem ser revertidas por decisões contrárias, durante o curso ou processo de execução, mesmo durante os efeitos causais. Cabe-lhe também o direito de efetuar, livremente, atos irreversíveis: Ingerir um veneno letal, atirar-se do vigésimo andar de um edifício, assassinar um semelhante. Os danos físicos e morais são irrecuperáveis e irrevogáveis. O seu arrependimento, por mais profundo e sincero que seja, não anulará as danosas conseqüências do veneno no seu organismo, não interromperá a queda livre, não devolverá a vida ao assassinado. Numerosas coisas temos o direito de escolher e concretizar a escolha, mas não temos poder de, se arrependidos, anular-lhe os efeitos consequenciais do que fizemos por livre iniciativa. Até no âmbito natural, em muitos casos, o “livre arbítrio” possui uma única direção: a da indicada pela ação praticada, sem qualquer reversibilidade. A vontade do homem, no entanto, no campo natural, é consideravelmente livre, ampla e necessária, podendo, por outro lado, ser-lhe prejudicial, quando exercida com insensatez e irracionalidade.

A queda, portanto, segundo a Confissão de Westminster, não anulou a vontade natural do homem, isto é, o seu “livre arbítrio” de escolher um bem ou um mal biofísico, social, psicológico e moral. Embora a Confissão diga que a vontade natural não é forçada nem condicionada; a vontade sobre limitações contingenciais consideráveis, impedindo-lhe a liberdade agencial: a vontade de ter asas para voar como um pássaro não pode ser efetivada. Um pobre pode ter vontade de ser rico, e não dispor de condições internas e externas para realizar tal desejo; um indouto pode almejar ser culto, mas a situação de pobreza alienante e seu grau de inteligência não o permitirem. Entre a vontade livre e a livre agência barreiras intransponíveis, não raro, interpõem-se impeditivamente.

⁷ Ibidem, cap. IX, tem V.

⁸ R.C. Sproul em Eleitos de Deus, Ed. Cultura Cristã, SP, 1ª Ed., pág. 53ss.

B- LIBERDADE INSTINTIVA.⁹

A liberdade instintiva do homem tem muitos pontos contativos com a sua liberdade natural. No animal, ela é inteiramente movida pelos instintos de alimentação, de sobrevivência, (ataque e defesa), de reprodução, de perpetuação da espécie. O princípio da seleção natural move os instintos reprodutivos: sempre os mais fortes, os mais sádios, os mais belos são preferidos no ato de reprodução. No ser humano isso aparece nas formas de “amor à primeira vista,” “paixão incontrolável,” atração física, sedução natural. O mesmo instinto que gera e libera a ação, também a restringe, bem como condiciona e limita a liberdade.

A cada espécie o Criador concedeu certa liberdade. A liberdade do pardal não é idêntica em extensão e poder à da águia; a do suíno não se assemelha à do leão. Cada ser natural goza de um tipo de liberdade, segundo a espécie, mas não ultrapassam tais limites, pois estão limitados às condições físicas próprias, ao meio ambiente, às disponibilidades alimentares, ao período de vida, às mudanças climáticas, aos inimigos microbiológicos, aos predadores naturais, às disputas sexuais, ao espaço geográfico seletivo (territórios marcados). O homem, embora controlado pela razão, participa, de algum modo, da mesma liberdade instintiva, e muitos de seus atos são verdadeiramente emanados de seus impulsos naturais, sensoriais: ataque, defesa, libido, concupiscência, marcação de território (residência) e subsistência. Como o Criador concedeu liberdade instintiva limitada e condicionada aos seres irracionais para garantir-lhes a sobrevivência, também permite ao homem semelhante “livre arbítrio” natural: espaço, tempo, meios e condições de realização vital. Cada homem é naturalmente livre dentro de seus próprios limites, à semelhança de todos os seres vivos. Tal liberdade, porém, sobre alterações impostas pela racionalidade individual e pela cultura social. O empregado de uma empresa não possui a mesma liberdade do empresário. O livre arbítrio natural, necessária ao homem para expressar-se com autenticidade na existência

⁹ É a liberdade animal, necessária à existência, da qual, em certo sentido, o homem também participa na qualidade de criatura integrada na ordem natural. Por não ser dotado de equipamento físico de domínio da presa alimentícia nem defesa contra seus predadores naturais, o homem desenvolveu instrumentos de caça, pesca e manuseio da terra, visando a produção de alimentos. As atitudes e ações livres, movidas, no entanto, por essas necessidades básicas, enquadram-se, em muitos sentidos, na “liberdade natural ” da qual o Criador o dotou. A conquista e a preservação levaram o homem ao exercício de sua vontade natural, à aquisição do saber, às invenções, à tecnologia.

biofísica e psicofísica, nenhuma relação tem com o “livre arbítrio” espiritual: o direito de decidir sobre sua relação com Deus, que não lhe pertence, mas é obra da graça em Cristo Jesus.

C- LIVRE ARBÍTRIO DE ADÃO, SEGUNDO A CFW.

O item 2 do capítulo 9 da CFW sustenta o princípio da “livre vontade” e “livre agência” do homem, no “estado de inocência,” para a concepção e execução do bem e realização da vontade de Deus. Como Adão conhecia o bem, isto é, tinha-o incorporado ao ser, à sua natureza, não imaginava nem concebia o que não emanava ou procedia de si mesmo. No seu cérebro não constava qualquer registro do mal ou arquivo maléfico; a sua alma não estava contaminada por informações contrárias ao bem e à fé em Deus; sua consciência era univalente: restritamente condicionada ao benéfico e à fidelidade ao Criador. Tudo isso, porém, a Confissão reconhece, não existia em caráter estável, permanente e irresistível, “mas mudavelmente, de sorte que pudesse cair dessa liberdade e poder.” A “mutabilidade” do “livre arbítrio” do primeiro homem constituía-se-lhe em permanente risco de queda, o que efetivamente aconteceu. O “vontade livre” de Adão, por ser mutável, era sem “garantia” por si mesmo. Ora, um “livre arbítrio” do qual o titular não tenha poder ou liberdade de garanti-lo, não pode ser classificado como “livre arbítrio” absoluto, mas relativo e restrito a um estado provisório do homem na história da criação e da redenção, segundo os eternos propósitos do Criador para a humanidade agora existente.

A Confissão fala de “estado de inocência;” eu prefiro a expressão: “estado de impecabilidade”, pois “inocência” implica “idade pré-racional.” Adão não poderia ter “livre arbítrio” despido de “consciência racional.” O poder da “vontade direcionada somente para Deus e o poder de fazer privativamente o bem” deveriam proceder de uma razão pura, solidamente espiritualizada. Deus criou o primeiro homem adulto, racional, consciente de si mesmo, ciente do meio em que vivia, dotado de “vontade livre”, de sentimento, de desejo, de capacidade cognoscitiva e poder volitivo; em suma: um ser adulto perfeito, não submetido ao processo de crescimento, à passagem pelas faixas etárias anteriores. A respeito de nosso ancestral primevo, responsável por seus atos, W.E. Best escreve:

Qual a causa da vontade de Adão e de sua autodeterminação? Ele foi criado em estado de retidão. A retidão é um estado mais elevado que o da inocência: “... Deus fez o homem reto, mas ele buscou muitas perversões”(Ec 7.29). Alguns se referem à retidão de Adão como

“justiça original;” outros a chamam de “justiça criada;” e alguns a classificam de “santidade.” A retidão de Adão foi, em certo sentido, tanto justiça como santidade, mas não absolutas. Tanto sua santidade ou retidão como sua justiça foram mutáveis, porque Deus não pode criar Deus. Qualquer coisa que Deus cria deve ser menos que o Criador¹⁰

Há os que sustentam que Adão foi criado em estado de equilíbrio, não pendente para o bem ou para o mal. A tese da “indiferença” do primeiro homem não somente o desqualifica como ser racional autêntico como o isenta de culpa do ato pecaminoso, que o levou à queda.¹¹

Sobre o alegado “estado de inocência”, o autor referido assim se pronuncia:

A inocência não descreve suficientemente a condição de retidão do primeiro homem. Sua retidão original consistiu de qualidades positivas. As suas qualidades positivas intelectuais, antes da queda, foram manifestadas em capacidade de dar nomes aos animais (Gn 2.20) e em companheirismo com o Criador (Gn 2. 15-25)¹².

Um ser com a racionalidade de Adão, capaz de produzir profunda declaração definidora e identificadora de sua esposa, não pode ser classificado de “inocente”, isto é, pré-racional, ingênuo ou infantil:

E disse o homem: Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne; chamar-se-á varoa (isha), porquanto do varão (ish) foi tomada (Gn 2,23).

A mutabilidade num inocente resulta de seu desenvolvimento físico, mental e psicológico; a mutabilidade potencial em ser adulto, racional, dá a ele, por um lado, senso imenso de responsabilidade e, por outro, culpa na dinamização do que nele se encontrava potencialmente, isto é, passagem do estado inerte ao estado dinâmico em forma de pecado consciente. Um inocente não pode assumir a culpa de seus atos inconscientes, mas um adulto, sim. Se uma criança comete assassinado, não quebra o sexto mandamento e, portanto, não peca, em virtude de sua inimputabilidade. O adulto, se matar alguém, ab-roga o preceito legal, cometendo pecado. Um “inocente” (suposto estado de Adão) não peca. Adão não era “um filho da ira” como nós; sua suposta inocência, neste caso, seria imaculada. Ele era adulto racional, responsável, portanto, pelos seus atos pelos seguintes motivos:

c.1- Foi criado à imagem de Deus, a criatura máxima, a obra prima do Criador, a coroa da criação:

¹⁰ W. E. Best em “La Libre Gracie En Contra Del Libre Albetrio”, com o título original de “Free Grace Versus Free Will”, W.E.Beste Book Missionary Trust, P.º Box 34904, Houston, Texas, USA, Ed de 1992, pág. 7.

¹¹ Idem, pág. 7, § 2.

¹² Ibidem, pag. 7/8.

Criou Deus, pois, o homem à sua, à imagem, à imagem de Deus o criou, homem e mulher os criou (Gn 1.27).

Não se imagina a “ímago Dei” sem maturidade, racionalidade, consciência, percepção, sensibilidade, livre iniciativa, criatividade e dom de liderança.

c.2- Foi colocado diante de imagens simbólicas e submetido a um regime legal, coisas incompreensíveis e inexecutáveis por uma pessoa despida de racionalidade, consciência, capacidade perceptiva e interpretativa:

E lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás(Gn 2.16,17).

c.3- Deus o colocou como seu mordomo, administrador da terra, responsabilidade que não se dá a um imaturo e inconsciente¹³:

E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra(Gn 2.28).

D- ESTADO DE TOTAL INABILIDADE.

A Confissão de Westminster sustenta, inquestionavelmente, a total inabilidade do homem para salvar-se a si mesmo:

O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu inteiramente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual. ...Morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso(CFW,IX, 3).

O ser humano, na pessoa de seu ancestral original, lançou-se, espontaneamente, no precipício profundíssimo e inescapável da depravação, e lá reproduziu semelhantes, igualmente nascidos no mesmo estado, fundo do abismo, inteiramente incapazes de escalam a rampa intransponível da perdição, retornando ao berço paterno do Pai celeste. Mas, dos que caíram, alguns estavam preordenados à salvação, à reconciliação com Deus por meio de Jesus Cristo. Esses foram, estão sendo, e serão “buscados” pelo Salvador, e exclusivamente por ele.

Eis aí a nossa declaração formal de fé. Há, porém, muitos que se dizem “reformados roxos,” mas praticam liturgia e missão diversas daquela na qual supostamente crêem e exibem confessionalmente: projetam e programam “conversões

¹³ Sobre Adão, consultar: a- Theological Dictionary of the Old Testament, vol. I, William B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, USA, 1997, pág. 75ss, especialmente o item III. É um excelente

de almas”, usam “metodologias de convencimento”, a si mesmos se definem ou são definidos como “conquistadores de almas para Jesus Cristo”, fazem “apelos” insistentes, ao término de seus sermões, para produzirem “decisões,” colocando-se no lugar do Espírito Santo como “convencedores” eficazes dos pecadores. Os hinos de evangelização, que cantam e ordenam à Igreja a cantá-los, em grande parte, são de teologia arminiana como, para exemplos:

d.a- Mais perto quero estar, meu Deus de ti,

Inda que seja a dor que me una a ti (Novo Cântico, 116, 1ª estrofe).

Neste hino apelativo, além do “querer” decisório do pecador, a “dor” é tida como poder capaz de conduzir o homem à união com Cristo. Aliás, há uma afirmação popular entre os evangélicos arminianos, que transforma o sofrimento em meio de salvação: *Quem não vem pelo amor, vem pela dor.*

d.b- A Jesus buscai primeiro,

Ao real, fiel Cordeiro,

Ao amigo verdadeiro:

Oh! Buscai-o! Sim, buscai (NC, 134, 3ª estrofe).

Deus é quem nos busca, “acha-nos” e nos salva em seu Filho. Ordenar ao pecador que busque a Jesus é negar abertamente a doutrina da graça, praticando, dentro de uma Igreja reformada, o arminianismo.

d.c- Quase induzido a crer em Jesus;

Quase induzido a andar na luz!

Pensas em replicar:

Quando tiver vagar,

Irei então buscar o Redentor (NC, 211, 1ª estrofe).

O pecador eleito não é “induzido” por quem quer que seja, mas conduzido pelo Espírito Santo ao Salvador; nem pode resistir ao chamado de Deus, realizado pela pregação das Escrituras.

d.d- Já ouvia falar dessa graça sem par,

Que do céu trouxe Cristo Jesus!

Mas eu surdo me fiz, converter-me não quis

Ao Senhor que por mim morreu na cruz (grifo nosso) (NC, 334, 2ª estrofe).

Nesta mensagem hinológica, o pecador a si mesmo se ensurdece e, ao mesmo tempo, toma a iniciativa de “não se converter”, pois a conversão, para o teólogo da letra, é uma opção do pecador, um ato de seu “livre arbítrio.” Pode um reformado professar semelhante doutrina?

Estes e outros hinos não são cantados somente por arminianos, próprios da teologia deles, mas por nós, reformados, que sustentamos o postulado bíblico da salvação exclusivamente pela graça mediada por Cristo Jesus, por meio da fé salvadora, dom de Deus; e adotamos a Confissão de Fé de Westminster, que estamos expondo, como fiel exposição doutrinária:

Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de igrejas, que adota como única regra de fé e prática as Escrituras Sagradas do Velho e do Novo Testamento, e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os catecismos Maior e Breve;...(CI/IPB, Cap. I, art. 1º).

Com a dualidade: ensino calvinista reformado, confessional; e hinologia missionária arminiana, fica muito difícil edificar e manter um cristianismo genuinamente reformado, firmado nos pressupostos confessionais da eleição incondicional e da graça irresistível. O saudoso Rev. Jáder Gomes Coelho costumava dizer: “Somos presbiterianos na confissão e arminianos na pregação.” Naquele tempo, década de cinquenta, época de implantação da Igreja no Sul do Espírito Santo, as pregações eram mais evangelísticas que doutrinárias.

E- LIVRE ARBÍTRIO DO REGENERADO.

O item IV do cap. IX da Confissão de Westminster declara que o eleito, quando regenerado, readquire o “livre arbítrio”. Repitamos o texto:

Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta de sua natural escravidão ao pecado e, somente por sua graça, o habilita a querer e a fazer com toda liberdade o que é espiritualmente bom, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção ainda existente nele, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.”

Destaquemos deste pronunciamento confessional:

e.a- **Deus é quem converte o pecador.**

Ao mensageiro cumpre anunciar a convincente Palavra de Deus, que “convence” somente o pecador, que Deus preordenou ao chamado. Quando se enche a Igreja com pessoas “convencidas” pelo pregador por meio de metodologias de comunicação e técnicas de convencimento, dentro dela o joio supera o trigo, e a comunidade vira palco de exposições sociais e litúrgicas, comércio de benesses religiosas, disputa de lideranças, de projeções pessoais, mercantilização hino-lógica; enquanto acontece o esvaziamento espiritual, quase sempre acompanhado de relaxamento moral. Anunciemos com dedicação e firmeza o Evangelho; deixemos o Espírito operar nos escolhidos a obra da conversão.

e.b- Deus é quem liberta o pecador.

Essa libertação ocorre naturalmente, operada no regenerado pelo Espírito Santo, que promove nele o crescimento espiritual. Fomos eleitos e chamados em Cristo para sermos santos e irrepreensíveis:

Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo para sermos santos e irrepreensíveis perante ele (Ef 1.4).

O arminiano, cuja salvação depende de seu esforço pessoal de purificação moral e beatífica, tem de, para alcançar a redenção e, alcançando-a, não perdê-la, lutar diária e tenazmente para “libertar-se” no mal interno e fugir do externo, o que não consegue jamais. O cristão reformado luta com igual tenacidade, não para libertar-se, mas porque foi liberto da morte e está sendo vitorioso, diariamente, do poder do pecado. A libertação transforma-o num lutador em favor do bem e contra o mal em si e nos outros.

e.c- Continuamos prejudicados pelo pecado.

A Confissão de Westminster fala de “corrupção ainda existente no homem,” levando-o a não pensar e não fazer exclusiva e corretamente o bem (CFW,IX,4). Embora regenerados, continuamos pecadores, condição que produz separação em nós entre o “querer” e o “realizar”. O estado de cada um, se honestamente nos examinarmos, enquadra-se no que o Espírito nos revela por meio de seu ministro, o apóstolo Paulo:

Porque a carne milita contra o Espírito, e o Espírito contra a carne, porque são opostos entre si: para que não façais o que porventura seja do vosso querer (Gl 5.17).

Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e, sim, o que detesto. Então, ao querer fazer o bem, encontro a lei de que o mal reside em mim. Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus; mas vejo nos meus

membros outra lei que, guerreando contra a lei de minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros (Rm 7.15, 21-23).

O pecado, mesmo na pessoa regenerada, deixa cicatrizes deformadoras. Qualquer paralelo do espiritual com o material é imperfeito, mas pode levar-nos ao melhor entendimento daquilo que transcende o visível e o perceptível intelectualmente. Ilustremos, pois, o conflito entre a “habilitação ao bem” pela regeneração e a “presença do pecado no regenerado”, conturbando-lhe e distorcendo-lhe as atitudes. Ilustremos com duas situações imaginárias, mas verossímeis:

a- Maria ofereceu-se como doadora de sangue. Não pode fazê-lo por que havia sofrido hepatite, há muitos anos. Estava “completamente” curada. Nenhum sintoma havia da doença, mas o seu organismo conservava os anticorpos da terrível enfermidade. Ela, em si mesma, estava imune dos vírus que haviam infestado seu organismo, mas podia transmiti-los a outros. Comparativamente, os pecados, original e fatuais, contaminaram nosso espírito, infectaram nossas mentes e nossa consciência. A regeneração livrou-nos deles, mas a sua “infestação” permanece, embora dominada, no fundo de nossas almas, na essência de nosso ser. Um regenerado, em virtude de suas fraquezas, pode cometer pecados e levar o semelhante a cometê-los.

b- João, nos tempos de "bandagem," trocando tiros com a polícia, perdeu uma das vistas. Converteu-se. Tornou-se uma pessoa consagradíssima, de ilibado caráter, de excelente testemunho cristão; um exemplar pai de família. Apesar da regeneração e conseqüente transformação moral, João continuou sem o olho esquerdo e, aleijado, agradecia a Deus sua libertação. Perguntaram-lhe, certa feita, como lidava com aquele defeito, resultado de seu passado pecaminoso. Ele, prontamente, respondeu: Sempre que percebo o meu defeito, marca do que fui, confesso os meus pecados e agradeço a Deus o que ele fez por mim e em mim. O pecado, igualmente, deixa cicatrizes inapagáveis na alma durante a presente existência, mas sempre que nos lembramos de que permanecemos pecadores, prorrompemo-nos em gratidão a Deus pela misericordiosa e graciosa redenção em Cristo Jesus.

e.d- O livre arbítrio de que fala a Confissão de Westminster no cap. IX, item 4, não é aquele negado no item III do mesmo capítulo, a de conquista da salvação, mas alude à “vontade limitada pelo pecado”, instalado no interior do salvo: a liberdade concedida pelo Espírito Santo para a efetivação do desejo de obediência ao Salvador, submissão à sua palavra, testemunho do Evangelho, confissão de pecados e adoração irrestrita e gozosa ao Deus trino. É, finalmente, a liberdade, gerada do desejo regenerado, de

praticar bens morais e espirituais que, agilizada pelo Espírito Santo, leva o servo de Cristo ao crescimento espiritual, à progressiva santificação, ao testemunho cristão autêntico e à comunicação do Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo pela pregação e pelo ensino.

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO LIVRE ARBÍTRIO.

A origem do “livre arbítrio” encontra-se na gênese do homem, um ser criado à imagem de seu supremo e soberano Criador. O princípio da eleição seletiva igualmente se reporta, do ponto de vista revelacional, às origens da humanidade e prossegue no curso da história da revelação, quando Deus aceita o culto de Abel e rejeita o de Caim; quando elege, para iluminação e conseqüente aceitação, a Noé e deixa a humanidade entregue à incredulidade; quando escolhe e chama Abraão, um desconhecido arameu, e o separa de seus parentes; quando seleciona um povo para si dentre os demais povos; quando prefere Jacó e exclui Isaú; quando nos predestina em Cristo Jesus e nos inclui no seu banquete festivo, e deixa o restante das criaturas humanas nas trevas exteriores, onde haverá choro e ranger de dentes. O mesmo Deus soberano, que escolheu criar o homem e destinar-lhe um papel especial e privilegiado na criação, conforme seus planos eternos, também governa e controla sua vida e seu destino sobre a terra e no além.

Paulo, primeiro teólogo da eleição.

O primeiro teólogo sistemático, não do “livre arbítrio,” mas do “servo arbítrio” decorrente da predestinação eterna, foi o apóstolo Paulo, defensor da absoluta soberania de Deus sobre o homem, especificamente sobre o eleito:

Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade (Fp 2.13).

Assim como nos escolheu nele (Cristo) antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1.4,5).

Quem és tu ó homem, para discutires com Deus?! Porventura pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro para desonra? Que diremos, pois, se Deus, querendo mostrar a sua ira, e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos da ira, preparados para a perdição, a fim de que também desse a conhecer as

riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para a glória preparou de antemão, os quais somos nós, a quem também chamou, não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios? (Rm 9. 20-24).

Embora a doutrina da “eleição” esteja presente nas Escrituras Sagradas do Velho e do Novo Testamentos, o seu evidenciamento deve ser creditado ao apóstolo dos gentios, pois ele tem sido o mais citado, tanto pelos que rejeitam como pelos que aceitam o “livre arbítrio” humano. A ele se deve as mais profundas declarações de fé sobre a inabilidade do homem, a graciosidade e incondicionalidade da salvação em Cristo Jesus:

Mas Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou, e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo – pela graça sois salvos (Ef 2.4,5).

Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8,9).

Paulo é o referencial neotestamentário da doutrina reformada da salvação exclusivamente pela graça de Deus em Cristo Jesus, resultante da preordenação eterna dos eleitos.

Pelágio, primeiro teólogo do livre arbítrio.

Pelágio, homem de grande erudição e indiscutível piedade, de origem britânica (inglesa ou irlandesa). Nasceu na segunda metade do quarto século. Aborrecido com uma sentença oracional de Agostinho (*Dá o que ordenas; ordenas o que queres*¹⁴), passou a falar e escrever sobre a “liberdade da vontade humana,” provocando a reação contrária do bispo de Hipona.

O que pensava Pelágio, conforme suas próprias afirmações:

a- *Se eu devo, então posso.*

Ele subordinava o imperativo do dever ao do poder; mas o poder emanava da divindade para execução do dever.

b- *Quando tenho de falar nos princípios da virtude e da vida santa, costumo antes de mais nada chamar a atenção para a capacidade e o caráter da natureza e mostrar o que ela é capaz de fazer. Depois, partindo disso, costumo suscitar o sentimento do ouvinte, a fim de que ele venha a buscar diferentes espécies de virtude*¹⁵.

¹⁴ B. L. Shelley: Pelágio – pelagianismo: Enciclopédia Histórico – Teológica da Igreja Cristã. Vol. III, Ed. Vida Nova, SP, 1990, pág. 126/127.

¹⁵ W. Walker em História da Igreja Cristã, ASTE, 1967, vol. I, pag. 242.

Pelágio acreditava na bondade essencial do homem a quem Deus, no ato da criação, dotou de poder cuja potencialidade pode e deve ser despertada, quando dormente, esquecida ou ignorada.

Benttenson extrai de “Pro Libero Arbítrio” de Pelágio, citando Agostinho em “De Gratia Christi” (418) o seguinte:

Distinguimos três coisas que colocamos em determinada ordem. Em primeiro lugar, colocamos o “posse” (poder, habilidade, possibilidade); em segundo lugar o “velle”(querer, vontade); finalmente, o “esse”(o ser, a existência, a atualidade). À natureza designamos “o posse”; a vontade corresponde ao “o velle”; a atual realização chamamos “esse.” Primeiro desses elementos, ou seja, o poder, pertence propriamente a Deus, que o comunica às suas criaturas; mas os dois outros, ou sejam, o querer e o atualizar, pertencem ao agente humano em cuja vontade têm a fonte¹⁶.

Pelágio, pelo que se observa na proposição acima, entendia que o “poder” (posse) é um atributo exclusivo de Deus, comunicado ao homem. É esse poder que potencializa, condiciona e habilita para o exercício da “vontade” (velle), uma virtude do homem, que ele exerce livremente tanto no sentido horizontal (voltado para sua natureza) como no sentido vertical (voltado para o espiritual). Dessa maneira, o ser (esse) expressa-se e se realiza, conforme a determinação do Criador e da potencialização do “posse”, poder intrínseco herdado do Criador.

O pelagianismo tem sido conhecido e combatido pelo que a ele se atribui, segundo os ensinamentos, em seu nome, do discípulo Celéstio e pelo que sobre ele registrou Agostinho em seu documento: “De Gestis elegii.” Eis o que, seguindo Celéstio, ensinava Pelágio:

- 1- *Adão foi criado mortal, e teria morrido, com pecado ou sem pecado.*
- 2- *O pecado de Adão prejudicou somente a ele, e não à estirpe humana.*
- 3- *A lei conduz ao reino tão bem quanto o Evangelho.*
- 4- *Houve homens sem pecado antes da vinda de Cristo.*
- 5- *As crianças recém-nascidas estão nas mesmas condições de Adão antes da queda.*
- 6- *Não é através da queda ou da morte de Adão que morre toda a raça humana, nem é através da ressurreição de Cristo que ela ressurgirá¹⁷.*

As proposições acima são, realmente, do pelagianismo, mas não podemos afirmar com segurança que Pelágio subscreveria todas elas. Celéstio, menos culto e

¹⁶ - H. Benttenson em Documentos da Igreja Cristã, vol. I, ASTE, SP, 1967, pág. 87/88.

¹⁷ - Idem, pág. 88/89.

menos hábil que seu patrono, foi um pelagiano radical. Se Pelágio houvesse ensinado, publicamente, o que Celéstio lhe atribui, dificilmente o sínodo de Dióspolis (Lida, na Palestina) tê-lo-ia declarado ortodoxo, como o fez¹⁸. Em virtude da predominância do agostinianismo e, de outra parte, do radicalismo inconsistente e extremamente heretizante de Celéstio, o pelagianismo foi condenado nos concílios de: Cartago, (reduto de Agostinho) em 418; Éfeso, em 431; Orange II, em 529, respectivamente¹⁹. Efetivamente, Pelágio negava o pecado original; sustentava o princípio da salvação por meio do correto exercício do “livre arbítrio”. Em decorrência da negação do pecado original e da conseqüente queda da humanidade em Adão, ensinava que a criança nasce sem pecado e assim permanece até a maturidade racional, quando atinge o estado consciente, podendo assumir a responsabilidade de seus atos. Resquícios de pelagianismo permanecem incrustados em afirmações e posturas como:

>Toda criança, por ser inocente, é naturalmente salva.

>A criança não pode receber o batismo, pois é incapaz de crer.

A primeira asserção induz a crenças pelagianas:

a- Todo ser humano é puro, isto é, sem pecado original, ao nascer. Não existe herança pecaminosa, herdada do ancestral paradisíaco, que pecou por si mesmo, e assumiu as próprias conseqüências de sua desobediência consciente e responsável. Onde há ausência de pecado, também há ausência de culpa. Portanto, o infante inocente não pode ser condenado; e sua salvação não depende de Cristo, mas da “inocência.”

b- Como a salvação do adulto depende de seu “livre arbítrio” para crer em Cristo ou descreer dele, o ato livre de profissão de fé é a credencial de sua justificação redentora e, conseqüentemente, de seu batismo, selo de sua fé racional e consciente. A fé salvadora deixa de ser um dom de Deus para ser uma opção de crença do batizando. Tais práticas arminianistas, comuns no evangelismo carismático, proviaram das fontes pelagianizadas dos anabatistas, João Wesley e Charles Finney, todos confessadamente arminianos²⁰.

Finney lançou o modismo do apelo, do “chamado humano do pecador.” Foi também o criador da “metodologia de evangelização”, isto é, processos técnicos e psicológicos de convencimento e sensibilização do ouvinte, geralmente auridos dos

¹⁸ W. Walker em História da Igreja Cristã, vol. I, ASTE, SP, pág. 244.

¹⁹ R.K. Mc Gregor Wright em A Soberania Banida, Editora Cultura Cristã, 1ª Ed., SP, 1998, pág. 22.

²⁰ João Wesley (1703 a 1791); cf Enciclopédia Histórico – Teológica da Igreja Cristã, vol. III, Ed. Vida Nova, SP, 1990, pág. 642.

Idem, Charles Granddison Finney (1792 a 1875).

meios de comunicações verbais propagandísticas e das didáticas de motivação, estimulação e geração de interesses. Tudo muito apropriado à teologia arminiana do livre arbítrio do homem para decidir sobre seu destino eterno. A estatística registrava, relatorialmente, o número de “decisões” por “campanhas evangelísticas.”

O homem é um ser psicossomático indivisível. Ele só pode receber a designação de ser humano completo no seu estado incorporado. O féretro de um ser humano é chamado: cadáver de um homem ou de uma mulher. Por outro lado, o seu espírito desincorporado é denominado: espírito de uma pessoa humana. Tratando-se de um ser único, pneumossomático, o material e o espiritual integram-se; um afeta o outro. As emoções são da alma, mas se localizam no cérebro. Uma doença do corpo também fragiliza o espírito. Uma enfermidade da alma, por outro lado, atinge o corpo. Temos heranças genéticas e culturais, que condicionam nossas reações e direcionam, consideravelmente, nossa moralidade. Jesus, ao curar um enfermo, dizia-lhe: *Perdoados são os teus pecados*. O pecado de Adão, nosso ancestral comum, deixou-nos física, moral e espiritualmente contaminados. Nascemos com a herança negativa da mancha espiritual de nosso primeiro pai; e não há como negar a evidente realidade desse fato, além da inquestionável comprovação bíblica.

O arminianismo pelagiano, que faz a redenção depender da razão, desconsidera o pecado original, a queda da raça humana em Adão, o eterno decreto da eleição. Por outro lado, a recusa de ministração do batismo à criança significa a rejeição implícita do pacto da graça, que Deus realiza com seu povo eleito (uns para serviços gerais; outros para ministérios especiais, outros para a regeneração), incluindo os infantes,. Acrescenta-se ainda a desconsideração ao testemunho bíblico sobre concepção e nascimento de todos os seres humanos em pecado, não pecado fatural, mas original:

Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe (Sl 51.5).

...E éramos por natureza filhos da ira, como também os demais (Ef 2.3b).

Arminianismo missiológico.

Na missiologia somos consideravelmente arminianos, com nossos “projetos de crescimento” e de “plantação de Igrejas,” bem como “planejamentos estratégicos” para “previsão de resultados”, que são “infalíveis”, segundo um colega ministerial. O tamanho da Igreja, sendo o resultado de recursos humanos, “ “é um problema de sua missão,” dependendo mais da tecnologia aplicada que do chamamento eficaz e da

“graça irresistível” do Deus trino, Senhor do rebanho; este previamente eleito na eternidade e chamado no tempo.

AGOSTINHO E A ESCRAVIDÃO DA VONTADE.

Agostinho, no respeitante ao livre arbítrio e à predestinação, foi o maior teólogo de todos os tempos. Desafiado por Pelágio, lançou os alicerces das doutrinas: soberania absoluta de Deus; eleição eterna; escravidão da vontade. Coube a Calvino e ao calvinismo estruturarem-nas e as dogmatizarem nas formas que as temos hoje nos textos confessionais reformados.

Agostinho nasceu na África do Norte, Tagaste, em 354 d. C., e faleceu em Roma, no ano 430. Era filho de um pagão, Patrício, e de uma cristã, Mônica. Foi, inicialmente, um maniqueu. Depois, já maduro, voltou-se contra o maniqueísmo. Escreveu obras de valor universal como: A Cidade de Deus; Confissões; Da Doutrina Cristã, Retratações. O livre arbítrio e a predestinação foram expostos extensivamente, embora de maneira apologética, nos seus escritos contra Pelágio e o pelagianismo, tais como: Dos Méritos e da Remissão dos Pecados; Do Espírito e da Letra; Da Natureza da Graça; Da Graça e sua Origem; Da Graça de Cristo e do Pecado Original; Da Graça e do Livre Arbítrio; Da Predestinação dos Santos; Da Dádiva da Perseverança.

Para Agostinho, o livre arbítrio, conceitualmente, é: a *capacidade incondicionada de se praticar o que se deseja, tanto o bem como o mal*. No entanto, a verdadeira liberdade, dom de Deus, é aquela que capacita o homem à prática do bem para a glória de Deus, perdida em Adão na queda e readquirida na regeneração em Cristo Jesus. Com a introdução do pecado no ser do homem, a imagem de Deus ficou desfigurada, mas não totalmente eliminada. Ele ensinava, nas preleções e nos escritos, que a fonte da salvação é o eterno e imutável decreto de Deus (Cidade de Deus XI,21). Sustentava que tanto a salvação como a perdição constam do decreto da Trindade e, portanto, admitia a dupla predestinação: Os salvos são eternamente preordenados para a redenção; e os perdidos, igualmente, destinados à perdição desde a eternidade²¹.

A Igreja Católica, embora tenha condenado o pelagianismo, ficando com o agostinianismo, sua postura teológica, tridentina e atual, é nitidamente pelagiana ou arminianiana, mesmo conservando Agostinho como seu “doutor”, isto é, credenciado

²¹ R.D. Linder em Enciclopedia Histórico Teológica da Igreja Cristã, vol. I, Ed. Vida Nova, SP, 1988, 1ª Ed, pág. 33/34..

para doutrinar clérigos e leigos. Eis o que afirma, catecismalmente, sobre o livre arbítrio:

Deus criou o Homem dotado de razão e lhe conferiu a dignidade de uma pessoa agraciada com a iniciativa e domínio de seus atos. “Deus abandonou o homem nas mãos de sua própria decisão”(Eclo 15.14) para que pudesse ele mesmo “procurar seu Criador e, aderindo livremente a ele, chegar à plena e feliz perfeição”²²

Liberdade e graça. A graça de Cristo não se coloca em concorrência com nossa liberdade quando esta corresponde ao sentido da verdade e do bem que Deus colocou no coração do homem. Ao contrário, como a experiência cristã o atesta sobremodo na oração, quanto mais dóceis formos aos impulsos da graça, mais crescem nossa liberdade íntima e nossa firmeza nas provas e diante das pressões e coações do mundo externo. Pela obra da graça, o Espírito Santo nos educa na liberdade espiritual para fazer de nós colaboradores de sua obra na Igreja e no mundo²³.

O catolicismo tridentino anatematizava todo aquele que negasse o livre arbítrio para salvação. Hoje, mais circunstancialmente tolerante, mantém o mesmíssimo ensino. Seu corpo eclesial metamórfico muda de cor, mas não de substância e conteúdo. Aliás, não podia ser diferente, pois sua palavra, conciliar ou papal, é infalível e, portanto, suas doutrinas são inalteráveis. Aparência atraente e sabor agradável do ingrediente solubilizante acrescentaram-se ao mesmo tóxico antigo e escusado, para efeito de aceitação imediata. Os efeitos finais não se alteraram. Uma igreja que faz a salvação depender das obras caritativas e meritórias, das missas e das penitências, do clero mediador e das intervenções dos santos, não pode deixar de ser arminiana, professar a fé numa “graça cooperante”, não operante. Agostinho, hoje, é mais estimado, respeitado e seguido pelos teólogos reformados que pelos sacerdotes de sua igreja original.

Sobre o livre arbítrio de Adão, Agostinho ensinava: Ele tinha a “posse peccare” (poder ou capacidade de pecar) e a “posse non peccare” (poder ou capacidade de não pecar). Foi a “posse peccare” que permitiu a queda de nosso ancestral de origem. O homem primevo, dizia, foi sustentado pelo Criador pela “primeira graça”, dádiva do Criador, que ele denominou de “adjutorium”²⁴. Essa graça era sustentadora mas não compelidora. Por não ter um livre arbítrio compelido exclusivamente para o bem, Adão pecou, sendo responsável pelo seu ato pecaminoso e, conseqüentemente, caiu, levando na queda todos os seus descendentes. O extraordinário apóstolo de Hipona sustentava

²² Catecismo da Igreja Católica, Edição Popular, Editoras: Vozes, Loyola e Ave Maria, 7ª Ed. 1997, SP, pág. 410, § 1730.

²³ Idem, § 1742, pág. 413.

com meridiana clareza os princípios do “pecado original” e a conseqüente “depravação de toda raça humano, cuja corrupção existia potencialmente em Adão. Citemo-lo, seguindo Sproul:

*Nossos primeiros pais caíram em desobediência aberta porque já eram secretamente corruptos; porque o ato mau nunca [teria] sido feito não tivesse uma vontade má o precedido*²⁵.

Na obra, “Enchiridion” ele defende a tese da “solidariedade pecaminosa da raça humana” em consequência da herança do pecado original, citando Paulo aos romanos:

*Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram(Rm 5.12)*²⁶

Resumindo o pensamento agostiniano: A possibilidade do mal residia em Adão, faltando-lhe o estímulo externo para que a “possibilidade” se convertesse em “realidade.” No primeiro contato que o homem teve com o maligno, viabilizando-lhe a “prova” da fidelidade a Deus, o “posse peccare” evidenciou-se sem contestação mental rigorosa e convicta de nossos primeiros pais. Então, o latente, tornou patente: “a possibilidade de pecar.”

LUTERO E A ESCRAVIDÃO DA VONTADE.

Deus colocou na jornada de Agostinho o combativo Pelágio, que o incitou, por via contraditória, a escrever sobre a submissão da vontade, dando a maior contribuição doutrinária, na questão em apreço, aos reformadores. Lutero teve, por outro lado, o intelectual Erasmo de Roterdã, que demonstrou ousadia ao desafiar o gigante e imbatível monge agostiniano, escrevendo a obra: “Diatribes de Libero Arbitrio,” (Tratado sobre a Liberdade da Vontade), lançando nela todos os pressupostos posteriormente defendidos pelos arminianos.

Erasmo, que não se desvinculara totalmente do romanismo, advogava um cristianismo teologicamente liberal e moralmente mais rígido, no qual o homem fosse o único responsável por seus atos diante de Deus e dos homens²⁷. A esta invectiva apologética Lutero respondeu com uma das mais importantes, de valor permanente, de suas obras: “De Servo Arbitrio” (A Escravidão da Vontade)²⁸, em cujos primados estabelece a absoluta soberania de Deus na criação e na providência. Seu retorno a

²⁴ R. C. Sproul em Sola Gratia, Casa Editora Presbiteriana, SP, 1ª Ed., 2001, pág. 51.

²⁵ R. C. Sproul, Sola Gratia, pág. 51, in fine.

²⁶ Idem, pág. 53 cf 54: texto transcrito de Agostinho sobre a matéria, retirada de sua obra citada.

²⁷ R. K. Mc Gregor Wright: A soberania Banida, Casa Editora Presbiteriana, 1ª Ed., 1998, pág. 27.

Agostinho, seu antigo patrono sacerdotal, é inquestionável. Assim, ele ressuscita a posição agostiniana, reafirmando a doutrina da predestinação de maneira clara, direta, sem afetações dialéticas, tanto da eleição condicional para a salvação como para a perdição. A vontade dos réprobos pende, invariavelmente, para o mal, volta-se contra Deus e se endereça ao maligno, enquanto a dos eleitos regenerados subordina-se ao Salvador, prefere fortemente o bem, rechaça o tentador²⁹. Lutero, sobre o livre arbítrio, escreveu muito mais que Calvino. A este coube a sistematização da doutrina, dogmatizada pelo concílio de Dorth, Holanda.

Calvino e o Livre Arbítrio.

Calvino, citando teólogos anteriores, todos na trilha de Agostinho, chega à mesma conclusão deles: O pecado corrompeu os dons naturais e anulou os sobrenaturais³⁰. Dessa maneira, o filho de Noyon, chega à conclusão de que o livre arbítrio, depois da queda, permaneceu e permanece no homem, mas depravado, havendo distanciamento entre o “desejar” corretamente e o “realizar” o que se deseja. Não há consonância nem diálogo entre a “vontade livre” e a “livre agência.” A razão pode ditar a ação correta; a vontade pode almejar com retidão, mas o executar fica impedido ou distorcido em virtude do pecado que impede a realização do bem requerido e até intensamente desejado. Tal conflito da vontade com o desejo Paulo experimentou, como todos os eleitos experimentam:

Nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro e sim o que detesto(Rm 7.15).

Ei sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum, pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetua-lo. Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço. Mas se não faço o que quero, já não sou eu quem o faz, e sim o pecado que habita em mim (Rm 7.1,19).

²⁸ Vicente Temudo Lessa: Lutero, Cia Brasil Editora, 2ª Ed., São Paulo, 1949, pag. 260.

²⁹ Sobre Adão e a queda, ver R.C. Sproul: Os Eleitos de Deus, cap. 4: A Queda de Adão e a Minha, Casa Editra Presbiteriana, 1ª Ed., SP, 1998, pag. 67.

³⁰ João Calvino: Institutas, Livro II, cap. 2, item 12, obra editada pela Casa Edit. Presbiteriana, SP, 1985, 1ª Ed, pág. 28.

Calvino vincula o livre arbítrio do homem aos atos poderosos do Soberano Criador, a quem livremente criou, depois de ter-lhe preordenado tanto a criação como o destino final: eleição eterna ou rejeição eterna. O exercício do livre arbítrio do regenerado, possível pela habitação da graça e pela emulação do Espírito Santo, redonda em oblata gratulatória ao supremo Criador e salvador dos eleitos em Cristo Jesus. O réprobo, não sendo escolhido por Deus, é incapaz de escolher corretamente o bem natural e totalmente impedido de escolher o bem espiritual em quaisquer de suas formas. O eleito, sendo escolhido pelo Redentor, fica habilitado pelo Espírito Santo, que nele habita, a escolher tanto o bem moral como o espiritual para seu crescimento e santificação. O regenerado torna-se, em decorrência da eleição e salvação, um “escravo” (ethelodoulos)³¹ do Salvador.

A doutrina calvinista do “servo arbítrio” está estreitamente ligada ao conceito de predestinação em todo universo reformado.

Jonathan Edwards e o Livre Arbítrio.

Jonathan Edwards é teólogo reformado norte-americano (1703 a 1758). Ele conseguiu compatibilizar teologia profunda com evangelização popular e em grande escala, inclusive em tribos indígenas. Dividiu seu ministério entre a Igreja Congregacional em Yale e a Presbiteriana em Nova Iorque. No seu século, ele foi o mais eficiente e penetrante expositor do calvinismo, especialmente na área da eleição. Sua posição ficou definitivamente explicitada e estabelecida nas seguintes obras: *Religious Affections (Afetos Religiosos)* e *Freedom of Will (Liberdade da Vontade ou Livre Arbítrio)*³²; *Uma Pesquisa Cuidadosa e Rigorosa das Idéias Atualmente Predominantes Acerca daquele Livre Arbítrio, o qual, Supostamente, é Essencial à Agencia Moral, Virtude e Defeito, Recompensa e Punição, Louvor e Culpa*. Neste tratado desenvolve a tese da “liberdade da vontade”, afirmando, na linha de Agostinho e Calvino, que a “vontade” não é uma faculdade independente, mas dependente de causas remotas e causas próximas, internas e externas. Na sua obra, *O Pecado Original (Original Sin)*, argumenta que o livre arbítrio do homem subordina-se à natureza

³¹ C. R. Sproul, *Sola Gratia*, págs. 113 a 129).

³² R.C. Sproul: *Sola Grastia*, pág. 163.

humana, por um lado, e aos desígnios de Deus, por outro³³. Ele, tomando as idéias básicas de Calvino no seu estudo do livre arbítrio, fez distinção entre a capacidade natural ou livre arbítrio natural e capacidade moral ou livre arbítrio moral. Aos poderes que Deus concedeu ao ser humano para realizar-se a si mesmo e realizar a vontade de Deus na qualidade de mordomo, ele denominou: Capacidade existencial ou *livre agência natural*: pensar, falar, ver, ouvir, andar e, especialmente, fazer escolhas. Tudo, porém, dentro dos limites humanos delineados pela divindade. A capacidade de voar livremente, com asas próprias, não foi, por exemplo, concedida ao homem. Para ele, o problema não reside na capacidade natural de escolha, que permanece no homem depravado, mas nos seus “desejos corrompidos”, tendentes para o mal (Gn 6.5)³⁴. Em decorrência da corrupção do “desejo,” o homem, por si mesmo, não deseja o bem supremo, Deus; é necessário que seja regenerado, torne-se objeto da graça divina para então direcionar sua “capacidade moral” a Jesus Cristo e para a realização do próximo. A capacidade moral, inerente à natureza humana, é afetada pelo “desejo corrompido” e, portanto, o bem moral jamais é prioritário e imaculado no pecador irregenerado. O homem não se salva a si mesmo, é salvo por Deus em Cristo Jesus. Morto em seus delitos e pecados, está completamente inabilidade para tomar atitude consciente de escolha ou rejeição da vida eterna. Nem a vida física ele escolheu para si, como pretender a escolha da vida eterna?

Edwards, citando Romanos 5, e Efésios 2.3, sustenta firmemente a doutrina do pecado original para concluir que o homem, em consequência da herança pecaminosa, semente do pecado fatural, tem a sua vontade extremamente corrompida.

Determinismo calvinista?

A tese calvinista de que o homem não é livre para optar por Deus e escolher seu destino eterno tem suscitado contra os reformados a acusação de “deterministas.” Prefiro chamar o “servo arbítrio” de “direcionismo divino” a designá-lo “determinismo religioso.” Assim como o pai biológico dirige a vida de seu filho menor sem transformá-lo em escravo, igualmente o soberano Pai celeste comanda o destino de seus filhos, não como escravos de sua vontade, mas beneficiários dela. Somos filhos herdeiros e livres, porque o Genitor eterno, que conhece o hoje e o amanhã, que vê o antes e o depois, que enxerga o caminho do passado e do porvir, que conhece o bem e o

³³ M. a Noll: Enciclopédia Histórico Teológica da Igreja Cristã, Editor Walter : Well, E. Vida Nova, SP vol. II, 1990, pág. 7/8.

³⁴ R. C. Sproul: Eleitos de Deus, pág. 53.

mal, visíveis e invisíveis, que governa o mundo físico e o espiritual, que reina aqui e no além, é nosso guia, nosso instrutor, o formador da nossa confiança nele para termos autoconfiança, aquele que opera em nós tanto o querer como o realizar:

Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade (Fp 2.13).

Um filho não é determinista por que se submete às determinações de seu pai; um empregado não é determinista por que se subordina às ordens do patrão; um piloto não é determinista por que se escraviza aos instrumentos de vôo. Por que um servo de Deus tem de ser “determinista” pelo fato de estar sob a direção de Criador, providente Senhor do universo e seu Pai eterno? Exatamente porque fomos reduzidos a “escravos de Deus” é que, libertos do domínio do pecado, somos livres:

Replicou-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo: todo o que comete pecado é escravo do pecado(Jo 8.34).

Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres(Jo 8.36).

Ora, o Senhor é o Espírito; e, onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade (II Co 3.17).

E isto por causa dos falsos irmãos que se entremeteram com o fim de espreitar a nossa liberdade que temos em Cristo Jesus e reduzir-nos à escravidão(Gl 2.4).

Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais, de novo, a jugo de escravidão(Gl 5.1).

A verdadeira liberdade consiste em viver a dupla dimensão da vida: a material, configurada no nosso corpo, de natureza empírica; e a espiritual, voltada para o reino porvir, nosso destino final.

Preferimos o “determinismo” de nosso maravilhoso, gracioso, augusto e soberano Pai eterno aos determinismos humanistas e místicos dos escravos do pecado.

Determinismos humanistas:

a- **Determinismo pelagiano ou arminiano:** O livre arbítrio, não Deus, determina o destino eterno do homem: céu ou inferno.

b- **auto-determinismo:** Eu, e ninguém mais além de mim, determino a minha vida: ser bom ou ser ruim, salvar-me ou me perder. Eu deliberarei sobre o “meu amanhã.”

O homem não tem domínio sobre o futuro imediato, mediato e remoto:

Atendei, agora, vós que dizeis: Hoje ou amanhã, iremos para a cidade tal, e lá passaremos um ano, e negociaremos, e teremos lucros. Vós não sabeis o que sucederá amanhã. Que é a vossa vida? Sois, apenas, como neblina que aparece por instantes e logo se dissipa. Em vez disso, devíeis dizer: Se o Senhor quiser, não só viveremos, como também faremos isto ou aquilo (Tg 4.13-15).

c- **Determinismo social:** O homem é um produto do meio; suas ações ou reações dependem do ambiente sociocultural em que vive. A sociedade constrói uns e destrói outros. A pregação dos deterministas sociais é: Construir uma sociedade justa para se ter um homem feliz, realizado e justo. Não se concebe a existência de um indivíduo justo inserido numa sociedade injusta, pois ele é escravo do meio. Isto é verdade parcial, pois do meio de pecadores irregenerados Deus extrai os seus eleitos regenerados, transformados, filhos da graça, instrumentos do bem.

d- **Determinismo psicológico.** O psicologismo invadiu o mundo e penetrou fundo o ministério cristão, a ponto de muitos pastores julgarem indispensável um bacharelado em psicologia para o eficiente exercício do pastorado. A Bíblia, por ser a Palavra de Deus, é nossa norma de comportamento ou conduta, a norteadora e estruturadora de nossa vontade. Isto, porém, está cedendo lugar às normas psicológicas imperativas e decisivas. O behaviorismo dita os princípios comportamentais. Um prisioneiro, dotado de “vontade livre” ao ser preso, depois de algum tempo, submetido a “lavagem cerebral,” “despersonaliza-se”, submete-se, perde totalmente o livre arbítrio, vira “escravo dócil do poder dominante. Isto “prova” o valor do “psiquismo” na formação, manutenção e expressão da “vontade livre”. Qualquer distúrbio psíquico, na medida do grau patológico, desvia, conturba, distorce e até elimina completamente a vontade, o querer racional. Para melhor entendimento do psicologismo moderno com pretensões direcionistas do comportamento humano e como terapia “infalível” no tratamento de patologias psíquicas – traumas, recalques, frustrações, estresses, decepções, fracassos, complexos, desajustes relacionais e sentimentalidades feridas- remetemos o leitor ao livro: *Nossa Suficiência em Cristo, de John F. MacArthur Jr, da Editora Fiel*, principalmente ao capítulo: *Necessita Deus de um Psiquiatra?*

A psicologia é uma “ciência” recente. Antes dela, durante seu domínio, apesar dela e sem ela, Deus cuidava e cuida de seus filhos em Cristo Jesus.

Determinismos “psicanalíticos.” Sigmund Freud ligou o comportamento individual a heranças psíquicas anteriores, especialmente à libido materna. Mapeou a

consciência humano em três áreas distintas e com papéis específicos, todos alterantes comportamentais:

- a- “Id”: complexo inato de ímpetos irracionais, emergentes do plexo neuropsíquico. No “ide” a animalidade primitiva dormente do homem das cavernas pode, por estímulos externos, emergir, e os instintos selvagens superarem a razão e a formação cultural.
- b- “Superego”: é o arquivo da memória de leis morais passadas, do senso de justiça, da herança do que se “conservou” na raça sobre o certo e o errado, o bom e o ruim.
- c- “Ego”: é a consciência do “eu” na luta para libertar-se do “Id” e do “superego,” estabelecer e fixar sua “vontade”. Nas pessoas de “ego” forte, o grau de autenticidade e independência é maior³⁵. O “ego” é o deus interior, cerebral, dos clientes de Freud.

Como se observou, os humanistas psicológicos é que são realmente “deterministas” egocentristas, antropocentristas. É melhor ser “servo” de um Deus vivo racional, mas cuidadoso e amoroso, que ser “escravo” de um “Id” irracional, animalizado ou de um “psiquismo” frágil, capaz de ser alterado por “lavagem cerebral.” Aquele que se centraliza em Deus por meio de Cristo torna-se indesviável e indestrutível:

Quem nos separará do amor de Cristo? Será tribulação, ou angústia, ou perseguição, ou fome, ou nudez, ou perigo, ou espada(Rm 8.35)?

Porque eu estou bem certo de que nem morte, nem vida, nem anjos, nem principados, nem coisas do presente, nem do porvir, nem poderes, nem altura, nem profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor (Rm 8.38,39).

Determinismos místicos. Hoje, a maior parte dos que nos acusam de deterministas, porque cremos e pregamos que Deus é Criador e senhor absoluto da vida dos seres criados, especialmente a do homem, a quem criou à sua imagem e semelhança, submetem-se a determinismos idólatras incrivelmente inconseqüentes e irracionais como, por exemplo:

- a- **Astrologia:** submissão do destino aos astros e aos signos do zodíaco: animais imaginários e figuras, visualmente intuídos, como: Áries, touro, gêmeos, câncer, leão, virgem, libra, escorpião, sagitário, capricórnio, aquário e peixes. O temperamento e o futuro de cada pessoa, acreditam, são ordenados e preordenados pelo seu “signo”. Os seres inanimados e até fictícios são tidos não só como “existentes”, mas como atuantes e determinantes do destino de cada pessoa. Isto sim, é determinismo irracional.

³⁵ R.K Mc Gregor Wright: A Soberania Banida, E.C.C, pag. 71.

b- Cartas, búzios e pedras: Numerosas pessoas “pagam” para que “magos” e “bruxas” leiam sua “sorte” nas cartas, búzios (conchas de moluscos gastrópodes) e pedras. Trocam o Deus soberano por ícones ineficazes e absurdamente transformados em “divindades” proprietárias do destino dos crédulos submissos.

c- Determinismo dos mantes: Há pessoas que não entregam suas vidas ao seu Criador por entender que se trata de irracionalidade, mas as entregam a adivinhos (mantes) que, em objetos da natureza (panteísmo), procuram “ler a sorte”, isto é, o destino do consulente. Uns são “mantes” da mão (quiromantes), outros das cartas (cartomantes), outros do fogo (piromantes), outros de mortos (necromantes). Estes últimos são os que consultam os espíritos desencarnados, bons ou maus, contrariando o claro ensino das Escrituras (Dt 18. 10-12 cf Lc 16. 19-31).

Os reformados, aqueles que têm Deus como Senhor soberano e absoluto, não são escravos de si mesmos, da sociedade, do psiquismo, dos astros e dos mantes diversos e, muito menos do pecado, da carne, do mundo e do maligno. Eis porque são verdadeiramente livres, exatamente por serem “escravos de Deus.”

Os evangélicos arminianos, centralizando o “livre arbítrio” no homem, tornaram-se, muitos deles, “supercrentes”³⁶. O antropocentrismo, freqüentemente, converte-se em antropolatria: divinização do homem.

Armínio e o arminianismo.

Deixamos o arminianismo para ser apresentado no final das reflexões sobre livre arbítrio em virtude da transição para o calvinismo de então. O contraditório fortalece, consolida e amplia a verdade contraditada: o pelagianismo ajudou estabelecer e fortificar o agostinianismo. O humanismo antropocentricamente libertário de Erasmo possibilitou a Lutero o estabelecimento e a vulgarização da doutrina agostiniana do “servo arbítrio.” O arminianismo contribuiu para a estruturação e sistematização da doutrina calvinista da predestinação.

Tiago Armínio (1560 a 1609), foi, inicialmente, calvinista; pastor reformado e professor de teologia. Estudando a tese do eterno decreto da preordenação, para dar uma resposta ao humanista e defensor do livre arbítrio humano, Dirck Coornhert, entendeu, contra a posição calvinista, que a eleição se deu depois da queda. Pensando assim,

³⁶ Paulo Romero: Supercrentes, Editora Mundo Cristão, SP, 1ª Ed., 1993: obra recomendada.

embora timidamente, levantou a questão do infralapsarianismo, desenvolvida posteriormente pelos seus sucessores. Discutia-se a ordem dos propósitos divinos:

Primeiro: Deus decretou, na eternidade, a eleição e a reprovação; depois permitiu a queda como meio de cumprimento e efetivação do decreto (supra lapsum): Calvinismo.

Segundo: Deus previu e permitiu, desde toda eternidade, a queda do homem; depois decretou a eleição para salvar os que de antemão ele sabia que haveriam de crer (infra lapsum)³⁷: Arminianismo presciente.

O sistema infralapsário faz Deus emitir dois decretos: um de “permissão” da queda, decretado na eternidade; outro de “eleição” condicional, decretado no tempo, depois da queda permitida. Deus, por outro lado, acreditava-se, não decretou a reprovação infralapsária, mas sabia, sem determinar, os que haveriam de crer para salvação e os que rejeitariam para a perdição. A isto os arminianos chamaram de “decreto presciente de Deus.” Armínio pregou o livre arbítrio humano, embora o tenha feito de maneira a que mantivesse algumas conexões com o predestinismo calvinista. No arminianismo, a soberania divina esvazia-se, pois prevê, antecipadamente, a fé dos que haverão de acreditar em Cristo, mas a “decisão” de crer é do homem. Por exemplo: Deus decretou o surgimento de um homem, que seria chamado João. Ele houvera sido agraciado com a “fé prevista.” João, como estava preordenado: nasceu; tornou-se adulto; ouviu o Evangelho; creu; aceitou. Depois, recusando a “graça preveniente” da “fé prevista”, apostatou-se. Deus, no caso, previu, mas não teve poder e força para manter a previsão, pois o homem, com seu livre arbítrio, impediu o cumprimento da “presciência divina.” O Deus do “livre arbítrio humano” é, na realidade, muito frágil: capaz de prever, mas incapaz de executar e manter o fato previsto: Poderoso previsor; débil executor.

O calvinista supralapsariano, Franz Gomarus (1563 a 1641) polemizou com Armínio, estabelecendo, pela extensa e minuciosa controvérsia, os fundamentos da doutrina da predestinação, regulamentada, posteriormente, pelo concílio de Dorth. Depois da morte de Armínio, a causa arminiana passou a ser defendida pelo pregador oficial do governo holandês, João Wtenbogaert (1555 a 1644) e, principalmente, por Simão Episcopius (1583 a 1643), professor de teologia em Leyden. Ambos sistematizaram o arminianismo, sintetizado num documento remetido ao conclave de Dorth para avaliação e decisão, conhecido como “Os cinco

³⁷ Louis Berkhof: Teologia Sistemática, Luz para o caminho, Campinas, SP, 1990, págs. 121 a 125.

pontos do arminianismo.”³⁸ A soberania de Deus, no pensamento arminiano, não é absoluta, mas relativa, pois sua “presciência” depende da decisão humana para efetivar-se. É um antropocentrismo humanista vestido de teocentrismo reformado. As Escrituras, no entanto, não favorecem, quando vista em sua totalidade, o arminianismo em quaisquer de suas formas.

PREDESTINAÇÃO

A predestinação fundamenta-se essencialmente, em primeiro lugar, na doutrina basilar do calvinismo:

a- **Absoluta soberania de Deus.**

Ele não decretou e não executa rigorosamente seu decreto com base em conhecimento e experiências adquiridos. O augusto Criador, por outro lado, não precisou de assessores, auxiliares e colaboradores para fazer emergir do nada todas as coisas. O mesmo Deus Criador soberano e absoluto, agente único da criação, é também o da providência: preservação e governo. Cada coisa e cada ser teve uma destinação preordenada, adequada à função e ao papel na ordem natural e cósmica. Nada é inútil, nada sem propósito, nada sem função, tanto na ordem espiritual como na física inanimada e na biofísica. Cada ser humano foi, está sendo e será, criado para “ministério” ou “serviço” neste mundo, na condição predeterminada de “mordomo” ou “servo.” O destino do “escravo de Deus” (*doulos*) pertence ao seu Senhor, que o preestabeleceu para sua própria glória. O escravo não é dono de si mesmo. Nosso Senhor dispõe de nossa vida, de nossa capacidade produtiva, de nosso destino final. De modo que não se devem estranhar assertivas como:

Pois ele diz a Moisés: Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão. Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia (Rm 9. 15.16).

As decisões de Deus não se baseiam na experiência, no conhecimento adquirido, nas informações externas via observação direta ou em opiniões “abalizadas” de terceiros. O Criador é absolutamente único e, no momento da criação, estava só, social, psicológica e culturalmente falando. Tudo que fez, fê-lo por exclusivo conselho de sua própria, privativa e soberaníssima vontade. O homem, ser criado e, por essa razão, finito e limitado, não está em condição de entender o Criador, a não ser aquilo que ele quiser revelar-lhe. Sem pleno conhecimento do ser divino, não se habilita a discutir com ele e, muito menos, questionar-lhe os propósitos, obras e leis:

³⁸ W. Walker: História da Igreja Cristã, vol. 2, ASTE, 1967, pág. 134/5.

Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura, pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim? Ou não tem o oleiro direito sobre a massa para, do mesmo barro, fazer um vaso para honra e outro para desonra?(Rm 9. 20,21).

O homem, ao pretender acrisolar Deus no cadinho de sua pequena e limitada mente, desconsidera-se a si mesmo e se isola completamente do verdadeiro Senhor do universo. Diante do extremamente grande, absolutamente perfeito, irretocavelmente santo, o ser humano, forçosamente, se tiver consciência de si mesmo, considerar-se-á ínfimo, totalmente ineficiente, impotente, inabilitado, sem a mínima condição de sequer soletrar o ABC da sapiência divina.

b- O incomensurável amor de Deus.

Ao homem difícil se torna compreender o exato sentido do amor de Deus, expresso no decreto eletivo, não somente antes da criação da humanidade, mas para evidenciar-se por meio dela. Sabemos, por revelação bíblica, que uns, pelo insondável amor do Criador, foram eleitos para a salvação; e outros, pela sua justiça preordenada, foram destinados à perdição. O amor e a justiça residem de maneira perfeitíssima em Deus e, portanto, serviram-lhe de parâmetros normativos no ato decretatório. Não entendemos as virtudes do amor e da justiça, existentes independentemente do “ser externo amado” ou “justiçado.” Sem expressividade concreta de amor ou de justiça, localizá-los e defini-los, para nós, é tarefa impossível. Porém, em Deus, quando nada havia para ser amado ou justiçado, as virtudes do amor e da justiça já existiam como fatores determinantes da própria essência da divindade e foram preordenadamente aplicados.

O nosso amor subordina-se à psique, aos desejos, aos estímulos internos e externos, isto é, procede do sensorial. Não possuímos o “amor espiritual” puro, aquele que existe em Deus. Não podemos dissociar ou dicotomizar o sensorial do espiritual, pois Deus nos criou pessoas psicossomáticas. Somos seres morais, mas nossa moralidade evidencia-se por meio de declarações e ações emocionais e racionais. Nosso cérebro comanda nossos movimentos, gestos, atos, atitudes, sentimentos, emoções, afetos e pensamentos; tudo vinculado ao sensitivo, ao sensorial. Portanto, as virtudes do amor e da justiça enquadram-se, quanto à essência e à procedência, no nosso universo biopsíquico e se manifestam nos relacionamentos sociais. O amor e a justiça de Deus, essencialmente espirituais, expressavam-se, mesmo antes do aparecimento dos seres amados ou justiçados, porque Deus é amor puro, mas é também justiça perfeita. O eleito é a expressão de seu amor; o reprovado, a de sua justiça. O pecador redimido é alvo do

estrito amor Deus, sem merecimento algum. O pecador reprovado é objeto da justiça divina, e merece a condenação. Não podemos, pois, medir o amor de Deus pelos padrões do nosso. Seu amor é imensurável, influenciável, imodificável; jamais sofre oscilações consequenciais: aumenta ou diminui conforme o grau de estímulos internos e externos ou segundo os “atrativos”, “méritos” ou “qualidades” da pessoa amada; é amor em si mesmo e, portanto, não necessita de ingrediente responsivo ou corresponsivo.

O eleito, amado antes da fundação do mundo, condiciona-se, pelo ágape divino, ao amor do Pai celeste e ao do próximo.

O amor seletivo de Deus aos olhos dos irregenerados não somente se lhes afigura incompreensível, mas até intolerável. Entendem, porém, ser justa e tolerável a criminalização de um marginal perigoso. Muitos advogam para tais elementos agressores e destruidores da sociedade a prisão perpétua, chegando alguns a lhes desejarem a pena de morte. Um jargão eflui dos justiceiros policiais: “bandido bom, é bandido morto.” O reconhecimento de que existe uma parcela da sociedade a serviço do mal e, por isso mesmo, não merece seu amor, devendo ser banida do convívio das pessoas de bem, deveria remeter-nos ao fato constatado de que a humanidade está dividida entre bons e maus, justos e injustos. Os bons e benéficos são aceitos, por serem respeitáveis e necessários. Os maus e perversos devem ser rejeitados porque são malignos e instrumentos da malignidade contra a benignidade. Portanto, quando se ama e se devota à pessoa amada, por sua dignidade e benignidade, respeito, consideração e afeição; e, ao mesmo tempo, expressa-se ao indigno aversão, recriminação e punição, não se discrimina nem se pratica injustiça. Ora, diante do Deus castíssimo, perfeitíssimo, santíssimo, todos nós, comparativamente, somos “marginais,” “bandidos reprováveis,” agentes do mal, disseminadores do pecado, “assaltantes” do patrimônio divino, perigosos inimigos de nosso Pai celeste. Contudo, dentre tais “renegados e renegáveis”, Deus, por sua infinita e inexcrutável misericórdia, pelo seu perdão irrestrito e incondicional amor, tudo conforme o eterno decreto eletivo, “separou” alguns para serem seus filhos herdeiros que, embora envergonhem seu Pai eterno com o pecado constante, ele não lhes retira a paternidade, não lhes subtrai a herança; e isso, sem qualquer injustiça:

Que diremos, pois? Há injustiça da parte de Deus? De modo nenhum! Pois ele diz a Moisés: Terei misericórdia de quem me aprouver ter misericórdia e compadecer-me-ei de quem me aprouver ter compaixão (Rm 9.14,15).

O nosso amor é seletivo e condicional por julgamento emocional, por qualificações socioeconômicas, por reciprocidade: amamos o bom e odiamos o mau; preferimos o poderoso e menosprezamos o fraco; amamos os que nos amam, desprezamos os que nos excluem. O ágape divino não discrimina entre o justo e o injusto, entre o forte e o frágil, entre o que o ama e o que o menospreza:

Não vos teve o Senhor afeição nem vos escolheu porque fósseis mais numerosos do que qualquer povo, pois éreis o menor de todos os povos, mas porque o Senhor vos amava (Dt 7.7,8ª).

Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores (Rm 5.8).

O amor de Deus a Jacó não foi gerado e movido por nada que houvesse nele ou expresso por ele, mas segundo a sua eterna eleição, incondicionalmente. Pelos mesmos motivos, aborreceu-se de Isaú:

Amei Jacó, porém, me aborreci de Isaú (Rm 9.13 cf Mt 1.2,3).

Po que o amor de Deus é assim, não nos compete questionar por respeito, incapacidade humana e insuficiência de informações. A fé, maravilhoso dom concedido aos eleitos, leva-os à aceitação e ao agradecimento ao Redentor porque ele, sendo tão imensuravelmente grande, considera-os como filhos e lembra-se deles:

Quando contemplo os teus céus, obra dos teus dedos, e a lua e as estrelas que estabeleceste, que é o homem que dele te lembres e o filho do homem que o visites? Fizeste-o, no entanto, por um pouco menor do que Deus e de glória e de honra o coroaste (Sl 8.3-5).

A dimensão e a dignidade do homem derivam-se da imensa grandeza e da infinita misericórdia de Deus. Porque Deus é amor: o homem é sua imagem microdimensionada.

Deus não age pela lógica do homem, circunscrita ao seu limitadíssimo universo, mas por seu insondável propósito. Assim, não podemos compreender seus atos; aceitamo-los alegremente pela fé. As Escrituras dizem que seu amor é seletivo; não devemos e não podemos contradizê-lo:

Ele amou Jacó e aborreceu-se de Isaú (Rm 9.13).

A uns elege para graça, a outros destina à ira:

Porque Deus não nos destinou para ira, mas para alcançar a salvação mediante nosso Senhor Jesus Cristo (I Ts 5.9).

Abre o coração à crença de uns, endurece outros:

Ele tem misericórdia de quem quer (ter misericórdia) e também endurece a quem lhe apraz (endurecer)(Rm 9.18)(parênteses nossos).

A uns destina à vida eterna; a outros, à condenação eterna:

*Os gentios, ouvindo isto, regosijavam-se e glorificavam a palavra do Senhor, e **creram todos os haviam sido destinados para a vida eterna** (At 13. 48) (negrito nosso).*

*Pois certos indivíduos se introduziram com dissimulação, **os quais, desde muito, foram antecipadamente pronunciados para esta condenação** (negrito nosso), homens ímpios, que transformam em libertinagem a graça de nosso Deus e negam o nosso único Soberano e Senhor, Jesus Cristo (Jd 4).*

Deus conhece as suas verdadeiras ovelhas e desconhece e rejeita as falsas:

Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem(Jo 10.14).

Então lhes direi explicitamente: Nunca vos conheci. Apartai-vos de mim os que praticais a iniquidade (Mt 7.23).

Deus escolhe uns e rejeita outros, segundo a sua soberana vontade:

Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1.4,5).

Assim, pois, também agora, no tempo de hoje, sobrevive um remanescente segundo a eleição da graça. E, se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça. Que diremos, pois? O que Israel busca, isso não conseguiu; mas a eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos(Rm 11.5-7).

Há os que são, por natureza e destinação, deste mundo, e os que não pertencem a este mundo:

Eu lhes tenho dado a tua palavra, e o mundo os odiou, porque eles não são do mundo, como também eu não sou (Jo 17.14).

Eles não são do mundo como, também eu não sou (Jo 17.16).

Se vós fósseis do mundo, o mundo amaria o que era seu; como, todavia, não sois do mundo, pelo contrário, dele vos escolhi, por isso, o mundo vos odeia (Jo 15.19).

Deus chama eficazmente os seus eleitos, seguindo seu próprio e indiscutível arbítrio:

...Segundo o poder de Deus que nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras mas conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus, antes dos tempos eternos (II Tm 1.8b,9).

Deus, na sua soberania e atendendo o conselho de seu próprio querer, revela sua vontade aos humildes eleitos e as oculta aos sábios rejeitados; revela-as aos escolhidos e as oculta aos renegados:

Por aquele tempo, exclamou Jesus: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e instruídos e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, porque assim foi do teu agrado (Mt 11.25,16).

Mas está escrito: Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano o que Deus tem preparado para aqueles que o amam. Mas Deus no-lo revelou pelo Espírito Santo; porque o Espírito a todas as coisas perscruta, até mesmo as profundezas de Deus. Porque qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o seu próprio espírito, que nele habita? Assim, também as coisas de Deus, ninguém as conhece, senão o Espírito de Deus. Ora, nós não temos recebido o espírito do mundo, e sim o Espírito que vem de Deus, para que conheçamos o que por Deus nos foi dado gratuitamente (I Co 9-12)³⁹.

Então o Anjo de Deus, que ia adiante do exército de Israel, se retirou e passou para trás deles; também a nuvem se retirou de diante deles, e pôs atrás deles, e ia entre o campo dos egípcios e o campo de Israel; a nuvem era escuridade para aqueles e para este esclarecia a noite; de maneira que, em toda a noite, este e aqueles não puderam aproximar-se (Ex 14.19,20).

Karl Barth diz que esse acontecimento do Êxodo é paralelo ao que se afirma em Romanos 9.14,15⁴⁰, onde se registra o amor preferencial e seletivo de Deus, que *protegia Israel e negava proteção aos egípcios, isto é, amava o seu pequeno povo retirante, mas se aborrecia dos súditos de Faraó*. O amor de Deus dirige-se a “eleitos sem méritos;” sua justiça, a reprovados, merecedores da reprovação. Barth, fazendo quorum com os liberais, assume posição universalista. Para ele a eleição é universal, competindo aos homens tomar consciência ou não da eleição em Cristo⁴¹

Gustaf Aulén ensina que amor e soberania em Deus são correlacionados; um não existe à parte do outro. O Soberano Senhor exterioriza e executa a sua absoluta soberania por meio de seu amor, a essência da divindade: *Deus é amor*. Eis algumas declarações importantes do referido teólogo:

Toda soberania de Deus é uma soberania de amor. Não há poder divino que não seja poder de amor.

A eternidade de Deus é a soberania do amor em relação ao tempo.

A onipresença de Deus deve também ser entendida do ponto de vista do soberano amor divino⁴².

³⁹ W. E. Best: *Dios Es Amor*, W. E. Best Book Missionary Trust, Houston, Texas, USA, 1992, pág. 40.

⁴⁰ Karl Barth: *Carta aos Romanos*, Novo Século, SP, 1999, pág. 541,§ 4.

⁴¹ Guillermo Hendriksen: *Efesios*, Subcomision Literatura Cristiana de la Igreja Cristiana Reformada, Grand Rapids, Michigan, USA, 1984, pág. 80.

⁴² Gustaf Aulén: *A Fé Cristã*, ASTE, SP, 1965, págs. 132, 130, 131.

Eis, em síntese, o misterioso e soberano agir de Deus, como o seu amor se nos apresenta. Como são ações de um ser infinitamente superior a nós, livre das contingências naturais de nossa condição humana, nenhuma competência nos resta para, sem o entendimento correto dos seus desígnios, discutir, avaliar e julgar seus impenetráveis, à mente humana, propósitos finais. As obras da criação, da providência e da redenção são emanadas do puro e soberano amor de Deus. Quando se diz que Deus é amor, afirma-se que sua soberania expressa-se por meio de sua essência: o amor, ágape.

Os textos escatológicos indicam que o amor de Deus é realmente seletivo de indivíduos, não somente e nem prioritariamente de nações. Não nos cabe explicar os soberanos propósitos divinos, a maneira pela qual o Criador externa o seu insodável ágape. O conhecimento revelado destina-se à fé, não ao intelecto. Alguns exemplos da indiscutível seletividade do Rei dos reis:

a- Então ordenou o rei aos serventes: Amarrai-o de pés e mãos, e lançai-o para fora, nas trevas; ali haverá choro e ranger de dentes, Porque muitos são chamados, mas poucos escolhidos (Mt 22.13,14).

O texto é o final conclusivo da Parábola das Bodas, contada por Jesus Cristo, para recriminar a rejeição do Messias por parte de Israel e a sua perseguição aos súditos messiânicos, levando o novo Rei a chamar pessoas “desocupadas”, desvinculadas de qualquer poder político, não compromissadas com nenhum negócio deste mundo, não detentoras de quaisquer méritos: maus e bons foram chamados (v. 10), dando aos convidados “vestes nupciais”: aos indignos deu-se dignidade, sem merecimentos, no reino do Messias. A conclusão do inolvidável Mestre é incisiva e decisiva: *Muitos são chamados, mas poucos escolhidos (v. 14)*. Cristo confirma, contra a “racional” opinião de muitos, que, de fato, o amor de Deus é seletivo. Não compreendemos, nem podemos compreender, a causa de semelhante meio de expressão de tão soberano e imensurável amor.

b- Então dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo (Mt 25.34).

Então o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo terno, preparado para o diabo e seus anjos (Mt 25.41).

Trata-se do pronunciamento de Cristo sobre o julgamento final, quando comparecerão perante o Rei de todos os povos pessoas de todas as nacionalidades, ovelhas e bodes, isto é, eleitos e não eleitos. O reino escatológico para os escolhidos “está preparado desde a fundação do mundo”(v.34 in fine). “Benditos de Deus” não

são nações, mas ovelhas, retiradas do mundo, preordenadas do Pai, para serem entregues ao Filho:

Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo. Eram teus, tu mos confiaste, e eles têm guardado a tua palavra (Jo 17.6). Deus lida com indivíduos integrados na família e no Estado; discrimina nações ou raças, mas chama do meio delas pessoas eleitas desde toda eternidade e as destina ao reino final do Messias.

c- *Ajuntai primeiro o joio, atai-o em feixes para ser queimado; mas o trigo, recolhei-o no meu celeiro (Mt 13.30b).*

Mandaré o Filho do Homem os seus anjos, que ajuntarão do seu reino todos os escândalos e os que praticam a iniquidade, e os lançarão na fornalha acesa; ali haverá choro e ranger de dentes. Então os justos resplandecerão como o sol no reino de seu Pai. Quem tem ouvidos[para ouvir], ouça (Mt 13.41-43).

O joio são “os que praticam a iniquidade”; cada iníquo respondendo por seus atos pessoais, pois o julgamento não é coletivo, mas individual. Cada um prestará conta de si mesmo diante tribunal de Deus (Hb 4.13; I Pe 4.5). Por outro lado, “os justos, também individualmente, embora na comunhão dos eleitos, receberão o prêmio da justificação graciosa de Deus em Cristo Jesus:

d- *Então ouvi o número dos que foram selados, que era de cento e quarenta e quatro mil, de todas as tribos de Israel (Ap 7. 4).*

Depois destas coisas vi, e eis grande multidão que ninguém podia enumerar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de vestiduras brancas, com palmas nas mãos...(Ap 7.9).

O apocalipse joanino fornece-nos um quadro esquemático da visão escatológica dos eleitos de Israel (menor número) e de entre os gentios, tomados de todas as nações, contados aos milhares, mas sempre dentro do mesmo padrão: *Amor seletivo de Deus*; o Salvador que primeiro elegeu, preordenou em Cristo, para depois salvar mediante o sacrifício vicário do Cordeiro Redentor, o Eleito dos eleitos. Não há salvação sem o ágape de Deus; não há perdição sem a justiça divina. Todo Israel foi chamado para ser o “povo de Deus”, mas nem todos os israelitas foram “eleitos” para salvação (cf Rm 9.7).

ELEIÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL.

Os teólogos liberais insistem na tese de que a eleição, tanto a referida no Velho Testamento como a encontrada no Novo, refere-se à nação de Israel e, por vezes, a

povos estrangeiros, jamais menciona escolha individual para salvação ou perdição. Richardson, em sua conceituada obra, “Introdução à Teologia do Novo Testamento”, falando sobre Romanos 9.14-24, afirma que Paulo alude a nações ou a seus governantes, nunca a indivíduos predestinados à perdição ou à salvação. Estes, se não se mantiverem na comunhão da Igreja e não se preservarem espiritualmente íntegros, poderão cair do estado de graça⁴³. Alegam também que a eleição, especialmente a contida no Velho Testamento, em numerosos casos, menciona separação de pessoas ou povos para serviços ao Deus supremo de Israel. Há realmente eleição de nações, reis e pessoas para um “ministério especial”, como foi o caso do Egito, que sustentou Israel até a “maturidade” para depois, mediante providência divina, abortá-lo de seu seio. Deus escolheu reis pagãos como Nabucodozor e Ciro para ações específicas em benefício de seus escolhidos. Também é verdade que na eleição de Jacó e rejeição de Isau duas nações procedentes da mesma raça estavam preconizadas e preordenadas:

Respondeu-lhe o Senhor: Duas nações há no teu ventre, dois povos, nascidos de ti, se dividirão: um povo será mais forte que o outro, e o mais velho servirá ao mais moço (Gn 25. 23 cf Rm 9.12).

Encontrar exclusivamente eleição de Israel ou de outros povos ou mandatários políticos em Rm 9. 6-24, somente pode acontecer por inabilidade ou por tendenciosidade exegética. Em Adão estava, representativamente, a humanidade inteira tanto na criação como na queda. Retirar a individualidade do primeiro homem sob alegação de que o texto fala de “humanidade”, não de indivíduos é, no mínimo, cegueira hermenêutica. O indivíduo Adão caiu pessoalmente, respondendo por seus próprios atos, embora também levasse com ele os seus descendentes. Paulo fala do primeiro homem como indivíduo, mentor da introdução do pecado no mundo, para estabelecer comparação com outra pessoa corporativa, introdutora da graça, Jesus Cristo (Rm 5.12ss). Jacó, indubitavelmente, veio a ser “Israel”, isto é, “o homem protótipo”, o “escolhido” para ser o ancestral dos “escolhidos.” Como Jacó, seu pai, Isaque; e seu avô, Abraão, foram homens “eleitos,” individualmente, para serem pais do povo de Javé, que as Escrituras denominam de “Deus de Abraão, Deus de Isaque e Deus de Jacó” (Mc 12.26). O individual e o coletivo contemplam-se na eleição, mas primeiro o individual de onde procede o coletivo. Não podemos duvidar da eleição pessoal, para a

⁴³ Alan Richardson: Introdução à Teologia do Novo Testamento, ASTE, SP, 1966, pág. 278, in fine.

salvação, dos patriarcas Abraão, Isaque e Jacó, pois o Deus deles é Deus de vivos, não de mortos:

E, quanto à ressurreição dos mortos, não tendes lido o que Deus vos declarou: Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó? Ele não é Deus de mortos, e sim de vivos (Mt 22.31,32 cf Ex 3.6).

Digo-vos que muitos virão do oriente e do Ocidente e tomarão lugares à mesa com Abraão, Isaque e Jacó no reino dos céus (Mt 8.11).

Os patriarcas, eleitos que representavam a nação dos eleitos, foram individualmente escolhidos e chamados para serem salvos, e foram: Deus escolhe um povo por meio de um “escolhido individual” para ser, ao mesmo tempo, o ancestral dos escolhidos e o “eleito para a salvação; constatação que se verifica em Cristo Jesus, o eleito dos eleitos e o genitor da Igreja, comunidade dos escolhidos. Separar as duas dimensões da eleição, no que concerne às pessoas corporativas, não é boa exegese.

Outras comprovações bíblicas da salvação dos patriarcas eleitos:

É o caso de Abraão, que creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça (Gl 3.6).

Vós, porém, irmãos, sois filhos da promessa, como Isaque (Gl 4.8).

Falando dos patriarcas, o autor da Carta aos Hebreus afirma:

Todos estes morreram na fé, sem ter obtido as promessas; vendo-as, porém, de longe, e saudando-as, e confessando que eram estrangeiros e peregrinos sobre a terra (Hb 11.13).

Além das pessoas representativas, que foram salvas individualmente, temos o claro ensino bíblico sobre a eleição de pessoas, individualmente, para a salvação.

ELEIÇÃO PARA SALVAÇÃO.

O complemento da preordenação de pessoas corporativas, nas quais Deus elege os descendentes para ministérios especiais, as Escrituras falam de eleições individuais na eternidade para a salvação na pessoa do Eleito dos eleitos, Jesus Cristo:

Entretanto, devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo Senhor, porque Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade, para o que também vos chamou mediante o nosso evangelho, para alcançardes a glória de nosso Senhor Jesus Cristo (II Ts 2. 13,14).

Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo. Eram teus, tu mos confiaste, e eles têm guardado a tua palavra (Jo 17.6).

Quando eu estava com eles, guardava-os em teu nome, que me deste, e protegi-os, e nenhum deles se perdeu, exceto o filho da perdição, para que se cumprisse a Escritura (Jo 17.12 cf Sl 41.9).

Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1. 4,5).

Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas (Ef 2.10).

Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou; a esses também glorificou (Rm 8.29,30).

O Pai “já possuía” os seus eleitos desde a eternidade para levá-los à redenção em seu Filho, nosso Senhor Jesus, o Eleito dos eleitos, conforme as citações joaninas. Nenhum eleito, no entanto, crê em Cristo, se não receber o dom da fé salvadora (Ef 2.8-10). Os que não a recebem, é porque não se contam entre os escolhidos de Deus.

PECADO ORIGINAL

Não nos preocuparemos com a questão da origem do pecado original, mas com sua real existência e danosas consequências, constatadas na vivência de cada pessoa e verificada na enfática declaração bíblica:

Pois já temos demonstrado que todos, tanto judeus como gregos (gentios), estão debaixo do pecado; como está escrito: Não há justo, nem um sequer, não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer (Rm 3. 9b – 12).

Deus, pois, pela sua Palavra a nós revelada, declara-nos a depravação de todos os seres humanos e a conseqüente incapacitação ao perfeito conhecimento do Criador, à fidelidade aos seus mandamentos, à submissão ao seu enviado, Cristo Jesus, à fé salvadora. O texto, porém não fala apenas de incapacidade, mas, pior, de inutilidade do homem feito para ser servo, perante o seu Senhor. A corrupção da humanidade é um fato. O pecado mina a consciência do homem, impedindo-lhe o perfeito exercício do bem e sua independente vinculação ao Pai celeste. Sem a mediação de Cristo não há reconciliação com Deus. O pecador é inteiramente inábil para salvar-se a si mesmo e, assim sendo, para promover a salvação dos semelhantes. O verdadeiro homem e verdadeiro Deus, que é Jesus Cristo, credenciado e capacitado está para ser nosso único Mediador.

A culpa original e originária, conforme Aulén⁴⁴, fez gerar a inter-relação solidária da humanidade no pecado, estabelecendo a igualdade, no respeitante ao fato pecaminoso, de todas as criaturas humanas. Assim, nossos primeiros pais, alienando-se de Deus e arruinando suas relações com o próximo pela inteira responsabilidade de seus atos, fazendo mau uso do livre arbítrio de pecar ou não, envolveu-se irremediavelmente na queda, colocando na mesma situação a humanidade potencial que neles havia. Desse modo, seus filhos e todas as gerações posteriores, emergidas geracionalmente, trouxeram a marca humaníssima, mas herdada, do pecado original que foi, na verdade, o da raça por meio do tronco racial. Portanto, a causa do pecado original não é o livre arbítrio, mas a herança pecaminosa. No entanto, todos os pecados fatuais originam-se dele; podendo-se-lhe atribuir a causa estimulante de qualquer pecado pessoal. Há, conseqüentemente, um nexos causal entre o pecado original e o fatural. O réprobo não tem sentimento de pecado, mas de culpa, isto é, de ofensa a si mesmo ou ao próximo. O regenerado tem, em virtude de sua íntima submissão relacional com Deus, “consciência de pecado,” pois todas as agressões a si mesmo, todas as ofensas ao semelhante e toda desobediência à vontade do Salvador ele sabe que são procedimentos pecaminosos contra Deus. O que o rejeitado denomina de “sentimento de culpa,” ele chama, legitimamente, de “consciência de pecado.” Para a cura do “sentimento de culpa”, o irregenerado não eleito procura os “serviços” de um psicólogo, que lhe mostra que tudo, de fato, “reside em si mesmo; que ele tem de dar “a volta por cima”, esquecer de “ruminar” o passado, sepultar o “cadáver do homem velho,” cujo mau cheiro incomoda-lhe tanto, e lhe faz vir à tona o pretérito indesejável; tem de recuperar sua “autoestima” para continuar lutando na batalha natural da vida com os equipamentos herdados dos antepassados. As soluções para os traumas do sentimento de culpa estão, para os “reprovados,” centralizadas no próprio homem: é o antropocentrismo, no caso terapeuta, e a antropolatria, em se tratando de “realização do ego.”

Por que a inclusão do conceito de “pecado original” num texto sobre predestinação? É porque sem a universal consciência de pecado (culpa para os não eleitos) a idéia de “solidariedade” não existiria. Sendo todos os seres humanos pecadores, inclusive os redimidos, a concepção da “graciosa redenção” explicita-se com clareza e, por outro lado, evidencia-se a divisão da humanidade entre pecadores “escolhidos” e “rejeitados”. Também o ensino reformado de que a salvação não

⁴⁴ Gustaf Aulén: A Fé Cristã, ASTE, SP, 1965, págs. 239/240.

depende do livre arbítrio do pecador, mas da misericordiosa graça de Deus, encontra fundamentação teológica. Os que sustentam a heresia da inexistência do pecado original, pregam uma salvação dependente do homem, de suas obras meritórias, de suas virtudes sociais e pias, de sua capacidade de vencer o pecado. Conforme a Palavra de Deus, semelhante proeza somente acontece na antropocêntrica e antropolátrica mente do pecador supostamente auto-suficiente. As Escrituras negam tal possibilidade ao homem caído. Isso não lhe será possível nem por meio do “recurso” arminiano da “graça preveniente.” Com a exclusão da doutrina do pecado original não se concebem corretamente: a preordenação eterna dos eleitos; a reprovação dos réprobos; a salvação exclusivamente pela graça; e, finalmente: a existência da perdição no inferno sob a responsabilidade do pecador reprovado, e a habitação futura no céu sob a responsabilidade privativa de Deus, por intermédio de Cristo Jesus e mediante a graça.

O pecado original passou a fazer parte integrante do ser humano, a ser-lhe uma identidade de natureza espiritual tão firmemente arraigada por integração na sua essência, que nem mesmo o novo nascimento o elimina. Daí o seu determinativo geral e universal: Todo homem é pecador; todos, portanto, carecem da graça de Deus para se livrarem das consequências do pecado. Nem o batismo nos livra dele, nem a “penitência” nos liberta de seus prejudiciais efeitos, como entende o catolicismo.

Sem o pecado original não haveria “depravação total.” Com ele, por outro lado, não há “inocente” por nascimento nem “santo” por autopurificação mediante sacrifícios e méritos pios e caritativos. Somos santos por eleição. Santificação é o resultado contínuo na vida do crente, a partir da regeneração, que só é possível aos eternamente galardoados com a eleição, atingidos pelo chamado por meio da Palavra e do Espírito, e abençoados pela conversão. Santificação é também o processo de crescimento espiritual do crente com o auxílio, emulação e iluminação do Espírito Santo, que lhe aplica o conteúdo eficaz da Palavra de Deus. A santificação própria é pretensiosa e ilusória; uma tentativa humana de convencimento da divindade. A misericórdia de Deus faz-nos servos, apesar do pecado que habita em nós e em nós permanece na forma do “mal original”.

PREDESTINAÇÃO NA CONFISSÃO DE FÉ

Calvino tratou extensivamente das questões correlacionadas com o livre arbítrio (vol. II, 3 – 5: Institutas) e da predestinação (vol. III, 21 – 24: Inst.), pois a admissão

do princípio da “liberdade da vontade” do homem para decisão de sua relação com Deus e determinação de seu destino espiritual elimina ou, no mínimo, distorce a doutrina da eleição preordenada, como a defende o autor das Institutas. Livre arbítrio, em questões espirituais, e predestinação são doutrinas antagônicas entre si e extremamente contraditórias. A tentativa de se imaginar, para resolver o problema, uma “graça cooperante,” resulta do esforço de “divinização do homem” e “humanização de Deus.” A tal “graça cooperante” é um tipo de contrato cooperativo, bilateral: o homem faz a “sua parte” para o Salvador “cumprir a dele.” Se o pecador, morto em seus delitos e pecados, não fizer ou não puder fazer nada, Deus também nada faz. No caso do romanismo, a Igreja faz por ele. Em se tratando, porém, de arminianismo, nenhuma solução para o perdido, sem condições de achar-se a si mesmo ou achar o caminho. A um morto não se lhe atribui qualquer sinergismo ou atividade cooperante. É com os olhos do teólogo genebrino que temos de olhar as confissões e catecismos reformados, especialmente a Confissão de Westminster, que focalizaremos a seguir.

PREDESTINAÇÃO CONFSSIONAL

1) ETERNOS DECRETOS DE DEUS.

CFW, III, 1. -*Desde toda eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das coisas secundárias. Ref.: Is 45.6-7; Rm 11.33; Hb 6.17; Sl 5.4; Tg 1.13-17; I Jo 1.5; Mt 17.2; Jo 19.11; At 2.23; At 4.27,28; At 27.23,24,34.*

Textos sobre os atos criadores predeterminados de Deus:

a- Para que se saiba, até ao nascente do sol e até ao poente, que além de mim não há outro. Eu formo a luz e crio as trevas; faço a paz e crio o mal; eu, o Senhor, faço todas estas coisas (Is 45.6,7).

Nada existe que não seja criado e estabelecido pelo Criador, quer por sua vontade diretiva e imperativa quer por sua vontade permissiva ou autoritativa. Deus é Deus; Criador único de todas as coisas; até os nossos pensamentos são produzidos e verbalizados por ação permissiva de Deus:

*Senhor, tu me sondas e me conheces. Sabes quando me assento e quando me levanto: de longe **penetras os meus pensamentos** (**negrito nosso**). Esquadrinhas o meu andar e o meu*

deitar e conheces todos os meus caminhos. Ainda a palavra me não chegou à língua, e tu, Senhor, já a conheces toda (negrito nosso)(Sl 139.1-4).

Deus, um ser racional; e por ser racional, criou o homem semelhante a si mesmo: dotado de racionalidade, capaz de pensar e expor seus pensamentos; um ser emocional, habilitado ao sentimento, à compaixão, ao amor sensório, ao senso de justiça, à sensibilidade.

b- Ninguém, ao ser tentado, diga: Sou tentado por Deus; porque Deus não pode ser tentado pelo mal e ele mesmo a ninguém tenta.. Ao contrário, cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e seduz. Então, a cobiça. Depois de haver concebido, dá à luz o pecado; o pecado, um vez consumado, gera a morte (Tg 1. 13-17).

Tentação é uma intromissão destruidora, uma contaminação espiritual e moral do ser humano. Deus, o sumo bem, não tenta, mas, como Pai zeloso, quando necessário, disciplina, prova a fé de seus filhos ou lhes corrige os erros, delitos, desvios morais, culpas e pecados (Hb 12. 4-13).

Tiago não fala, certamente, da origem do pecado original, mas da procedência do pecado fatural, originário da cobiça. Também se refere, ao dizer que Deus não pode ser tentado pelo mal, à obra maligno concebida pela cobiça como, por exemplo: João tem fóbico desejo de enriquecer-se. O vizinho é muito rico. Ele começa a desejar a posse de seus bens. O desejo transforma-se em cobiça. A cobiça gera o plano de assaltar o vizinho. O pecado intencional já foi cometido. O assalto é efetivado. O pecado gerado pela cobiça converte-se em prática pecaminosa. Tudo aconteceu porque João, contaminado pelo pecado original, não resistiu a tentação interna do enriquecimento fácil. Há crentes com a mesma cobiça, cometendo o pecado do jogo de azar sem, muitas vezes, peso de consciência. Transferem a confiança do Deus supremo para o ídolo das riquezas, Mamon. Não nos esqueçamos que o pecado gera a morte, destruição final dos réprobos. Deus permite a cobiça; se não a permitisse, ela não existiria.

Os textos referenciais, especialmente os de Atos, indicam que Deus tem o controle de todas as pessoas, de todos os acontecimentos e fenômenos naturais, sociais, históricos e espirituais.

Quanto ao homem, ele está sob o domínio de Deus, mas dentro dos limites de sua livre vontade e ações autônomas permitidas, e isso de tal maneira que ele se torna responsável, embora sob o juízo de Deus, pelos seus atos espontâneos. Então, no uso dessa liberdade, seguindo o exemplo de seu ancestral Adão, ele peca responsabilmente contra o Redentor, assumindo o ônus de seus delitos pessoais.

2) **FÉ PREVENIENTE.**

CFW, III, 2. - *Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições. Ref.: At 15.18; Pv 16.33; I Sm 23. 11,12; Mt 11.21-23; Rm 9.11-18.*

Deus não “decretou” porque “previu”; “previu” e “decretou”. Os fatos não acontecem por previsão divina, mas por decreto da divindade. Se Deus não soubesse o que aconteceria no porvir, deixaria de ser absoluto, não teria o atributo da onisciência, estaria limitado quanto aos eventos vindouros. Finalmente: não seria Deus. Ele, no entanto, preconiza o que vai acontecer em virtude de tê-lo decretado e determinado a sua emergência no exato tempo e local de surgimento predeterminado. Ele não salva o pecador por causa de sua “fé prevista”, pois a “fé prevista” é a que foi preordenada, sendo, a seu tempo, doada ao eleito como dom carismático. Deus não prevê o que o homem, por livre arbítrio, vai fazer; o homem faz o que Deus preordena e, em virtude da preordenação, provê em decreto imperativo ou permissivo.

O texto confessional em apreço tem por objetivo combater a doutrina arminiana da preveniência da fé salvadora. Segundo a crença dos seguidores de Armínio, Deus sabe de antemão quem vai crer. Então, dizem uns: Prevendo a crença, Deus decreta a salvação. Afirmam outros: Deus prevê, mas não decreta; a salvação pelo ato voluntarioso de crer é de livre iniciativa opcional do homem. O calvinista, opostamente, ensina que a opção de crer em Cristo decorre da eleição preordenada. A predestinação é a semente da fé; Deus é o seu autor e consumidor. Crê em Cristo quem estiver predestinado à crença.

3) **DUPLA PREDESTINAÇÃO.**

CFW, III,3- *Pelo decreto de Deus e para manifestação de sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna. Ref.: I Tm 5.21; Mc 8.38; Jd 6; Mt 25.31,41; Pv 16.4; Rm 9.22,23; Ef 1.5,6.*

A posição é nitidamente supralapsária, isto é, Deus decretou a eleição dos que seriam regenerados e a perdição dos que, em decorrência da preordenação, perder-se-iam. Os que se salvam em Cristo Jesus, salvam-se por predeterminação de Deus; os que se perdem, perdem-se por preordenação divina. Alguns textos mencionados devem ser, para clareza e fixação, transcritos:

*Conjuro-te, perante Deus, e Jesus Cristo, e os **anjos eleitos** (negrito nosso), que guardes estes conselhos, sem prevenção, nada fazendo com parcialidade (I Tm 5.21 cf Mc 8.38).*

Paulo invoca o testemunho de Deus, de Cristo, e dos anjos eleitos, os que foram preordenados para a fidelidade e preservados para sempre. Não sabemos por que o apóstolo não requereu o aval do Espírito Santo, preferindo o dos “anjos eleitos.” A nós, no entanto, interessa a informação de que tanto quanto a queda da humanidade, com a preservação dos homens eleitos, como a queda dos anjos reprovados e a proteção dos escolhidos, aconteceram por livre arbítrio de Deus em seu eterno decreto eletivo. Deus não é divindade de acasos.

Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos (Mt 25.41b).

A queda no céu causou o aparecimento da divisão do corpo angélico em duas partes antagônicas e opostas entre si: anjos bons, preservados; e anjos maus, reprovados e depravados. Aconteceu no reino celeste, antecedentemente, coisa semelhante ao ocorrido na terra: a queda do homem, consequenciando o aparecimento de eleitos e réprobos. Os anjos caídos e os homens rejeitados terão o mesmo destino final: a Geena, local e estado de penúrias inomináveis permanentes.

Foi a queda no reino celeste que promoveu, certamente por autorização de Deus, a do reino terrestre: O Diabo tentou e, pela tentação, derrubou o homem das origens, Adão. Os eleitos, no entanto, herdarão o reino consumado do Cordeiro a seu convite:

Vinde, benditos de Pai! entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo (Mt 25.34b).

Deus, não somente elegeu, mas também providenciou a morada eterna para os seus escolhidos, depois de restaurar-lhes a unidade essencial e originária mediante a ressurreição do corpo, processada em grau máximo de perfeição: incorruptibilidade e imortalidade.

Predestinou-nos para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no amado (Ef 1.5,6).

4) **ELEIÇÃO CRISTOCÊNTRICA.**

CFW, III, 5.- Segundo o seu eterno e imutável propósito e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade, Deus, antes que fosse o mundo criado, escolheu em Cristo para a

glória eterna os homens que são predestinados para a vida; para louvor da sua gloriosa graça; ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura, que a isso o movesse, como condição ou causa. Ref.: Ef 1.4,911; Rm 8.30; II Tm 1.9; I Ts 5.9; Rm 9.11-16; Ef 1.19; Ef 2.8,9.

A informação teológica de fundamental importância desta proposição confessional é que nós fomos escolhidos em Cristo na eternidade. O decreto de salvação dos selecionados para serem salvos, efetivado na eternidade, foi, no respeitante ao homem, uma obra cristocêntrica: Os preordenados são eleitos em Cristo Jesus nos tempos eternos, quando nada existia, nem mesmo o tempo mensurável, que se liga ao universo geofísico. Cristo, portanto, não foi “uma solução de emergência” diante da “queda imprevista” (conforme alguns infralapsários) do ser humano; ele é nosso Salvador, colocado como tal nos planos eternos de eleição e redenção dos eleitos. O seu sacrifício em favor dos escolhidos, pois, tem dimensão eterna: valeu para os que vieram antes de nós; vale para nós, militantes atuais do povo de Deus; valerá para os que ainda não nasceram, os que virão depois de nós:

Segundo o poder de Deus, que nos salvou e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus, antes dos tempos eternos e manifestada agora pelo aparecimento de nosso Salvador Cristo Jesus (II Tm 1.8b – 10^a).

O sacrifício de Cristo não tem efeito simplesmente retroativo, pois Deus não retroage, pois seus feitos não se limitam à cronologia temporal; ele é eterno, e eternidade é, por si mesma, imensurável, desvinculada do mundo físico, perecível por natureza, e do próprio tempo.

5) **ELEIÇÃO DOS MEIOS.**

CFW, III, 6- *Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito de sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo. Ref.: I Pe 1.2; Ef 1.4; Ef 2.10; II Ts 2.13; I Ts 5. 9,10; Tt 2.14; Tm 8.30; Ef 1.5; I Pe 1.5; Jo 6.64,65;; Jo 17.9; Rm 8.28; I Jo 2.19.*

Um eleito, não sendo chamado, perde a salvação, apesar de escolhido? -De maneira alguma, porque o mesmo Deus poderoso, soberano e providente, que o elegeu

para a salvação, também elegeu os meios pelos quais será eficazmente chamado. Quem escolheu os fins, escolheu também os meios. Os conhecidos e evidentes instrumentos eficientes do chamamento são:

a- **A encarnação do Filho de Deus**, tornado-se partícipe da história humana, inserido no nosso universo humano e nas nossas atividades diárias: *E eis que estou convosco todos os dias até à consumação dos séculos (Mt 28.20b)*. Cristo, tabernaculando no meio de seu povo, é a garantia de que nenhum dos eleitos deixará de conhecê-lo, amá-lo, crer nele e aceitá-lo como Salvador. É mais fácil aceitar e crer num Deus que se fez carne, passou a fazer parte de nossa natureza e de nossas experiências, que numa divindade eminentemente espiritualizada, fora e além da realidade humana.

b- **A Palavra de Deus**. Cristo, o Verbo encarnado, o último e maior dos profetas do Pai, completou a revelação de Deus aos homens, deixando-nos, pelo testemunho dos apóstolos, os evangelhos, as epístolas e Apocalipse, documentos sacros que nos levam à compreensão dos testamentos, velho e novo, e ao entendimento das obras de Cristo no mundo, especialmente aquelas que se destinam a cada escolhido.

c- **O Espírito Santo**. O Espírito Santo testemunha com o nosso espírito a respeito da nossa filiação a Deus mediante Cristo Jesus (Rm 8.14-17); e convence-nos do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16. 8-11). O Espírito é o Missionário de Cristo: leva o pecador a ele, e, uma vez inserido no corpo místico do Salvador, dá-lhe assistência espiritual permanente, pois habita o regenerado: *Acaso, não sabeis que o vosso corpo é santuário do Espírito Santo, que está em vós, o qual tendes da parte de Deus, e que não sois de vós mesmos?(I Co 6.19)*. Sem o testemunho interno do Espírito Santo a efetiva incorporação e a eficácia da Palavra de Deus não se realizam. Não podemos acreditar na limitação e na contenção do Paráclito por quaisquer obstáculos físicos, políticos, sociais e espirituais, pois ele age soberana e incondicionalmente em cada eleito do Pai, que ele tem a responsabilidade ministerial de conduzir ao Filho: *O vento sopra onde quer, ouves a sua voz, mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo o que é nascido do Espírito (Jo 3. 8)*.

d- **Os mensageiros**. A sabedoria do alto, sendo concedida aos eleitos por revelação, capacita todos os salvos, transformando-os em servos da adoração e do testemunho pessoal e verbal do Salvador e Senhor. O conhecimento revelado não é privilégio dos sábios deste mundo; é graça dos predestinados, chamados, regenerados, justificados, adotados como filhos do Pai celeste e “devolvidos” à sociedade com a missão natural de

salgar, fermentar e iluminar. Eis o que Cristo afirma sobre a revelação aos supostamente “desqualificados”, segundo as normas sociais vigentes:

Por aquele tempo, exclamou Jesus: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e instruídos e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, porque assim foi do teu agrado(Mt 11.25,26).

e- **Meios extraordinários.** Além dos meios ordinários, o soberano Redentor pode usar os extraordinários, inclusive os miraculosos. Observemos o seguinte: O eleito o é em Cristo Jesus “desde a eternidade”. Portanto, nem o tempo, nem as contingências podem impedir-lhe o chamamento, pois Deus não se circunscreve a limites nem se subordina a circunstâncias. Onde estiver um eleito, escolhido por determinação preordenada de Deus, a ele chegará a vocação eficaz. Nenhum eleito fica sem o chamado divino. Um predestinado não se perde.

6) **VOCAÇÃO EFICAZ**

O que se disse anteriormente sobre os meios eletivos da vocação e de sua realização providencial, conforme eternamente decretado, tem comprovação explícita na Confissão de Fé de Westminster. Eis o texto:

CFW, X,1- *Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua palavra e pelo seu Espírito, tirando-os por Jesus Cristo daquele estado de pecado e morte em que estão, por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as coisas de Deus para a salvação, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando-lhes corações de carne, renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça. Ref.: Jo 15.16; At 13.48; Rm 8.28-30; Rm 11.7; Ef 1.5,10; I Ts 5.9; II Ts 2.13,14; II Co 3.3,6; Tg 1.18; I Co 2.12; Rm 8.2; II Tm 1.9,10; At 26. 18; I Co 2.10,12; Ef 1.17,18; II Co 4.6; Ez 36.26; Ez 11.19; Dt 30.6; Jo 3.5; Gl 6.15; Jo 6.37; Mt 11.28; Ao 22.17.*

Calvinismo e missiologia. Os missiólogos arminianos, depositando no homem o direito de opção, no que se relaciona à oferta de salvação, convencem a Igreja pela pregação e pelo ensino que o “evangelista” é o “instrumento indispensável” ao convencimento do pecador e à sua “decisão” por Cristo. Dizem: A Igreja missionária “converte pecadores a Cristo;” os evangelistas são usados por Deus para “ganhar almas para Jesus.” Condicionados pela teologia arminiana, valem-se de todos os recursos

modernos de comunicação, de todos os indicadores psicológicos e de todos os apelos à emoção, ao sentimentalismo, ao ludinismo, ao edonismo, aos interesses individuais imediatos; ressaltam o amor ao temporal, aos desejos argentários e ao conforto na vida terrena, para que “as almas venham a Cristo”. Todos os atrativos ou “iscas” são válidos, desde que o “fim” seja a “salvação das almas.” Não sendo membros da Igreja apenas os eleitos de Deus, mas, e principalmente, os “decididos” por Cristo, mediante recursos didáticos persuasivos de comunicação, não é o Salvador que os vocacionou e quem, portanto, os manterá nessas associações religiosas, mas a “mensagem apelativa” e o culto festivo, sempre agradáveis aos ouvidos e ao coração dos “interessados.” Pregação que não apele ao sentimento e não suscite emoções, não tem aceitação nas comunidades arminianas neopentecostais. Rejeição sofre o pastor que, numa igreja desse tipo, voltada para os prazeres, as satisfações, as apelações, mesmo que tenha o rótulo oficial de reformada, pregue segundo os princípios calvinistas de comunicação das verdades escriturísticas e estabeleça uma liturgia para o agrado e a glória de Deus, não para o gáudio dos “ouvintes”, do “auditório” ou da “galera.” Sim, por que o púlpito transformou-se em palco e a “comunidade dos santos”, composta, outrora, de “servos de Cristo,” converteu-se em “platéia.” Alguns “eclesiólogos” hodiernos, distanciados dos pressupostos e dos primados da reforma genebrina, estatuída nas Institutas, alardeiam aos “deformados,” outrora reformados, que para se “trazer” a juventude para a Igreja e nela mantê-la, imprescindível se faz a adoção de chamariscos como: bateria, louvor sentimental, músicas inspiradas nas melodias populares de fácil memorização; danças coreográficas, muitas delas com laivos, propositais ou não, de sensualidades, percussão predominante, abafando a vocalização, saltitações frenéticas, predominância do recreativo sobre o meditativo. Por outro lado, tem-se por certo que as causas do rápido crescimento de igrejas arminianas carismáticas são: a promessa de prosperidade, os exorcismos de espíritos maus, causadores de quaisquer malignidades (doenças, separações conjugais, desempregos...), a divinização do crente, tornando-o capaz de “alterar e controlar a vontade do Salvador.” O culto deixou de ser teocêntrico; tornou-se antropocêntrico. O pedido generalizado das igrejas, cada vez mais arminianizadas, é: *Queremos um pastor evangelista.* Tal preferência significa, na prática: “desejamos um animador de auditório, um substituto do Espírito Santo, um carismático que seja atraente e tenha poder de atração. E os velhos ministros calvinistas? Bem, esses não servem mais!

Conforme a fé reformada, quem “inclui” e “mantém” o jovem eleito na Igreja é aquele que o elegeu desde a eternidade e o chamou com santa vocação para o redil de seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo; quem salva, dirige, governa todas as coisas é o soberano Criador sob cujos pés estão todos os poderes, inclusive Satanás. Crente autêntico é aquele que se submete ao seu Salvador e Senhor, não o que pretende submetê-lo aos seus caprichos, vontades, propósitos e cobiças. Podem alegar, e realmente o têm feito, que o Espírito usa “atrativos” para trazer pessoas para a Igreja e, uma vez dentro dela, vale-se de “estimulantes” para fixa-las e mantê-las. Ora, o Santo Espírito age interiormente nos preordenados para atraí-los para o Salvador; jamais “conquista” o eleito por meio de estímulos externos sensoriais de quaisquer naturezas, especialmente aqueles provenientes dos “prazeres” do mundo. A eleição é o poder impulsivo do eleito, que o direciona para Deus. Também argumentam que o culto a Deus deve incorporar os elementos expressivos da cultura vigente. Legou engano. A adoração deve obedecer aos princípios estatuídos pelo próprio Deus, o instituidor e organizador do sistema litúrgico pelo qual exige que seja adorado. Portanto, o verdadeiro culto a Deus tem de conter *os elementos expressivos das Escrituras Sagradas*, não da sociedade carnalizada.

O crente reformado prega, ensina, testemunha e se confraterniza no corpo dos eleitos, não porque tenha prerrogativas humanas para tais ministérios, mas porque foi preordenado para ser salvo e portador da notícia redentora, como instrumento preestabelecido pelo seu Criador para tal ministério. Ele missiona como servo enviado não impulsiva, mas compulsivamente pela ação interna do Espírito Santo. Pregamos indistintamente a todos; Deus nos usa para atingir os seus eleitos; o Paráclito toca-lhes o coração e os leva a Jesus Cristo; este os regenera, justifica-os e os salva. Não é, pois, a mensagem em si, circunscrita aos dotes comunicativos do pregador, que convence o pecador e vence-lhe o pecado; compete à Segunda Pessoa da Trindade abrir-lhe o entendimento por iluminação e aplica-lhe a mensagem redentora. O convite e o apelo ao arrependimento podem ser feitos, mas a aplicação da palavra de Deus é obra do Espírito. Não se pode usurpar-lhe o ministério nem obstaculá-lo as estritas prerrogativas.

Pregar a Palavra de Deus, na perspectiva o reformada, é uma compunção natural do regenerado, jamais uma opção de quem se apresenta como “ganhador de almas para Jesus.” Alguns desses missionários “ganharam almas,” que lhes deram muito lucro; ficaram ricos.

A Igreja, corpo de Cristo, chamada à existência por Deus, mediante eleição eterna, tem as seguintes características providenciais:

- a- Torna-se visível por meio do sinal externo da obra interna do Espírito Santo em cada crente: o batismo, que gera a comunhão dos batizados em Cristo Jesus.
- b- Mantém-se unida ao Salvador na confraria dos irmãos pela prática consciente, expressão de sua fidelidade, da Santa Ceia, sustentando a consciência histórica da fé professada no Cristo vicário, cujo sacrifício, realizado uma única vez, continua eficaz na santificação da Igreja e na salvação dos pecadores.
- b- Alimenta-se com a Palavra de Deus contida nas Escrituras e implantada nela pelo Espírito Santo.
- c- Confraterniza-se e consolida a fraternidade na comunhão com Cristo e na união agápica da comunidade dos redimidos. A unidade da Igreja decorre da eleição, da vocação, da regeneração e dos meios de graça.
- d- A Bíblia é a exclusiva regra de fé e norma de comportamento ético e religioso da Igreja e de cada um de seus membros. Ela, como Israel, é o povo eleito de Deus; não é somente o conjunto dos eleitos: é a comunidade eleita, o corpo preordenado em Cristo desde a eternidade:

Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, não santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz; vós, sim, que, antes, não éreis povo, mas, agora, sois povo de Deus, que não tínheis alcançado misericórdia, mas, agora, alcançastes misericórdia (I Pe 2.9,10 cf Ex 19.5-6; Dt 7.6; 14.2; Os 2.23).

A verdadeira interatividade entre a Igreja e o membro realiza-se em Jesus Cristo, o centro de convergência, de existência e de expressão da comunidade. A Igreja e o crente são interdependentes: quanto mais fiel a Cristo e às Escrituras for o corpo eclesial, melhor será o seu membro; quanto mais submisso a Deus, mais consagrado à Igreja, mais apegado à Palavra de Deus for o membro, melhor será a comunidade da qual fizer parte. A eleição do todo reúne e santifica as partes; a eleição das partes qualifica e beatifica o todo.

Conclusivamente:

- a- A Igreja é predestinada e vocacionada em Cristo Jesus; dentro dela, corpo do Redentor, o Pai coloca as ovelhas que lhe pertencem desde a eternidade:

Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo. Eram teus, tu mos confiaste, e eles têm guardado a tua palavra (Jo 17.6). É por eles que eu rogo,; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus.

b- A Igreja é a unidade indissolúvel de Cristo, o seu Pastor, e os eleitos do Pai:

A fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste. Eu lhes tenho transmitido a glória que me tens dado, para que sejam um, como nós o somos; eu neles, e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade (Jo 17.21-23a cf Jo 6.37.40; Jo 18.9).

O último e definitivo povo que Deus elegeu em seu Filho amado é a Igreja. Cada eleito dignifica-a e é dignificado por ela.

ELEIÇÃO E ADOÇÃO

CFW,XII- Todos os que são justificados é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, fazer participantes da graça da adoção. Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam a liberdade e privilégios deles; têm sobre si o nome deles, recebem o Espírito de adoção, têm acesso com confiança ao trono da graça e são habilitados a clamar: Abba, Pai; são tratados com comiseração, protegidos, providos e por ele corrigidos, como por um pai, nunca, porém, abandonados, mas selados para o dia de redenção, e herdaram as promessas, como herdeiros da eterna salvação. Ref.: Ef 1.5; Gl 4.4-5; Rm 8.17; Jo 1.12; Jr 14.9; II Co 6.18; Ao 3.12; Rm 8.15; Ef 3.12; Gl 4.6; Sl 103.13;mPv 14.26; Mt 6.30,32; Hb 12.6; Lm 3.32,32; Ef 4.30; Hb 6.12; I Pe 1.3,4; Hb 1.14.

Nossa eleição deve ser motivo de gratidão a Deus, pois ele é nosso Pai desde a eternidade. Ele planejou a nossa existência, não para sermos, posteriormente, no curso de nossa vida, “adotados”, mas para que fôssemos seus filhos em Cristo Jesus. Viemos ao mundo sob a legítima paternidade do Pai celeste, herdeiros de suas promessas e heranças eternas: Ele nos constituiu seus filhos por eleição, por criação, por regeneração, por justificação, por selagem do Espírito. Contudo, alvos de tantas legitimações e tantos privilégios, não devemos ser arrogantes e pretensiosos, pensando que o direito de filiação garante-nos prerrogativas legais como herdeiros dos bens espirituais do supremo e poderosíssimo Genitor; pelo contrário, somos usufrutuários dos bens celestes para a humildade, submissão, obediência, veneração, consideração e profundo respeito. O único herdeiro real, partícipe do “patrimônio” do Pai, é o seu Unigênito Filho, primogênito da segunda humanidade. Ele é dono da herança; nós, seus irmãos subalternos, não passamos de beneficiários, que é privilégio concedido somente aos filhos eleitos. O Pai eterno preordenou-nos para a filiação a ele mediante Cristo

desde a eternidade. Que gloriosa declaração de fé! Que responsabilidade recai sobre nossos ombros! Tamanha e privilegiada bênção está explícita em Efésios 1.5, 6:

Predestinou-nos para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade; para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado.

O regenerado não é filho porque “decidiu” ser; Deus é quem o predestinou à filiação. Ele, portanto, é filho por eleição em Cristo, segundo o imensurável amor do Pai eterno, salvo por Cristo, regenerado pelo Espírito Santo por dotação do Filho. Nada tem o crente de se vangloriar de não ser órfão, não estar na bastardia dos reprovados. O que lhe compete, na qualidade de filho de Deus, é amar, respeitar e fazer a vontade de seu Pai (ver Jo 8. 41-44). O filho do Criador deve-lhe obediência, não declaratória, mas objetiva, serviçal, testemunhal (ver parábola dos dois filhos, Mt 21. 28-32). Há crentes com “fidelidade verbosa”, declarativa, fantasiosa, manifestada nas “exibições litúrgicas”, nas posturas visíveis de piedade, nas orações lamuriantas de autocomiseração, mas de péssimo testemunho cristão na família, no emprego, na sociedade. A fidelidade filial é demonstrada pelo exemplo diário diante do Pai.

PREDESTINAÇÃO E SANTIFICAÇÃO

Sobre a santificação, vida do eleito regenerado, a Confissão de Fé de Westminster declara no capítulo XIII:

I *Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado em si um novo coração e um novo espírito, são, além disso, santificados real e pessoalmente pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, pela sua palavra e seu Espírito, que neles habita; o domínio do corpo do pecado é neles todo destruído, as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas, e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadoras, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá a Deus. Rf.: I Co 1.30; At 20.32; Fp 3.10; Rm 6.5,6; Jo 17.17; Ef 5.26; II Ts 2.13; Rm 6.6,14; Gl 5.24; Cl 1.10,11; Ef 3.16-19; II Co 7.1; Cl 1.28; Cl 4.12; Hb 12.14.*

II- *Esta santificação é no homem todo, porém, imperfeita nesta vida; ainda persistem em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável- a carne lutando contra o espírito e o espírito contra a carne. Rf.: I Ts 5.23; I Jo 1.10; Fp 3.12; Gl 5.17; I Pe 2.11.*

III- *Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que ficam, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence, e assim os santos crescem em graça, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus. Ref.: Rm 7.23; Rm 6.14; I Jo 5.4; Ef 4.15,16; II Pe 3.18; II Co 3.18; II Co 7.1.*

A santificação, na interpretação da Confissão de Westminster, é obra de Deus no crente, a partir da regeneração, e decorrente da eleição. O crente nasce de novo para crescer em Cristo; e esse crescimento recebe a designação de santificação. Portanto, a consequência natural do regenerado é o desenvolvimento, obra do Espírito Santo, que nele habita. O Espírito atua no coração, mudando os sentimentos; na mente, transformando os pensamentos; na alma, aprofundando a fé, a esperança e o amor a Deus.

A santificação não pode ser completa, isto é, ninguém atinge o grau máximo de perfeição espiritual, porque o pecado, tanto a semente (o original) como a raiz (sedimentos dos pecados fatuais e mentais), permanecem no regenerado. Não pode haver ninguém que chegue ou tenha chegado, por santificação, à perfeita eliminação do pecado. Não somos justos por nós mesmos; fomos justificados por Cristo; feitos santos, porque Deus nos escolheu para ele desde a eternidade, jamais porque, por esforços próprios, tenhamos atingido a perfeição. Santificação não é o afastamento de culpas pecaminosas detectadas pelo indivíduo ou pela igreja; sendo, depois penitenciadas e perdoadas. Santificação é a constante e contínua conformação da vontade e das ações do regenerado à vontade e às obras justas e santas do Salvador. Santificação é a eliminação sistemática, dia a dia, das oposições de nossa vida ao Redentor, dos erros e falhas repetidos, da fragilidade de nossa comunhão com Cristo e de nossa fraternidade com os irmãos. Assim, vamos crescendo paulatina, mas constantemente, até o encerramento de nossa existência neste mundo.

Santificação não é, na verdade, o esforço do regenerado para merecer os favores divinos; é a sua luta, na condição de servo redimido, para ser cada mais fiel ao Salvador e mais útil ao seu Senhor.

Todos os eleitos regenerados são santos, igualados pela eleição, pela vocação, pela regeneração, pela justificação, pela filiação e pela habitação do Espírito Santo, que não privilegia “os que trabalham mais”, pois todos são absolutamente iguais perante o Senhor do reino. É o caso exposto por Cristo na “Parábola dos Trabalhadores na Vinha” (Mt 20.1-16). O trabalhador que trabalhou apenas uma hora, recebeu o salário de um dia. O que trabalhou o dia inteiro, recebeu o mesmo salário, o da jornada diária. Deus,

Senhor de todos os eleitos, não discrimina com “promoções”, “beatificações” ou “benesses” os “mais esforçados”, os que conseguiram maior “depósito de méritos” por meio de “obras pias.” Ninguém se santifica por si mesmo, quer por ascetismos abstinentes quer por “devoções beatificantes,” com o objetivo de alcançar o perdão divino e ocupar lugar de proeminência no reino celeste.

Imaginemos, para melhor compreensão do exposto, dois casos:

1) João converteu-se, sendo batizado aos 15 anos. Foi crente fiel, zeloso, criou e manteve toda família na Igreja. Desde a conversão entregou fielmente o seu dízimo. Foi pregador leigo, diácono e presbítero. Seu testemunho cristão foi irretocável, resultado de uma vida exemplaríssima. Morreu aos 85 anos. Setenta anos na Igreja, cantando, orando, lendo as Escrituras, tomando e ministrando a Santa Ceia, participando de todas as atividades comunitárias.

2) Pedro, foi recebido na Igreja com vinte anos; prometia muito, pois era jovem dinâmico, esforçado e cheio de sonhos piedosos. Morreu acidentado aos vinte e cinco anos.

Pergunta-se agora: João, no céu, tem maiores favores e privilégios que seu irmão Pedro? João, com tanto tempo de vida terrena e de membro da Igreja não se santificou mais que Pedro? Não. Ele teve mais tempo de serviço a Jesus Cristo e à sua Igreja; teve o privilégio de servir para a glória de Deus, não para acumular benefícios celestes e bênçãos espirituais. Os dois servos pressupostos estão absolutamente iguais no reino de Cristo, onde não há distinção de um salvo em detrimento do outro. O privilégio de viver muito na existência terrena e de servir a Cristo durante longa vida; tanto quanto a breve passagem por este mundo, são dádivas de Deus, não méritos ou decisões humanas. Assi quis Deus, assim se fez.

Santificação não é, rigorosamente falando, limpeza moral. Há uma ilustração comparativa muito a gosto dos arminianos: *Salvação, é quando o pecador se retira da lama. Santificação, é quando o pecador retira a lama de si mesmo, lavando-se.*

A versão supostamente calvinista desta ilustração é: *Salvação, é quando Deus retira o pecador da lama. Santificação, é quando Deus retira a lama do pecador.*

As duas ilustrações ouvi-as, respectivamente, de um clérigo com o “dom de evangelista” em um “sermão apelativo, e de um presbítero, em palestra sobre santificação. Constituídas, antiteticamente, de frases de efeito, são em ambas as formas, heréticas, quando confrontadas com a soteriologia reformada e o conceito bíblico-confessional de santo e santificação:

a- A queda não é o chafurdamento do pecador, por si mesmo ou por Deus, num lamaçal enodoante e contaminante, mas um estado de alienação espiritual, um distanciamento da criatura de seu Criador. Conforme a doutrina da predestinação, sob a perspectiva supralapsária, a queda estava prevista no eterno decreto do Criador, no qual, antes de qualquer existência física, histórica e humana, nossa eleição acontecia na pessoa do Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo (Rm 8.29; 1.4,5).

b- Não somos salvos porque, por decisão pessoal e livre, “resolvemos” sair da lama, nem porque Deus nos emergiu dela, mas por eleição eterna, chamado eficaz e irresistível, regeneração (nascer de novo), justificação e santificação; tudo obra de Deus em nós mediante a vicariedade do Cordeiro de Deus, a aplicação da obra redentora em nós pelo Espírito Santo, que testemunha internamente em cada eleito regenerado, promovendo-lhe o crescimento espiritual. Nada disso se enquadra no lambuzamento da imprópria comparação, que transforma o pecado em simples “sujidade” de fácil e completa remoção.

c- Pecado não é uma sujeira (lama) lavável, é uma quebra de mandamento divino, uma rebelião contra Deus, um afastamento humanamente irreconciliável. A restauração e a reconciliação do eleito custaram ao Pai, não uma “extração da lama” e posterior “lavagem”, mas o derramamento do imaculado sangue de seu glorioso e amado Filho: *Sem derramamento de sangue não há remissão de pecados (Hb 9.22)*. O pecador redimido é mudado da condição alienada anterior (o homem velho) para o estado de graça em Cristo Jesus mediante o “novo nascimento” (Jo 3. 3,5,7), que nenhuma semelhança tem com um “sair da lama” ou dela “ser retirado.” Cuidado com ilustrações, especialmente as comparativas!

d- O pecador, no ato de remissão, é retirado da morte, não da lama:

Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados(Ef 2.1).

Estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo, - pela graça sois salvos(Ef 2.5).

A salvação, portanto, significa, espiritualmente falando, “ressurreição”: o pecador é arrancado da morte para a vida, não da “sujidade” para a “limpeza”:

Sabendo isto: que foi crucificado com ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos; porquanto quem morreu está justificado do pecado (Rm 6.6,7 cf Rm 6.4).

e- O eleito foi separado desde a eternidade, por livre e soberana iniciativa de Deus, para ser santo e santificar-se:

Assim nos escolheu, nele (Jesus), antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele (Ef 1.5).

Os arminianos argumentam: A predestinação inibe o esforço pessoal de consagração e anula a iniciativa de santificação. Não é assim. O Deus que salva é o mesmo que santifica. O escolhido regenerado é condicionado pelo Pai e estimulado pelo Espírito Santo à santificação, à irrepreensibilidade, à servitude, à adoração e ao testemunho. A salvação, para um bom calvinista, é a causa e não o fim da santificação. Quem não se santifica, é porque o Espírito Santo, o santificador, não habita nele. O sinal externo da eleição e da conseqüente regeneração, segundo a declaração de Efésios 1.5, é a santificação: somos salvos para ser santos e santificar-nos.

Devemos pregar, não a “lavagem” da “lama pecaminosa”, mas a:

-Vocação eficaz dos escolhidos do Pai em seu Filho.

-Morte e ressurreição em Cristo Jesus dos eleitos de Deus.

-Geração de todos os justificados.

-Santificação (crescimento) de todos aqueles que Deus adota como filhos em Cristo Jesus. Assim como a criança alimenta-se da mãe para crescer, o crente alimenta-se de Cristo para desenvolver-se espiritualmente: *Quem comer a minha carne e beber o meu sangue tem a vida eterna (Jo 6.54).* O nascimento e o crescimento, portanto, vêm de Deus: o mesmo que faz nascer, faz crescer.

ELEIÇÃO E PERSEVERANÇA DOS SANTOS

O Pai que nos escolheu para sermos seus filhos em Cristo Jesus, providencia a realização do estabelecido no decreto eletivo eterno: vocaciona, salva, justifica, santifica e nos preserva no reino do Messias. Sobre a maravilhosa doutrina da perseverança dos santos a Confissão de Westminster ensina:

CFW, XVII, 1: *Os que Deus aceitou em seu bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado de graça, nem total nem finalmente; mas, com toda a certeza, hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos. Ref.: Fp 1.6; Jo 10. 28,29; I Pe 1.5,9.*

Comprovação bíblica, exemplificadamente, da perseverança dos santos:

Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão eternamente, e ninguém as arrebatará de minha mão. Aquilo que o Pai me deu é maior do que tudo; e da mão do Pai ninguém pode arrebatá (Jo 10.28,29)

Todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática do pecado; pois o que permanece nele é a divina semente; ora, esse não pode viver pecando, porque é nascido de Deus (I Jo 3.9).

CFW, XVII, 2: *Esta perseverança dos santos não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito, e da semente de Deus neles, e da natureza do pacto da graça; de todas estas coisas vêm a sua certeza de infalibilidade. Ref.: II Tm 2.19; Jr 31.3; Jo 17.11,24; Hb 7.25; Lc 22.32; Rm 8.23, 34,38,39; Jo 14.16,17; I Jo 2.27; I Jo 3.9; Jr 32.40; II Ts 3.3; I Jo 2.19; Jo 10.28.*

Não é o crente que se preserva; Deus é quem o sustenta, conserva-o sob sua proteção, livra-o do retorno à perdição, ao estado anterior de velha criatura. O seu Salvador pode permitir-lhe deslizos temporários, mas não a perda da salvação, o retrocesso definitivo (ver CFW, XVII,3). Quem estava morto em seus delitos e pecados e recebeu a vida doada por Cristo Jesus, sofreu transformação radical, mudou-se do antigo para o novo por intervenção do Filho de Deus e ação do Espírito Santo; e o que Deus faz o homem não desfaz. Eis alguns exemplos escriturísticos da segurança do salvo nos braços de seu Redentor:

Nessa vontade é que temos sido santificados, mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas (Hb 10.10).

Porque, com uma única oferta aperfeiçoou para sempre quantos estão sendo santificados. Disto nos dá testemunho também o Espírito Santo; porquanto, após ter dito: Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor: Porei no seu coração as minhas leis e sobre a sua mente as inscreverei; acrescenta: Também de nenhum modo me lembrarei dos seus pecados e das suas iniquidades, para sempre (Hb 10.14-17).

Quem nos separará do amor de Cristo? Será tribulação, ou angústia, ou perseguição, ou fome, ou nudez, ou perigo, ou espada? Como está escrito: Por amor de ti, somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro. Em todas estas coisas, porém, somos mais que vencedores, por meio daquele que nos amou. Porque eu estou bem certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as coisas do presente, nem do porvir, nem poderes, nem altura, nem profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor (Rm 35-39; cf as demais refs.).

A nossa fé confessada no documento de Westminster que, por sua vez, firma-se solidamente nas Escrituras, é a de que os salvos não perdem a salvação, pois esta não depende do homem, mas da misericórdia de Deus, que não nos concede redenção sujeita

à provisoriedade, dependente de nosso livre arbítrio. A regeneração acontece uma vez só, e a nova criatura dela resultante entra no estado reconciliado definitivo, segundo os propósitos de Deus, aguardando a vitória final sobre a morte física, quando Cristo o revestirá de incorruptibilidade e imortalidade (I Co 15. 53,54).

O eleito redimido é selado pelo Espírito Santo para Jesus Cristo, adotado como filho, segundo a preordenação decretiva de Deus na eternidade:

Em quem também vós, depois que ouvistes a palavra da verdade, o evangelho da vossa salvação, tendo nele também crido, fostes selados com o Santo Espírito da promessa; o qual é o penhor da nossa herança, até ao resgate da sua propriedade, em louvor da sua glória (Ef 1. 13,14 cf II Co 1.22; 5.5).

Predestinou-nos para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1.5).

O arminianismo, diferentemente do calvinismo, sustenta a posição antropocêntrica: Deus é o ofertante da graça salvadora a um homem, dono de si mesmo, que, em virtude de sua vontade livre, pode aceitar ou recusar o bem salvador oferecido. E, uma vez salvo, seu “livre arbítrio” permanece inabalável, tendo o direito de “permanecer”, fazendo uso de sua vontade livre, regenerado, ou então optar pela volta ao estado anterior: degenerar-se, abastardar-se, retornar ao estado de “homem velho”, anulando o “novo nascimento.” Semelhante postura doutrinária centraliza no homem o poder de opção de seu destino eterno e, conseqüentemente, retira de Deus a soberana autoridade salvadora sobre os perdidos. O calvinismo confessa e ensina doutrina oposta: **a-** Deus é absolutamente soberano, imutável e eterno em seus propósitos, ações e atos concretos. **b-** Seu decreto eletivo é fato irrevogavelmente preestabelecido e, quando executado pelo nascimento do eleito, seu chamado, sua regeneração, sua justificação e sua adoção filial, nada e ninguém pode modificar ou destruir os fatos preordenados, agora concretizados na vida real do servo de Deus: Salvo por Deus; salvo para sempre. **d-** Os calvinistas crêm que Deus é tão imutável como Criador quanto o é na condição e qualidade de Redentor e Preservador do redimido. **e-** O homem não tem a mínima possibilidade de salvar-se a si mesmo, quer por seu livre arbítrio quer por suas obras, pois, como afirmam as Escrituras, ele está morto em seus delitos e pecados; um morto está destituído de vontade própria. O pecador irremisso encontra-se, diante de Deus, espiritualmente morto, totalmente inabilitado para decidir sobre sua salvação:

*Ele vos deu vida, estando vós **mortos** (negrito nosso) nos vossos delitos e pecados (Ef 2.1).*

Quem sustenta o regenerado nos braços do Salvador é o Espírito Santo que nele habita, infundindo-lhe a Palavra de Deus, dotando sua mente e consciência de firme convicção em Deus, galardoando-o com a fé salvadora irretomável, com a permanente esperança de que seu Senhor e guia leva-o com segurança, na perigosa jornada da existência terrena, para o morada celestial, onde estará para sempre com o Senhor. O Paráclito utiliza-se da Palavra de Deus para iluminar o salvo, transformando-a, para ele, em única regra de fé e norma de comportamento ético. O crente deve acreditar firmemente que: O Deus que foi eficiente para salvá-lo, também é suficiente para preservá-lo salvo eternamente. Cristo não lança fora os que o Pai entrega a ele.

A CERTEZA DA SALVAÇÃO

Sobre a certeza da salvação assim se pronuncia a Confissão de Westminster:

Os que verdadeiramente crêm no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperança que nunca os envergonhará(CFW, XVIII, 1- in fine). Ref. Dt 29.19; Mq 3.11; Jo 8.41; Mt 8.22,23; I Jo 2.3; I Jo 5.13; II Tm 4.7,8.

Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural provável, fundada numa falsa esperança, mas uma infalível segurança da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com os nossos espíritos sermos nós filhos de Deus, no testemunho desse Espírito, que é o penhor de nossa esperança e por quem somos selados para o dia da redenção (CFW, XVIII,2). Ref. Hb 6.11, 17-19; I Pe 1.4,5, 10,11; I Jo 3.14; Rm 8.15,16; Ef 1. 13,14;; Ef 4.30; II Co 1.21,22.

A certeza da salvação decorre dos seguintes fatores providenciais:

- a- **Da eleição eterna.** O crente bem informado, melhor dizendo, revelado corretamente pelas Escrituras, sobre a eleição eterna dos redimidos em Cristo, fica sem motivos para duvidar da salvação (Cf. Ef 1.4,5).
- b- **Da fé salvadora.** Quem toma consciência de que a fé professada pelos verdadeiramente regenerados é dom de Deus, não sendo conquista do professante, razão lhe falta para dúvidas à incertezas (Cf. Ef. 2. 8,9).

- c- **Do sacrifício perfeito, único e eterno de Cristo.** Não somos salvos por nós mesmos, mas por Jesus Cristo, e em caráter definitivo (Cf Hb 9. 11-15).
- d- **Da mediação intercessora de Cristo.** Cristo está junto ao Pai intercedendo pelos seus regenerados, fato que não lhes permite a queda (Cf .Rm 8.34; Hb 7.25).
- e- **Da intercessão do Espírito Santo.** O Espírito Santo, que habita o crente, intercede constantemente por ele e nele (Cf Rm 8.26, 27). Inviável torna-se o retrocesso do salvo amparado, espiritualmente, pelas intercessões de Cristo e do Espírito Santo.
- f- **Do testemunho interno do Espírito.** O Espírito Santo, que habita o crente, não somente lhe é garantia de permanência em Cristo com o qual é uno, mas também o eleito que lhe serve de tabernáculo é iluminado para emergência de convicta certeza da redenção atual, mas de caráter eterno (Leia Rm 8. 5- 17, especialmente o v. 16). A consciência de segura filiação ao Pai mediante Jesus Cristo nos é dada pelo Paráclito, conforme o texto citado.

Um arminiano, ao duvidar da salvação, duvida de si mesmo; e com razão, porque o livre arbítrio, base de sua fé, por melhor boa vontade que tenha, é falível, instável, sujeito aos condicionamentos psicofísicos (internos e externos) e às disposições mental, psicológica e espiritual ocasionais: *Maldito o homem que confia no homem* (Jr 17.5). Depositar em si mesmo a causa e o mérito da redenção representa um tremendo risco.

Um calvinista reformado que, porventura, duvidar de sua salvação, estará duvidando do Salvador; descrendo da veracidade e imutabilidade de suas promessas e das obras do Redentor; colocando em dúvida a sua filiação executada por graciosa misericórdia de Deus. Além do mais, desacreditará a eficácia do sacrifício vicário de Cristo por ele na Cruz do Calvário; do pacto da graça, que o “duvidoso” reafirma em cada participação eucarística.

O verdadeiro salvo jamais duvida de seu Salvador e, portanto, de sua salvação. Eis o que afirmo na introdução de meu pequeno trabalho sobre a “Perseverança dos Santos e Certeza da Salvação”⁴⁵:

Irmão, a perseverança dos santos é obra de Deus, de sua nova criação em Jesus Cristo. Ele, o Criador e Salvador, é o único infalível, imutável, incorruptível, eterno. Nós, falíveis, corruptíveis e mortais só temos uma oportunidade de perseverança: A eleição. Por ela Deus,

⁴⁵ Onezio Figueiredo: Perseverança dos Santos e Certeza da Salvação, Pastoral ao antigo Presbitério de Casa Verde, hoje, Presbitério Centro – Norte Paulistano: texto introdutório.

em sua infinita misericórdia, preordena-nos à salvação, apropria-se de nós, regenera-nos, vincula-nos a seu Filho, identifica-se conosco, concede-nos a bênção da perseverança, torna-se nosso Pai. E, como tal, mantém-nos em seu regaço, protegidos e cuidados espiritualmente.

A certeza da salvação procede da filiação. Existe exclusivamente no regenerado; uma convicção natural, intelectualmente inexplicável; uma operação interna do Espírito Santo: “O próprio Espírito testifica com o nosso espírito eu somos filhos de Deus: Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo (Rm 8.16,17).

Duvidar da salvação é duvidar do Salvador.

O livre arbítrio no pastoreio

Tem-se ouvido, e até com aprovação por parte de reformados, a frase arminiana de clínica pastoral aos desesperados, enfermos e moribundos: “Você está preparado para encontrar-se com Deus?” Esta interrogação propositiva pode suscitar no clinicado fragilizado um estado de angústia, pois, certamente, fará emergir de seu consciente ou subconsciente todas as misérias morais do passado não reparadas, culpas não perdoadas. Como então preparar-se? Como dar a volta por cima? O “cura d`almas” arminiano jogou sobre uma pessoa debilitada o peso, talvez esmagador, de uma imensa e insuportável carga acumulada ao longo de uma vida pregressa extremamente pecaminosa. O doente em estado final, com muita probabilidade, será esmagado impiedosamente por tamanha responsabilidade pessoal sobre o seu destino espiritual: ter de, sem forças físicas, mentais, psicológicas e espirituais, “preparar-se” para a vida eterna, gerar sua “própria fé” ou, tendo-a, “aumentar-lhe” a potência santificadora, vivificadora e redentora. O aconselhamento, para que se purifique com o objetivo de merecimento do perdão divino, é bíblicamente incorreto e psicologicamente inadequado. O paciente precisa, realmente, da misericórdia de Deus, aplicando-lhe, pelo Espírito da promessa, a graça da redenção e a bênção do consolo espiritual, se for o caso; jamais o apelo para que retire forças de si mesmo e, com elas, “prepare-se para a morte.”

Um reformado consciente e convicto diria ao hospitalizado, física e espiritualmente enfermo: “Não se preocupe; Deus está cuidando de seu destino espiritual, providenciando o melhor modo de sua partida para a eternidade. A mão divina que o colocou no mundo, também o tirará daqui, a você e a todos nós. Ele não deixa seus eleitos desamparados, cujos pecados foram todos expiados por Cristo na cruz. Peça perdão ao Redentor de seus pecados. Descanse em Deus! Confie nele ! O Senhor é o nosso Pastor, e nada nos faltará!

PROCESSOS BEATÍFICOS MERITÓRIOS

a- **Salvação: conquista mediante santificação.**

Os arminianos fazem da santificação um meio de alcance, por merecimento, da vida eterna. Muitos correm, equivocadamente, nesta direção. Não chegarão jamais. O crente do livre arbítrio redentor vive a perguntar-se: Será que estou preparado para partir? Se eu morrer hoje, “alcançarei” a salvação? Tais perguntas um calvinista não as fará, porque a sua salvação é obra eterna do Deus perfeito e imutável.

Um evangelista, falando à Igreja em Escola Dominical sobre a necessidade de “purificação” para a salvação, legou-nos o seguinte absurdo:

Um crente mal preparado, não suficientemente santificado, morreu. Foi para o céu; mas passou tão rente ao caldeirão do inferno, que chegou lá com a roupa chamuscada (gargalhadas).

Disseram-me que o pregador arminiano, era professor de teologia em um instituto bíblico reformado.

b- **Salvação e bênçãos correlatas por direito de posse⁴⁶.**

Tem-se ouvido de evangelistas nominalmente reformados a declaração: *O pecador precisa tomar posse daquilo que lhe compete pessoalmente da obra que Jesus fez por todos. Cristo fez por todos; cada um toma posse do que lhe pertence; é dele por doação.* Neste mesmo diapasão, presenciei o seguinte apelo: *Pecador, Deus, hoje, tem uma bênção para você. Ele quer dar-lhe essa bênção. Venha agora à frente para recebê-la. Não deixe para depois. Amanhã pode ser muito tarde.* Uma “pecadora” foi. Depois de orar por ela, o pregador profetizou: *A irmã acabou de entrar na posse da bênção; aleluia, irmãos; glória a Jesus; Amém e Amém!* Com esse tipo de “decisão” começará, se começar, a vida cristã de um “convertido” reformado? Ou uma pessoa que “imagina” ter tomado “posse da bênção da salvação?” A continuar nesse ritmo, em pouco tempo não restará calvinista na Igreja confessionalmente reformada. O apelo à posse de bênção, praxe que se vulgariza, constitui atitude arminianizante não recomendável ao ministro reformado.

c- **Salvação por humilhação.**

Um missionário oficialmente calvinista, pregando numa igreja reformada, ensinou que, sem a disposição de humilhar-se até o pó. “derramar-se” perante o Senhor, quebrantar-se, quebrar completamente o homem velho, não há possibilidade de se ter crescimento espiritual, de destruição dos pecados ocultos. Desça ao nada, dizia, para

então, saindo do “zero”, começar uma vida nova em Cristo Jesus. É certo que o Senhor Jesus afirmou que quem se humilha será exaltado (Mt 23.12 cf Lc 14.11; Lc 18.14; cf Tg 4.10; I Pe 5.6), mas semelhante humilhação, consequência de real humildade, não momentânea, mas constante na vida inteira do crente, nunca foi recomendada para santificação ou remissão. Nesse caso, seria “santo” por obras humanas, não por graça divina. O servo de Deus, na condição de servo, humilha-se naturalmente. O que não deve acontecer é a “humilhação induzida ou conduzida”, imposta de modo imperativo para efeito imediato de purificação espiritual. O pregador coloca o “apelado” numa encruzilhada: Ou ele se “quebra”, “derrama-se”, ou Deus se encarrega de fazer isso sob recomendação ou mesmo ordem imperativa do “inquebrável” mensageiro.

Estamos presenciando a rapidíssima arminianização das igrejas reformadas, outrora, tradicionais calvinistas.

d- Salvação pela Confissão positiva.

Confissão positiva é aquela que potencializa o salvo para “exigir”⁴⁷ do Salvador o objeto da petição ou do “requerimento por direito filial.” Para que a dita confissão tenha poder decisório, precisa ser audivelmente verbalizada. A recomendação dos “confessionistas” é não orar jamais com fraqueza, indicisão ou dúvida. A oração não pode ser do tipo: *Se Deus quiser; se for da vontade de Deus; se Deus permitir*. Não, o “querer de Deus” depende do “vontade imperativa do crente de confissão positiva.” Portanto, não se “suplica ao Divino”, “exige-se” dele o que se deseja ou o de que se tem necessidade. A oração positiva deve ser imperativa: *Exijo..., ordeno...* E a resposta virá imediatamente, porque o “crente positivo” tem poder de “ordenar a divindade”, e esta, “a obrigação de atender.”⁴⁸

Um proeminente líder eclesiástico reformado, após a mensagem em congresso de federações, fez apelo de duplo propósito: conversão e consagração. Muitas pessoas foram à frente. Não se sabia quem estava lá para “converter-se.” O pregador, muito sorridente (sorriso de comunicação) instou com os que se postavam à frente a repetirem com ele um esquema nitidamente da “Confissão Positiva,” no que concerne ao poder da confissão em si: - Repitam comigo: *“Eu sou um pecador... Eu me confesso pecador... Eu quero ser um servo de Deus... Eu posso ser um servo de Deus... Eu estou pronto*

⁴⁶ James E. Adams: Regeneração por Decisão, Ed. Fiel, SP, 1982, 1ª Ed., pag. 6ss...

⁴⁷ Paulo Romero: Super Crentes, Ed. Mundo Cristão, SP, 1993, 1ª Ed., págs. 25 a 48. Consultar especialmente o título: Soberania de Deus nos ensinamentos de Paul Yonggi Cho.

⁴⁸ Alan B. Pieratt: O Evangelho da Prosperidade, Ed. Vida Nova, SP, 1993, 1ª Ed., págs. 64 e 152 sobre Confissão Positiva: teologia e resposta.

para ser um servo de Deus... E prosseguiu o apelante “confessista”: agora, bem alto, gritando mesmo: *EU SOU UM SERVO DE DEUS*. Voltando-se para o “auditório”, disse: Oremos, agradecendo a Deus por ele ter ganho, neste momento, muitos servos; aleluia”.

Se a referida “confissão positiva” tivesse sido comandada por um leigo, compreender-se-ia; mas quem a liderou foi um ministro “respeitado” nos meios reformados.

CONVITE E LIVRE ARBÍTRIO

Não se condena o “convite”, feito pelos evangelistas, para que o pecador “venha a Cristo. O próprio Jesus fez convite ao perdido:

Vinde a mim, todos vós que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei (Mt 11.28)⁴⁹.

Vejam, no entanto, o contexto próximo, para que se entenda que o “convite”, embora seja verbalmente geral, somente será correspondido por aqueles que Deus preordenou e chama mediante o mensageiro. Os que são, desde a eternidade, do Pai, esses ouvirão e atenderão ao apelo. O versículo vinte e sete do mesmo capítulo prepara a mente do pregador para contextualizar, doutrinariamente, o convite destinado aos ouvintes da Palavra:

Tudo me foi entregue por meu Pai. Ninguém conhece o Filho, senão o Pai; ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar (Mt 11.27).

Jesus repete, conforme João, o mesmo princípio de que as “ovelhas são do Pai”, entregues ao seu pastoreio:

Todo aquele que o Pai me dá, esse vem a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora (Jo 6.37 cf Jo 17. 2,6,9,11,,24).

O apelo é, portanto, biblicamente legítimo; o que não se deve fazer é concluir que todos os que aceitam o chamado externo, em virtude do livre arbítrio, são obviamente salvos.

ELEIÇÃO E CRIANÇAS MORTAS NA INFÂNCIA

É complicado para um calvinista “explicar” a salvação da criança, que morre na infância. Muitíssimo mais difícil, contudo, é para um arminiano resolver o problema da redenção, não só das crianças, mas de todas as pessoas mentalmente incapazes,

impossibilitados de expressarem a fé racional. Para Jesus Cristo, no entanto, o reino de Deus pertencia aos infantes judeus sem qualquer declaração formal de fé consciente:

Então lhe trouxeram algumas crianças para que as tocasse, mas os discípulos os repreendiam. Jesus, porém, vendo isto, indignou-se e disse-lhes: deixai vir a mim os pequeninos, não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus. Em verdade vos digo: Quem não receber o reino de Deus como uma criança, de maneira nenhuma entrará nele. Então, tomando-as nos braços e impondo-lhes as mãos, as abençoava(Mc 10.13-16).

As crianças com as quais Jesus lidou neste episódio eram realmente pequenas, pois ele as tomou em seus braços (v.16). Além do mais, foram conduzidas pelos seus pais, aos quais os discípulos repreendiam (v. 13). Os infantes privilegiados não somente estiveram “nos braços do divino Mestre”, mas também foram por ele abençoados com “imposição das mãos santíssimas do Salvador.” E o Rei dos reis declara que *das crianças*, filhas de pais judeus, herdeiras das promessas, partícipes do povo eleito, é o *reino de Deus*; e a declaração de que as crianças estão incluídas no “reino do Pai celeste” foi feita por aquele que tem credencial e autoridade para fazê-lo, e a fez sem qualquer exigência de fé racional das pequeninas ovelhas. Imaginemos, para clarificação de entendimento, que uma dessas crianças tenha morrido na infância, logo após ter sido “abençoada” por Jesus. Não estaria, porventura, no céu, que a ela pertencia, por declaração do Senhor da glória? Conclusão: A criança eleita, que morrem na infância, está salva por Jesus Cristo, o Redentor. A salvação não pertence aos que a “escolhem”, mas aos que “Deus escolheu” desde a eternidade. O *curso da existência* do escolhido, curto ou longo, não afeta nem altera o propósito final da eleição eterna e imutável, preordenada pelo supremo Criador. Por outro lado, absolutamente nada no homem condiciona a “graça imerecida”: fé racional, penitências, esforços místicos, inocência, boas obras. O arminianismo, fazendo a salvação depender da fé cognitiva e volitiva, “*ipso facto*,” exclui a criança da “*ordo salutis*”, isto é, da redenção.

Em consonância com o que afirmamos estão a Confissão de Fé de Westminster e os Cânones de Dort. Vejamo-los:

As crianças que morrem na infância, sendo eleitas, são regeneradas e por Cristo salvas, por meio do Espírito Santo, que opera quando, onde e como quer. Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da palavra. Ref. Gn 17.7; Sl 105.8-10; Ez 16.20,21; Lc 18.15,16; At 2. 39; Jo 3.8; Jo 16.7,8; I Jo 5.12; At 4.12.(CFW, X,3).

⁴⁹ R. K. Mc Gregor Wright: A Soberania Banida, Ed. Cultura Cristã, SP, 1998, pag. 179.

Devemos julgar a respeito da vontade de Deus com base na sua Palavra. Ela testifica que os filhos de crentes são santos, não por natureza, mas em virtude da aliança da graça, na qual estão incluídos com seus pais. Por isso os pais que temem a Deus não devem ter dúvida da eleição e salvação de seus filhos, que Deus chama desta vida ainda na infância (CD, Art. 17)⁵⁰.

Visão de Westminster:

A Confissão de Westminster sustenta o exclusivo princípio da “eleição” para salvação da criança que morre na infância, seja ela filha de pais crentes ou não: *sendo eleita, está salva por Cristo Jesus por meio do Espírito Santo*. Os teólogos confessionais de Westminster, presumivelmente, entendiam que:

a- Crianças eleitas de pais não eleitos. Essas, atingindo a idade da razão, serão exteriormente chamadas, regeneradas, justificadas e santificadas. Porém, se chegarem a óbito na fase infantil, certamente serão salvas por Cristo em decorrência da eleição eterna.

a- É possível haver filhos de pais eleitos ainda não chamados e regenerados que, decretivamente estejam no pacto da graça. Essas, se falecerem na infância, gozarão a bênção da habitação celeste por herança eletiva.

b- Crianças eleitas de pais eleitos, chamados, regenerados e integrados no corpo de Cristo, a Igreja. Essas, mortas em tenra idade, salvam-se.

Em qualquer dos casos, a salvação será sempre e invariavelmente por meio do único Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo, viabilizada por mediação do Espírito Santo. Lembremos que “ninguém vai ao Pai senão pelo Filho.”

Visão de Dort:

Os doutrinadores do Sínodo de Dort fundamentaram a salvação da criança, morta na infância, na promessa pactual, segundo a base invocada por Pedro no sermão do Pentecostes: *Para vós é a promessa, para os vossos filhos e para todos os que ainda estão longe, isto é, para quantos o Senhor, nosso Deus chamar (At 2.39)*. O texto, porém, em que se basearam é o de I Co 7. 14:

Porque o marido incrédulo é santificado no convívio da esposa, e a esposa incrédula é santificada no convívio do marido crente. De outra sorte, os vossos filhos seriam impuros; porém, agora, são santos.

Ora, inferem, se o filho de pais em que um dos cônjuges é crente, conforme a teologia paulina, a ele se lhe atribui a “santidade”, isto é, a “separação para Deus”, conclui-se que, morrendo na infância, herda o reino dos céus, pois é o lugar final do

⁵⁰ Os Cânones de Dort, Editora Cultura Cristã, SP, sem data, Art. 17, pág. 23.

“santos.” Contempla-se, no Sínodo de Dort, a salvação somente para os “filhos de crentes”, que falecem na idade infantil, pela fato de estarem inseridos na pacto com e em seus pais.

Creemos que os teólogos de Dorth pressupunham que um filho da promessa, partindo nos primeiros dias de vida terrena, salvar-se-ia, porque Deus não permitiria sua morte, se não fosse eleito. A posição de Westminster, a meu ver, é mais consistente, ao firmar-se no pressuposto da eleição, pois inclui todas as crianças eleitas, filhas ou não de pais pactuados com Cristo.

Inabilidade do eleito- crianças e deficientes mentais.

A teologia de Westminster sobre a salvação da criança, morta na infância, é mais ampla, mais abrangente e mais sólida, não somente porque se fundamenta no pacto de Deus com o indivíduo, pessoalmente, e mediante eleição, e não por meio da filiação biológica e dos exemplos paterno ou materno; e também contempla todos os “incapazes de responder ao chamado externo” por quaisquer deficiências mentais ou distúrbios psíquicos: esses, mentalmente infantis, morrendo, recebem a salvação pois, imagina-se: Deus permitiu a deficiência, incapacitando-os às realizações humanas na terra, mas lhes garantiu a redenção pela eterna eleição, não pelo fato de serem deficientes incapazes de crer. O mesmo decreto permissivo que possibilitou a deficiência incapacitante, pode também tê-lo preordenou para a vida eterna, segundo a eterna vontade do Criador. Sendo a redenção exclusivamente um ato preordenado de Deus na eternidade, sem qualquer merecimento fatural ou previsto da parte do homem, tanto está credenciado o “eleito” racional, consciente, inteligente, mentalmente ativo, como o “eleito” na faixa etária pré-racional ou mentalmente incapacitado. A vocação, nos casos de incapacidade responsiva, dá-se por meio de chamado interno, mediante atuação do Espírito Santo no interior do escolhido. Um eleito pode ser, de fato, filho ou não de eleitos. Deus preordenou a existência de cada pessoa, criou-a individualmente, salva-a pessoalmente, independente da forma biofísica pela qual a fez vir à existência. O escolhido do Salvador pode ser um intelectual ou um analfabeto; um indivíduo extremamente racional ou um débil mental; um adulto ou uma criança. O livre arbítrio humano, nas questões soteriológicas, é totalmente inepto, absolutamente ineficaz: *Deus opera tudo em todos.*

SUPOSTA BASE BÍBLICA DO ARMINIANISMO

Os arminianos, em defesa do livre arbítrio para decisão do destino eterno do homem, citam alguns textos bíblicos. Os mais insistentemente focalizados serão mencionados e comentados abaixo. Os outros, numerosos, mas repetitivos e descontextualizados, ficam respondidos nos exemplos tomados:

1) *Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna (Jo 3.16).*

Deus amou o mundo, a humanidade onde estão os seus eleitos. Deu-lhe o seu Filho unigênito e amado, mas restringe a salvação aos que crêem: *...para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna (ver também v. 15).* O contexto, anterior e posterior, nos informam que:

a- O mundo está dividido entre os carnis- nascidos da carne- e os espirituais ou regenerados – nascidos do espírito, conforme Jesus demonstra a Nicodemos (Jo 3. 5-8).

b- Há crentes em Cristo, justificados, e há descrentes condenados:

Quem nele crê não é julgado; o que não crê já está julgado, porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus (Jo 3.18). Quem “já está julgado”, logicamente, não tem mais “chance”, pois o pronunciamento de sentença do supremo Juiz foi feita, resta ao sentenciado o cumprimento da pena. Por outro lado, o crente a quem o dom da fé salvadora foi outorgado não “é julgado”, porque o juízo que recairia sobre ele, recaiu sobre o Cordeiro, também de modo definitivo.

Salvação a todos os homens.

Se o Filho tivesse sido dado a todos os homens, a salvação seria universal e “compulsória”, não por livre arbítrio. No entanto, salvos serão exclusivamente os que crederem; mas a crença é dom de Deus, não produto da razão, movida pelo livre arbítrio. Sobre esta questão, Paulo, inspirado pelo Espírito Santo, arbitrou:

Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não (vem) de obras, para que ninguém se glorie(Ef 2.8,9).

Elimina-se o livre arbítrio na salvação pela graça mediante a crença em Cristo, o que pressupõe, para concessão da fé redentora, a eleição seletiva no Filho de Deus. Não se há de alegar a salvação pela “fé prevista”, porque os arminianos depositam seu crédito exegético na palavra “todo” (totalidade). Então, a “fé prevista”, se Deus deu o seu filho a “todos” os homens, teria de ser doada à humanidade inteira, isto é, “todos” deveriam crer por eterna “previsão divina”. Não é isso que acontece nem o que o texto

nos mostra: há carnais e espirituais; há crédulos e incrédulos. O versículo citado em nada ajuda o arminianismo: comprova o contrário.

2) *Isto é bom e aceitável diante de Deus, nosso Salvador, o qual deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade (I Tm 2. 3,4).*

“Todos” aqui entra em contradição com:

a- A revelação bíblica, que nos mostra a “rejeição divina deste os primórdios da humanidade, quando aceitou o sacrifício de Abel e rejeitou o de Caim (Gn 4. 4,5 cf 4.11); quando concedeu fé a Noé e à sua família, deixando o resto, quase a totalidade, sem a iluminação para entendimento da mensagem noética; quando Javé escolheu um povo para si, com exclusão eletiva dos demais povos; quando amou Jacó e aborreceu-se de Isaú; e hoje Deus tem sua Igreja, corpo de Cristo, dentro de um mundo incrédulo e religiosamente corrompido. A dicotomia da humanidade em réprobos e eleitos está nas Escrituras, ao falar da existência respectiva de inferno e céu. Deus deseja que “todos” sejam salvos; então isto deveria acontecer, conforme o raciocínio arminiano, mas não acontece. Cristo, o Salvador, mandou os “malditos” para o Inferno Mt 25.41).

b- Com a “fé prevista” que, conforme o próprio arminianismo, é seletiva: alguns a recebem, outros, não. A expressão: *Deus, nosso Salvador*, certamente se refere a Jesus Cristo, o Verbo encarnado que, em virtude de sua humanização e sacrifício vicário, tornou-se o Salvador, sendo “verdadeiro Deus e verdadeiro homem na mesma pessoa e ao mesmo tempo. Como Salvador, ele, por certo, deseja que todos sejam salvos; mas efetivamente salva os que o Pai predestina e entrega a ele; e os que recebe do Pai não lança fora, de maneira alguma. O texto apresentado, ao ser confrontado com o contexto geral das Escrituras, não defende a tese da “eleição condicional”, segundo a pretensão arminiana. No próprio colégio apostólico, todos com chamado externo de Cristo, havia um, que era o “filho da perdição”, segundo declaração do Messias (Jo 17.12). Paulo fala de “vasos de ira” preparados para a perdição (Rm 9.22); do “homem da iniquidade”, o “filho da perdição” (II Ts 2.3). A Bíblia não comprova a afirmação arminiana da “eleição condicional.” como já vimos anteriormente.

3) *Não retarda o Senhor a sua promessa, como alguns a julgam demorada; pelo contrário, ele é longânimo para convosco, não querendo que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento (II Pe 3.9).*

Análise do texto:

a- “Todos”, com segurança, refere-se aos crentes aos quais Pedro se dirige, nunca à generalidade universal dos seres humanos:

Simão Pedro, servo e apóstolo de Jesus Cristo, aos que conosco obtiveram fé igualmente preciosa na justiça do nosso Deus e Salvador Jesus Cristo.

b- A expressão: “Longânimo (retardamento) para convosco” indica “restrição” comunicativa ao grupo a que se dirigia, isto é, à Igreja: “*Amados (membros da Igreja) (parênteses nossos), esta é, agora, a Segunda epístola que vos escrevo... ”(II Pe 3.1).* O que o apóstolo está dizendo é que Deus retarda a sua vinda, para dar oportunidade de “chamado” e “conversão real” a todos os eleitos aos quais escreve. Nenhum “universalismo” aqui se observa.

c- “Todos”, no texto, não pode referir-se à totalidade dos homens pois, conforme o próprio arminianismo, a “fé prevista” não contempla a humanidade inteira; ela é tão seletiva e restritiva como o decreto eletivo. Eis, em síntese, o que os arminianos, dedutivamente, ensinam: Deus previu, na eternidade, que “uns” creriam, mas também previu que “outros” não creriam. O universalismo soteriológico, muito a afeição do liberalismo teológico, não é defendido pelo arminianismo. Portanto, os seguidores de Armínio, fiéis à teologia arminiana, não deverão “defender o universalismo” da salvação, invocando o termo “todos”. Além do mais, eles sabem que Jesus não “incluiu” “todos os homens” na comunidade dos agraciados com a eleição e beneficiados com a redenção:

É por eles que eu rogo; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus (Jo 17.9).

Os eleitos, certamente, crerão em Cristo pelo chamado externo da Palavra de Deus e pela vocação interna do Espírito Santo, que lhes aplica a exposição externa. O arminianismo procura comprovar bíblicamente o livre arbítrio para a escolha da oferta de salvação, citando textos isolados do contexto geral das Escrituras, que ensinam o contrário: Deus elege, chama, redime, justifica e santifica os seus escolhidos em Cristo Jesus. O calvinismo é, sem dúvida, bíblicamente sólido, embora a doutrina da predestinação seja incompreendida por muitos e até rejeitada por alguns, mesmo conservando o rótulo de reformados.

4) *Porque assim como, em Adão, todos morrem, assim também todos serão vivificados em Cristo (I Co 15.22).*

Será que o arminianismo pretende “defender” a “universalismo savacionista” por meio deste versículo descontextualizado do resto das Escrituras e mesmo do contexto próximo? O versículo 23 restringe o pressuposto: “todos os homens” do v. 22:

Cada um, porém, por sua própria ordem: Cristo, as primícias; depois, os que são de Cristo, na sua vinda (I Co 15.23).

Fica claro, pelo contexto posterior, *serão vivificados em Cristo somente “os que são de Cristo”,* e não todos os homens, porque na humanidade há os que pertencem ao Cordeiro por dádiva do Pai e há os que “são filhos do Diabo”, aos quais Cristo, no último dia, ordenará o Inferno (Mt 25. 41).

Em Adão, “todos” os eleitos morrem; mas em Cristo, “todos” os eleitos são vivificados. Os textos escatológicos não se preocupam com os réprobos, mas prioritariamente com os “escolhidos regenerados”, como é o caso: *Cristo, as primícias; depois os que são de Cristo, na sua vinda (v.22 b).* Deus somente será “tudo em todos” no reino consumado do Messias, quando “todos” os “inimigos” forem definitivamente derrotados (I Co 15. 28). A vitória final do “Christus Victor” somente se dará, quando tiver derrotado “toda” potestade e “todo” poder (v.24b). A exegese generalista concluiria: “toda” potestade inclui também, obviamente, a “potestade divina?” “Todo” poder abrange, pela lógica generalizante, o “poder de Deus”? Vejam que o “todo” não pode ser entendido, num contexto escatológico, de maneira universalmente inclusiva. No “reino escatológico” os salvos por Cristo, vivificados, portanto, têm seus nomes registrados no Livro da Vida:

Nela, nunca jamais penetrará coisa alguma contaminada, nem o que pratica abominação e mentira, mas somente os inscritos no Livro da Vida do Cordeiro (grifo nosso) (Ap 21. 27 cf Ap 20.15).

O arminianismo não consegue provar o “livre arbítrio” para salvação e a conseqüente doutrina da “eleição condicional” pelas Escrituras, contempladas em sua totalidade revelacional, mas tentam fazê-lo, utilizando-se de partes “pinçadas” propositalmente. Os textos citados são interpretados segundo os pressupostos apriorísticos da teologia de Armínio e seus sucessores.

Nós, reformados, fiquemos com o calvinismo das Institutas e dos documentos confessionais, para evitarmos desvios confessionais, doutrinários , missiológicos e litúrgicos, mas, e principalmente, conservar a nossa fidelidade à Escritura Sagrada, regra de nossa fé e parâmetro de nossa conduta religiosa e comportamento ético.

ELEIÇÃO E ESCATOLOGIA

A relação da eleição com a escatologia é pertinente e direta. Todos os eleitos foram predestinados, desde a eternidade, para serem salvos por Jesus Cristo durante a peregrinação na terra, em estado e estágio físico corruptível. Findo o período de

militância terrena, onde cada escolhido, embora salvo e protegido pelo Redentor e consolado pelo Paráclito, teve de enfrentar opositores terrivelmente poderosos e vencê-los sob o comando direto do Rei dos reis, o imbatível Messias: O Maligno e seus anjos; o pecado social, psicológico e espiritual; os poderes mortíferos das trevas. Efetivada a vitória de Cristo com seu povo, estarão totalmente derrotados, eliminados: as potências pecaminosas; o reinado satânica; os assassinos agulhões da morte. Então, em corpos ressurretos imortais e incorruptíveis, chegaremos ao destino final e à morada permanente de todos os preordenados à salvação no glorioso Filho de Deus.

Não precisamos de firulas exegéticas para descobrir a imediata conexão do “decreto eletivo” com o reino escatológico do Messias, pois se trata, realmente, do objetivo último dos propósitos do Deus eterno, ao eleger decretivamente um “povo seu, zeloso e de boas obras”. Atentemos para as seguintes informações bíblicas:

1) **Dimensão escatológica da eleição.**

O reino escatológico está preparado para os “eleitos de Deus” desde a fundação do mundo:

Então, dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo (Mt 25.34).

O reino consumado do Cordeiro estava previsto no decreto eletivo desde a eternidade. Jesus Cristo, falando aos seus discípulos sobre sua partida iminente, revelou-lhes: *Na casa de meu Pai há muitas moradas. Se assim não fora, eu vo-lo teria dito (Jo 14.2).*

A redenção em Cristo dos escolhidos estava decretada na eternidade (Ef 1. 4,5, 11,12 cf Rm 8.29,30; Rm 9. 23,24). Do plano eterno também constava o destino final de cada e de todos os eleitos congregados na Igreja, unidade no Filho de Deus em marcha para o “reino porvir,” para o “scaton”, que aguarda os escolhidos do Cordeiro. O novo Israel empreende a jornada para a terra da promessa, a Jerusalém celeste, com muitos sacrifícios, próprios da caminhada, e perseguições emergidas de todos os lados e todos os tipos, promovidas pelas hostes diabólicas e pelos réprobos a serviço do mal: todos contra o Messias e seus humildes peregrinos em terras alheias e estranhas.

2) **Separação: Eleitos e réprobos**

Os arminianos, citando II Pe 3.9, dizem que Deus não quer que ninguém se perca. A Bíblia, contradizendo-os, revela a perdição de muitos, os quais serão, por ordenação de Cristo, lançados na Geena (Mt 25.41). O que o Deus soberano quer, realiza. O “querer” sem realização do que se deseja e almeja é frustração da vontade, fracasso e decepção. O

Rei supremo, imutável, infalível, onisciente e onipotente não pode ser frustrado em seus desígnios, planos e propósitos. Um Deus que “quer” e não pode concretizar o seu querer por impedimento imposto pela criatura finita por meio de um “livre arbítrio” com tal poder, que é capaz de “contrariar”, “impedir”, “frustrar” e mesmo “anular” a “vontade” divina; esse Deus, conclui-se, deixa de ser “soberano” para “ceder” o atributo da soberania a um mísero mortal, convertido em “super homem” divinizado. A realidade é outra. A humanidade, tanto a militante na terra como a que já partiu, divide-se em duas partes: Eleitos e réprobos. Numerosos textos o comprovam, mas examinemos o da *Parábola do Trigo e do Joio*. Ei-la:

Disse Jesus: *O reino dos céus é semelhante a um homem que semeou boa semente no seu campo; mas, enquanto os homens dormiam, veio o inimigo dele, semeou o joio no meio do trigo e retirou-se. E, quando a erva cresceu e produziu fruto, apareceu também o joio. Então, vindo os servos do dono da casa, lhe disseram: Senhor, não semeaste boa semente no teu campo? Donde vem, pois, o joio? Ele, porém, lhes respondeu: Um inimigo fez isso. Mas os servos lhe perguntaram: Queres que vamos e arranquemos o joio? Não! Repliou ele, para que, ao separar o joio, não arranqueis também com ele o trigo. Deixai-os crescer juntos até à colheita, e, no tempo da colheita, direi aos ceifeiros: ajuntai primeiro o joio, atai-o em feixes para ser queimado; mas o trigo, recolhei-o no meu celeiro (Mt 13.24-30).*

Jesus explica a Parábola do Joio:

O que semeia a boa semente é o Filho do Homem; o campo é o mundo; a boa semente são os filhos do reino; o joio são os filhos do maligno; o inimigo que o semeou é o Diabo; a ceifa é a consumação do século, e os ceifeiros são os anjos. Pois, assim como o joio é colhido e lançado ao fogo, assim será na consumação do século. Mandará o Filho do Homem os seus anjos, que ajuntarão do seu reino todos os escândalos e os que praticam a iniquidade e os lançarão na fornalha acesa; ali haverá choro e ranger de dentes. Então, os justos resplandecerão como o sol no reino de seu Pai. Quem tem ouvidos [para ouvir], ouça (Mt 13. 36-43).

Explanando a resposta de Jesus:

a- O “semeador” da semente de trigo é Jesus Cristo, o Filho do Homem, isto é, quem coloca os eleitos neste mundo é o Verbo de Deus, não são os próprios homens que a si mesmos se colocam por meio de opção pessoal de seus arbítrios livres; também não são “os conquistadores de almas” que “adquirem” servos para Deus: esses foram preordenados, trazidos à existência, chamados pela Palavra e pelo Espírito, regenerados, justificados e

incluídos no povo de Cristo por exclusiva ação divina, que pode usar agentes missionários individuais, a Igreja ou as Escrituras Sagradas diretamente.

b- *O campo é o mundo*, originalmente plantado com a boa semente no Éden; o Diabo, porém, com a permissão de Deus, “plantou o joio” na mesma cova do trigo, infestando o “campo” do Filho do Homem. Desde então, crescem juntos, no mesmo ambiente, os “filhos de Deus” e os “filhos do maligno.” Cristo, pelo ensino desta parábola, não deixa nenhum espaço para as “decisões humanas” via “livre arbítrio” e as conseqüências da “eleição condicional”: É Deus quem *semeia* o trigo; é o Diabo quem *semeia* o joio:

c- *A “boa semente” são os filhos do reino; o joio são os filhos do maligno.*

O *trigo* não pode ser *joio* em potencial, isto é, com possibilidade de tornar-se “joio” no uso da vontade livre pela qual “deixa de ser trigo”, filho do reino, para converter-se, por opção consciente e sem obstáculos, em “filho do Diabo”. O inverso também não ocorre: o “joio”, mesmo se quiser, não tem a mínima condição de vir a ser “trigo”. O “livre arbítrio”, com os conseqüentes e incontrolláveis poderes de opção e decisão, é totalmente incapaz de transformar um “joio” em trigo.

d- *O inimigo que o semeou é o Diabo.*

A *semente* do Diabo, *joio*, nada tem a ver com a *semente* de Cristo, *trigo*. Um não transmuda em outro, nem por intermédio da “vontade livre” do homem. Será que o arminiano ousaria dizer que o Filho do Homem está errado? Que a sua “interpretação da Parábola do Joio” é incorreta?

e- *Pois, assim como o joio é colhido e lançado ao fogo, assim será na consumação do século.*

A separação final e definitiva entre trigo e joio, isto é, entre eleitos e réprobos, acontecerá, por exclusivo arbítrio de Deus, na consumação do século, quando o “trigo”, isto é, o redimido será “recolhido” ao “reino consumado” do Cordeiro; e o “joio”, lançado na “fornalha acesa; ali haverá choro e ranger de dentes (v. 42).

Na Parábola do Semeador e sua explicação (Mt 13. 1-9 e 10 a 23), a semente é semeada em vários tipos de solos, em quase todos, brota, chega a crescer um pouco, em algumas circunstâncias, mas não prosperam. Somente a que cai em boa terra frutifica (v. 8).

Na explicação desta parábola, Jesus mostra:

a- Que o conhecimento de Deus é uma dádiva celeste aos seus escolhidos:

Porque a vós outros é dado conhecer os mistérios do reino, mas àqueles não lhes é isso concedido. Pois ao que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas, ao que não tem, até o que tem lhe será tirado (vs. 11,12 cf Lc 8.9,10).

A “boa terra”, pois, são o coração e a mente dos escolhidos; sendo a Palavra o meio de chamamento externo irresistível, neles incutida pelo Espírito Santo; enquanto o “livre arbítrio” é obstaculado e destruído pelas forças opositoras e pelas circunstâncias adversas, usadas pelo Maligno: tentação diabólica (v. 19); angústia e perseguição (vs. 20,21); cuidados do mundo e fascinação das riquezas (v. 22).

Nos tempos do fim, antecedentes à volta do Filho do Homem, a religiosidade hipócrita prosperará abundantemente; aparecerão falsos profetas, surgirão falsos cristos, todos usando o nome de Cristo de maneira mágica, visando benefícios materiais, especialmente a prosperidade e o suposto domínio sobre as hostes malignas por meio de exorcismos:

Acautelai-vos dos falsos profetas, que se vos apresentam disfarçados de ovelhas, mas por dentro são lobos roubadores(Mt 7.15).

Muitos, naquele dia, hão de dizer: Senhor, Senhor! Porventura, não temos profetizado em teu nome; e em teu nome não expelimos demônios, e em teu nome não fizemos muitos milagres? Então, lhes direi explicitamente: nunca vos conheci. Apartai-vos de mim, os que praticais a iniquidade (Mt 7. 22,23).

O nome de Cristo, nos tempos do fim, será explorado, e já está sendo, levando milhares, por interesses imediatos, ao falso cristianismo, objetivando o bem material, o gozo sensorial e as “conquistas” de benesses espirituais. Ressalta-se o “Deus da glória”; menospreza-se o Cristo da cruz. Prega-se a religião do prazer; despreza-se a vida de sacrifício. Divulga-se a fé positiva, comandante, imperativa e dominante; rejeita-se a fé salvadora da submissão, da renúncia, da serviçalidade e do testemunho. A religião dos milagres está dominando. Começam aparecer os falsos cristos, os enganadores persuasivos de muitos, precedentes da grande tribulação e até concomitantes a ela, iludindo as massas; mas os selecionados de Deus serão preservados:

Porque nesse tempo haverá grande tribulação, como desde o princípio do mundo até agora não tem havido e nem haverá jamais. Não tivesse aqueles dias sido abreviados, ninguém seria salvo; mas, por causa dos escolhidos, tais dias serão abreviados. Então, se alguém vos disser: Eis aqui o Cristo! Ou: Ei-lo ali! Não acrediteis; porque surgirão falsos cristos e falsos profetas, operando grandes sinais e prodígios para enganar, se possível, os próprios eleitos (Mt 24. 21-24).

O juízo final será antecipado por causa dos eleitos (v. 22). Eles não serão ludibriados pelos pregadores da falsidade, mas padecerão intensamente, porque o

menosprezo e a perseguição desencadear-se-ão sobre eles exacerbadamente. As multidões serão vítimas inconscientes do engano, sendo levadas a confiarem em anticristos, pensando que depositam a fé interesseira no verdadeiro Filho de Deus. Os eleitos, segundo a promessa do Salvador, não se deixarão enganar por tais mensageiros da malignidade, mas com aparência de justos e ensino de profetas reais, procedentes de Deus. No período tribulacionista a distinção, na religião popular, entre eleitos e réprobos tornar-se-á muito difícil. Os verdadeiros escolhidos, no entanto, integrados na Igreja invisível, saberão selecionar, iluminados pelo Espírito Santo, os que são de Cristo e os que se afastam dele: Deus os preservará dos falsos mestres, falsos profetas e falsos cristos.

O LIVRE ARBÍTRIO SOTERIOLOGICO.

Voltamos a falar do livre arbítrio como instrumento humano de opção, mesmo contra a vontade de Deus, entre salvação e perdição. Uns, porém, são destinados ao Céu; outros, ao Inferno, não por “decisão pessoal”, mas por escolha e arbítrio de Deus. A “vontade livre” exerce o papel da divindade: manda para o Paraíso ou para o Lago de Fogo; leva o homem a confiar em si mesmo, em suas potencialidades, não no Salvador, que somente o salva, se obtiver sua permissão. Salvação, pois, não é graça divina; é opção humana. Jesus pinta-nos na “Parábola do Fariseu e o Publicano,” um quadro, mostrando-nos um “pretensioso” “conquistador” dos céus, em contraste com outro, “despretensioso”, porque nada possuía em si que o levasse a “merecer” o reino de Deus (Lc 18. 9-14). O fariseu “confiava em sua “capacidade” de decidir o seu destino, e estava convicto de tê-lo conseguido. O publicano, nenhuma confiança depositava em si mesmo, pois se reconhecia incapacitado. Vejam a oração do fariseu, extremamente auto-confiante, isto porque se baseava no que “fazia meritoriamente””, firmado, com certeza, no seu livre arbítrio:

“ O fariseu, posto em pé, orava de si para si desta forma:

Ó Deus, graças te dou porque não sou como os demais homens, roubadores, injustos e adúlteros, nem ainda como este publicano; jejuo duas vezes por semana e dou o dizimo de tudo quanto ganho” (vs. 11, e 12).

O publicano, estando em pé, longe, não ousava nem ainda levantar os olhos ao céu, mas batia no peito, dizendo: Ó Deus, se propício a mim, pecador (v. 13).

Jesus disse que o publicano voltou justificado para casa; o fariseu, porém, não teve sua oração, carregada de iniciativa própria e autojustificação, ouvida: ficou sem justificação. O livre arbítrio, pelo qual se adquire a redenção, não passa de “justiça própria.” Aquele que é capaz, por seus esforços pessoais, de “conquistar a salvação”, pode orgulhar-se e exaltar-

se de sua “firme e decidida força de vontade”, estando em condição de “criticar” os fracos, os que, embora desejosos, não conseguem atingir o alvo: a salvação de suas almas.

Poderão alegar que o publicano “creu” em Cristo em virtude da “fé preveniente.” A parábola não menciona “fé em Cristo”. As orações não foram feitas em nome do Filho de Deus, mas direcionadas diretamente, como era praxe entre os judeus. A conclusão de Cristo foi:

Porque quem se exalta, será humilhado; mas quem se humilha, será exaltado (v.14).

O que está em jogo, segundo o Messias, são as posturas diante de Deus: *Exaltação* humana com propósitos beatíficos; *humilhação*, resultado do reconhecimento de sua insignificância e consciência de seu estado pessoal de pecaminosidade. Na questão em foco, a resposta arminiana, presumivelmente, seria: o publicano creu pela “fé prevista.” Nesse caso, despreza-se o argumento do “todo”, pois Deus aqui “previu a fé” para o publicano, mas não a “previu” para o fariseu, que era profundamente religioso e fiel aos princípios doutrinários de seu povo. Como se observa, é difícil conciliar a doutrina da “fé prevista” com sua suposta aplicação de que Deus a “concede a todos os homens”. Se Deus previu que “todos os homens creriam”, por que uns, desobedecendo ao “decreto do Rei”, impunemente, louvando-se no seu divinizado “livre arbítrio,” “deliberadamente” professam o ateísmo? Então, como já se disse, Deus é “competente” para “prever”, mas “impotente” para realizar a previsão. O Deus do arminianismo não é, portanto, soberano: delegou a soberania ao homem, sua finita e limitada criatura. Um fariseu, que luta, valendo-se de seu “livre arbítrio” e para viabilizá-lo, “nada consegue. Um publicano, sem qualquer merecimento, introspectivo, é ouvido por Deus. Onde fica, pergunta-se, o “exercício visível, concretizado em obras pias, do “livre arbítrio?” De que maneira o homem pode demonstrar concreta e patentemente a sua “vontade livre” pela qual ele se volta para Deus? Não é melhor crer-se na “salvação exclusivamente pela graça,” sem qualquer mérito humano de “fé prevista” ou obras meritórias?

O livre arbítrio, obviamente, atribui ao homem direito e prerrogativa de decidir seu destino espiritual, não admitindo qualquer intervenção procedente de Deus. Paulo nos afirma, contudo, que o homem, supostamente capaz de exercer livre arbítrio, nem orar corretamente sabia:

Também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza; porque não sabemos orar como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós sobremaneira, com gemidos inexprimíveis. E aquele que sonda os corações sabe qual é a mente do Espírito, porque segundo a vontade de Deus é que ele intercede pelos santos (Rm 8.26,27).

Devemos crer na soberana “vontade de Deus” pela qual o Espírito atua em nós, produzindo ininteligivelmente a verdadeira oração, que pressupomos ser nossa, ou cremos na “oração produzida” pelas virtudes racionais e intelectivas do “livre arbítrio”? Na verdade, somos controlados por Deus, na qualidade de seus escravos:

Porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2. 13).

Deus não é injusto, deixando um homem depravado, limitado e fragilizado em decorrência da depravação, entregue a si mesmo, ao seu livre arbítrio, extremamente condicionado por inúmeras contingências físicas, morais, sociais, psicológicas e religiosas. Imaginem um pai, deixando seu filho recém-nascido, à sua própria sorte. Pensem numa família, abandonando um de seus descendentes, incapacitado mental e fisicamente, ao léu da sorte, sob argumento de que cada um deve cuidar de si mesmo, exercitando seu livre arbítrio. O homem encontra-se, no que se refere ao bem e à vida espirituais, na mesma situação de inabilidade e incapacidade de um recém-nascido. Deus, o Pai, em sua infinita misericórdia, não abandona seu filho, adotado desde a eternidade, mas o protege e dirige-o por sua misericordiosa graça e o salva em Cristo Jesus. Somos, confrontados com os fatos e riscos espirituais, totalmente incapazes e indefesos, à semelhança do enfermo comatoso, do doente mental, da criança em tenra idade, espiritualmente incapazes. Se o Pai não nos reerguer, amparar-nos e nos salvar, permaneceremos perdidos, destruídos, liquidados.

ARMINIANISMO E CALVINISMO: IDENTIFICAÇÃO.

A fé reformada, no tempo das pugnas entre calvinismo e arminianismo (a partir de 1604), era oficial na Holanda: Igreja estatal. Isto, por um lado, lhe dava proteção mas, por outro, trazia problemas, pois muitos aderiam por conveniências, não por crença sincera. Além do mais, a religião reformada, calvinista confessa, passou a sofrer os ataques dos seguidores e sucessores de Tiago Armínio (1560 – 1609), que pregavam contra o ensino reformado da “depravação total” e “eleição incondicional.” Os arminianos instavam junto ao governo holandês para que definisse oficialmente a questão. Com esse propósito, estruturaram e esquematizaram o pensamento arminiano em um documento de cinco pontos. Diante da postulação arminiana, um tipo de “pleito” junto às autoridades governamentais e às religiosas, que recebeu o nome “Remonstrância” (requerimento, pedido), publicado em 1610, os calvinistas reformados passaram a exigir do governo a convocação de um sínodo para dirimir a questão. Maurício de Orange, conde de Nassau, e sua corte freqüentavam a Igreja Reformada. Ele, diretamente interessado, convocou a Igreja

para reunir-se em concílio, o que, realmente, aconteceu, de 13 de novembro 1618 a 6 de março de 1619. Compareceram 39 pastores e 19 presbíteros e mais 19 representantes do governo, prefeitos e juristas. Cada faculdade de teologia mandou um representante. Havia também delegados de igrejas estrangeiras. Os documentos foram redigidos em latim, a língua comum, especialmente em matéria religiosa, de todos os povos daqueles tempos. Os debates processaram-se na língua pátria. Os arminianos e arminianistas eram minoria. O conclave recebeu a designação de Sínodo de Dorth (Dordrecht), tendo como presidente o Rev. Johannes Bogerman, da Frísia.

O Sínodo de Dorth, contra os cinco pontos do arminianismo, promulgou os “Cinco Pontos do Calvinismo,” extraordinário e duradouro sistema expositivo reformado sobre a doutrina da predestinação, além de formulação doutrinária de caráter geral. Agora, as igrejas reformadas dos países baixos contavam com três confissões: Catecismo de Heidelberg (1563), Confissão Belga (1561), e Cânones de Dorth, este, voltado mais para a doutrina do decreto eterno da eleição com os seguintes capítulos: A Divina Eleição e Reprovação; A Morte de Cristo e a Redenção do Homem por meio dela; A Corrupção do Homem, a sua Conversão a Deus e como ela ocorre (dois capítulos); A Perseverança dos Santos⁵¹. Os Cânones de Dorth não são norteadores doutrinários da igreja laica brasileira, como o é a Confissão de Fé de Westminster, mas servem de seguros indicadores e dados formadores da consciência reformada de pastores e estudantes de teologia de seminários e institutos bíblicos bem como na orientação calvinista de nossa literatura religiosa formativa, informativa e preservadora da tradição da Igreja oriunda da Reforma. Éramos, e pretendemos continuar sendo, fiéis aos parâmetros doutrinários de nossa instituição eclesiástica, os quais se originaram das Escrituras Sagradas e se estruturaram, codificaram-se e se estabeleceram por meio de textos confessionais bíblicamente sólidos e inquestionavelmente calvinistas como, por exemplo, os Cânones de Dorth (1619), a primeira Confissão Helvética (1534), a Confissão Helvética (1564/1566), o Catecismo de Heidelberg (1563), a Confissão Belga (1561), e a Confissão de Fé de Westminster (1649). Esse é o principal acervo canônico de nossa Igreja: um maravilhoso passado. Preservemo-lo com dedicação, reflexão e consagração, pois aponta invariavelmente para Genebra, onde encontramos, ainda pregando às nossas gerações, o inigualável Calvino, o teólogo da absoluta soberania de Deus.

⁵¹ Cânones de Dorth, Ed. Cultura Cristã, SP, sem data.

OS CINCO PONTOS DO ARMINIANISMO

Os cinco pontos do arminianismo, redigidos pelos sucessores de Armínio, com o objetivo de esquematizar e sintetizar o pensamento arminiano, e que acabaram levando a igreja oficial e o governo holandês a se mobilizarem para uma resposta conjunta e consensual; o que se fez no Sínodo de Dorth. Ajudou piorar a posição dos arminianos, a “ousadia” de pedirem a “reforma”, com alterações favoráveis ao pensamento “remonstrante,” do Catecismo de Heidelberg, documento religioso oficial do estado holandês. Embora alguns líderes provinciais fossem favoráveis, a maioria, inclusive o chefe de estado, professavam a fé calvinista. Assim, a “Remonstrância” já estava previamente derrotada por carência de fundamentação abalizada nos documentos sacros, precariedade de apoio popular e político, e falta de maioria no plenário da assembléia religiosa, convocada para resolver definitivamente o problema. E resolveu favoravelmente aos calvinistas.

Eis as cinco proposições doutrinárias do arminianismo⁵², até hoje influentes nos meios evangélicos distanciados da Reforma, principalmente os carismáticos:

1- ***O decreto divino da predestinação é condicional.*** Ref.: Dt 30.19; Jo 5.40; Jo 8. 24; Ef 1.5,6,12; Ef 2.10; Tg 1.14; I Pe 1.2; Ap 3.20; Ap 22.17.

Deus escolheu aqueles que, depois de trazidos à existência por criação, e pelo fato de serem dotados de “livre arbítrio,” “haveriam de crer”. A esses, e somente a eles, Deus “elegeu para salvação.” O Criador, dessa maneira, “previu” na eternidade quem haveria de crer; e, com base em tal “previsão,” elegeu-o para a salvação, mas não em caráter irrevogável por parte do “futuro crente eleito.” Esse, “no uso pleno de seu livre arbítrio, poderia, embora capacitado para crer, e mesmo crendo, renegar a aceitação da pessoa do Salvador, Jesus Cristo. Teríamos, então, uma “crença em Deus”, mas, por opção humana, sem vinculação a Jesus Cristo, o Redentor. O esquema da “decreto condicionado ao livre arbítrio humana” resulta no que todos sabemos:

a- *Deus não busca o homem; o homem é que, por sua livre deliberação, decide, ou não, buscar a divindade.*

O Deus, porém, procurado, detectado e “encontrado” pelo homem pode não ser, e certamente não é, o da revelação, mas o da “descoberta” volitiva e cognitiva do aspirante ao céu.

⁵² Acompanhei o pensamento de “Prefácio à Edição Brasileira” de “Predestinação e Livre Arbítrio”, Editora Mundo Cristão, SP, 2ª Ed. Brasileira, 1996, a partir da página 6. São colaboradores desta obra: John Feinberg, Norman Geisler; Bruce Reichenbach e Clark Pinnock; uns contra, outros a favor do calvinismo predestinista.

b- *A fé é uma virtude humana da qual o homem dispõe livremente.*

O homem, sendo objeto da “fé prevista,” tem liberdade de “crer” ou “descreer,” sem qualquer interferência de Deus, pensam os arminianos. Esquecem-se de que a vontade humana é escrava do pecado, do maligno e da carne.

E aquele, indagamos, que não foi contemplado com a bênção da “fé preveniente?” Fica sem “liberdade de expressar a sua própria fé pessoal, racional? E qual a real diferença entre a “fé prevista eletiva”, dotação de alguns, e “fé racional” que se exige do homem para que, por meio dela, “mereça” a filiação na Igreja e, imagina-se, o reino de Deus? Se não receberam a “fé prevista”, com que critério serão julgados no juízo final? Não caem na mesma situação dos “reprovados” decretivamente? A doutrina da “fé prevista” para uns e da “imprevista” para outros é realmente confusa e, na verdade, nada explica sobre a “eterna eleição” dos “escolhidos” de que nos falam claramente as Escrituras.

c- *Salva-se por livre escolha; perde-se por livre escolha.*

Perde-se por livre escolha aquele que, recebendo o dom da “fé prevista,” equipa-se com o direito de optar entre Deus e o Diabo. E ele escolhe um dos dois para uma parte de sua vida ou, em havendo muitíssima firmeza, a preferência por Cristo pode durar o resto da existência terrena. Por outro lado, se a fraqueza dominar, o Diabo ocupará o espaço, destruirá o dom da “fé prevista”, e levará o “eleito previsto” para o inferno. E o que não “recebeu a fé prevista,” como fica o exercício de seu “livre arbítrio,” virtude que o Criador lhe concedeu na criação, segundo o arminianismo? Será livre exclusivamente para promover a sua ruína própria e lançar-se na perdição? Que os arminianos nos expliquem; pois, como está, em nada difere, em termos de conseqüências finais, do rígido decreto da rejeição dos réprobos.

2- *A expiação é universal. Ref.: Jo 3.16; Jo 12. 32; Jo 17. 21; I Jo 2.2; I Co 15.22; I Tm 2.3,4; Hb 2.9; II Pe 3.9; I Jo 2.2.*

O esquema é o seguinte:

a- Deus oferece a salvação em Cristo Jesus a toda a humanidade, sem distinção.

b- Os que crerem em Jesus podem ser salvos se preservarem redimidos, dependendo da fé de cada um.

c- Deus, apesar de ofertar a redenção, não pode assegurá-la, pois não depende dele, mas do homem, que tem a palavra decisiva e a resolução final em matéria de fé. Mesmo que Deus queira “salvar todos os homens”, não poderá fazê-lo, pois está limitado pelo fé

humano e esta condicionada ao seu livre arbítrio. O que um arminiano pode afirmar com segurança é: *Todos os que “estão crendo agora”, executando a “fé prevista,” estão, neste momento, salvos. Amanhã tudo pode mudar.*

3- ***O homem, na queda, não perdeu o livre arbítrio.*** Ref.: *Is 55.7; Mt 25.4,46; Mc 9.47,48; Rm 14.10,12; II Co 5.10.*

A queda, admitem os arminianos, deturpou o ser humano, mas não eliminou seu livre arbítrio em questões espirituais. Claro, se o livre arbítrio é o “meio de salvação” para os arminianos, não poderia mesmo ser eliminado. Se o fosse, o homem, segundo o pensamento dos seguidores de Armínio, ficaria sem nenhum “recurso” de remissão. Deixando-lhe a vontade livre, o caminho da redenção fica aberto a quem se dispuser palmilhá-lo. Assim, embora contraditoriamente, o arminianismo pode afirmar: *Todo pecador pode salvar-se mediante a fé pessoal, racional e consciente.* Para que a fé tenha o resultado redentor, o arminiano admite:

a- *A cooperação do Espírito Santo.*

O Espírito Santo, na dinâmica remidora e santificadora do arminianismo, não pode agir livremente, pois se condiciona ao livre arbítrio do pecador. Ele é, pois, “buscado” insistentemente. Assim como o arminiano tem iniciativa própria para “buscar,” “aceitar” ou “rejeitar” Jesus Cristo; o mesmo ocorre em relação ao Paráclito: o crente arminiano tem liberdade para “conquistar” o Espírito ou repudiá-lo. Daí, a ânsia com que “se busca” o Salvador e, com a mesma facilidade, abandona-se-lhe a pessoa, despreza-se-lhe o “munus” redentor. O mesmo procedimento se tem com o Espírito Santo: é “buscado” com afinco, insistência e ansiedade; mas também, com a mesma disposição radical, pode-se menosprezá-lo e descartá-lo, desfazendo-lhe a obra realizada. Tudo depende da duração da “boa vontade” do “buscador independente,” do exercício de seu livre arbítrio, único meio de acesso arminiano ao veículos da graça: O Filho, o Espírito, a Palavra, a Igreja. Alguns, menos radicais, alegam que o Espírito Santo não deixa o salvo perder a salvação. Mas se ele “impede” a perda da redenção, “fere”, conseqüentemente, livre arbítrio do salvo.

b- *A regeneração.*

Este é um dos maiores problemas do arminianismo. Jesus disse a Nicodemos que o que é nascido da carne, é carne; e o que é nascido do Espírito, é espírito (Jo 3.6). A regeneração é um ato único, seguindo-se-lhe a santificação. Não se nasce mais de uma vez.

Além de tudo, o novo nascimento estabelece separação radical e definitiva entre a velha e a nova criatura:

E, assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas (II Co 5.17 cf Ef 2.15; Ef 4.24).

O arminiano, porém, sustenta que o homem pode perder a salvação. Perdendo-a, ele passa pelo processo de retorno à velha criatura? Há, porventura, no arminiano, que “resolveu” anular a regeneração pelo facultativo uso do livre arbítrio, um tipo de “degeneração?” Se ele, depois de ter nascido de novo, “decidir” voltar ao estado anterior de “velho homem”, degenerar-se, mas resolver processar a reversão do quadro e retroceder à crença, “buscando,” de novo, Jesus Cristo e o Espírito Santo, o que acontecerá com ele? Renascerá? Pode um homem renascer quantas vezes desejar? Se, para o arminianismo a regeneração não é definitiva ou irreversível, o “livre arbítrio” lhe causará mais problemas que solução. Para nós, reformados, a regeneração, prevista no eterno decreto da eleição, é realmente uma só, definitiva e decisiva. Ao degenerar-se por livre arbítrio, o ex-crente arminiano “desfaz a obra regeneradora do Espírito”, mostrando que o que Deus é transitório e anulável pelo homem.

4- ***A graça é recusável.*** Ref.: Lc 18. 23; Lc 19.41,42; Ef 4.30; I Ts 5.19.

Tudo que depende de Deus, ela faz para salvar o homem. Se, no entanto, o pecador não se interessar pela salvação; e mais, resistir ao chamado divino; o Salvador, mesmo querendo, nada poderá fazer em seu favor. O mesmo Deus que “prevê a fé”, também “prevê” a rejeição ou rejeições? Ou tais recusas, produtos da vontade livre, são, para Deus, “imprevisíveis?” O Salvador, por acaso, defronta-se com o “previsto” e o “imprevisto”, sem saber, realmente, que atitude o homem tomará no futuro próximo à sua mercê, não do Criador? Afinal de contas: Deus dirige ou não a vida do arminiano? Quem é o seu divino condutor: Deus ou o livre arbítrio?

O arminiano, depois que aceita, busca e adquire a redenção, pode, quando quiser, renegá-la, expulsando o Espírito Santo que lhe habitou o corpo (I Co 6. 19), e revertendo a regeneração pela qual Deus o transformou em nova criatura. O Espírito, quando requerido pelo pecador arminiano, concede vida; a vida concedida, no entanto, pode ser excluída, se assim o desejar o pecador, voltando tudo à estaca zero. Creio que professar e anunciar doutrina desse tipo é não levar a obra da redenção, efetuada pelo supremo Redentor, devidamente a sério.

O arminianismo conclui que a graça redentora não é nem infalível nem irresistível.

Uma graça que, para ser eficaz, depende do homem mortal, limitado e falível, é uma “graciosidade” tremendamente incerta e falha em seus objetivos últimos, pois o que, para realização e consumação, tem de ficar na dependência do homem, deixa de ser graça para tornar-se “obra humana.”

5- *O regenerado pelo Espírito pode recusar a graça e perder a salvação. Ref.: Lc 21.36; Gl 5.4; Hb 6.6; Hb 10.26,27; II Pe 2.20-22.*

Este ponto do arminianismo é complicado: imaginar uma pessoa, por livre decisão, crer em Cristo, entregar-se a ele com o auxílio do Espírito Santo, nascer de novo, depois, menosprezar a obra do Espírito em sua vida, degenerar-se, revertendo o processo: de nova, voltando a ser velha criatura. Para nós, que depositamos nossa fé e confiança num Deus soberano, perfeito e absoluto, que nada faz pela metade, fica difícil aceitar uma potência humano de tal monta, um livre arbítrio com tamanho poder. É melhor ficar com a revelação, nem sempre agasalhada cômoda e pacificamente em nossas mentes, mas fixada pelo Espírito Santo em nosso coração e por ele impressa nas nossas almas. A predestinação de nosso destino eterno, sendo fato revelado, não se enquadra nos tipos de informação consonantes com a racionalidade humana, não se subordina às leis da lógica empírica, não se submete aos princípios filosóficos e científicos das conclusões racionais.

O arminianismo é responsável pela implantação do humanismo no seio do cristianismo, filosofia que coloca o homem como centro da história, dos acontecimentos, dos eventos, dos fatos e dos fenômenos sociais e religiosos. Tal posição provoca o deslocamento da divindade centralizada num ser transcendente para o ser humano, que se converte, no mínimo, em deus de si mesmo e, em muitos casos, em deuses da sociedade desviada do Criador e alienada do reino celeste.

CINCO PONTOS DO CALVINISMO

As respostas calvinistas às proposições arminianas procederam, firmes, contundentes e definitivas, do Sínodo de Dorth. A linha doutrinária do Catecismo de Heidelberg e da Confissão Belga ficou não somente mantida, mas consolidada. Os teólogos de Dorth direcionaram os holofotes exegéticos para a doutrina da eleição, carregando de luminosidade a soberania absoluta de Deus. Os enfoques calvinistas no decreto eterno da

predestinação a Igreja os conhece sobejamente. Repeti-los, no entanto, será para nós, certamente, de valor didático. Eis, pois, os *Cinco Pontos* do calvinismo, em resposta ao *cinco pontos* do arminianismo:

Ponto 1:- *Depravação total. Ref. Sl 51.5; Jr 13.23; Rm 3.10-12; Rm 7. 18; I Co 2.14; Ef 1.3,12; Cl 2.11-13.*

A queda derrubou em Adão, pessoa corporativa original, a humanidade inteira, inabilitando-a totalmente para, por si mesma, retornar à comunhão com o Pai celeste no estado de perfeita integração e completa reconciliação. O ser humano, portanto, está totalmente privado da liberdade espiritual. No que se refere à relação com Deus, à salvação, à regeneração, à justificação e à santificação, o homem está cabalmente desprovido de livre arbítrio, posto que inteiramente depravado. Espiritualmente, todos estamos enfermos, incapazes de nos curarmos a nós mesmos. Sobre a depravação total do homem assim já se expressava o Catecismo de Heidelberg, quando se formulou a declaração de Dorth:

Pergunta 07: De onde procede a corrupção da natureza humana?

Resposta: De desobediência e queda de nossos primeiros pais, Adão e Eva, no Paraíso. Por isso, nossa natureza ficou de tal maneira corrompida, que todos somos concebidos em pecado. Ref.: Gn 3; Rm 5.12,18,19; Sl 51.5; Gn 5.3).⁵³

Apesar da perda espiritual ser humanamente irreparável, restaram ao homem: razão, livre opção dos bens morais e naturais, e liberdade natural de volição no empreendimento da luta pela sobrevivência e pela perpetuação da espécie. Essas liberdades periféricas contingenciais, mas necessárias à expressividade vital e existencial, muitas vezes, são confundidas com o livre arbítrio de natureza espiritual. Dentro do universo biofísico, o homem é capaz de fazer escolhas decisivas, mas quanto ao seu destino eterno, nenhuma decisão lhe cabe, não por proibição divina, mas por incapacidade de ação e incompetência de discernimento. Naquilo que se refere ao universo transcendente do espírito, o homem é completamente nulo, posto que espiritualmente é cego, surdo, mudo e, em sentido mais radical, totalmente morto. A sua salvação só é possível, sendo eleito, pela misericordiosa graça de Deus, que o busca, encontra, salva, justifica, regenera e santifica. A imagem do homem totalmente pecador vê-la-emos nos textos referenciados:

Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha (Sl 51.5).

⁵³ Catecismo de Heidelberg, J. C. Janse, em *La Confesión de la Iglesia*, Asociación Cultural de Estudios de la Literatura Reformada, Sitchting Uitgave Reformatorische Boeken, Países Bajos, 1970.

Aqui se nota o pecado original, semente do pecado fatural. Nenhuma criança nasce sem a pecaminosidade potencial da raça; nenhuma delas cresce sem a prática pecaminosa. O pecado do homem é como a peçonha da cobra: a serpente nasce com o veneno. A presença contaminante da essência maligna no homem é fato constatável; somente Deus pode curá-lo e transformá-lo. Dele se pode dizer o que se disse de Israel no tempo de Jeremias:

Pode, acaso, um etíope mudar a sua pele ou o leopardo, as suas manchas? Então, podereis fazer o bem, estando acostumados a fazer o mal? (Jr .23).

Isaú quis mudar o seu estado, usando o princípio arminiano do livre arbítrio, tentando um “arrependimento” sincero, carregado de emoção, julgando, por este processo, adquirir a bênção da eleição, e não conseguiu:

Nem haja algum impuro, ou profano, como foi Isaau, o qual, por um repasto, vendeu o seu direito de primogenitura. Pois sabeis também que, posteriormente, querendo herdar a bênção, foi rejeitado (por Deus), pois não achou lugar de arrependimento, embora, com lágrimas, o tivesse buscado (Hb 12. 16,17).

O contexto próximo (vs 14-17) mostra que não se tratava de reivindicar de volta a primogenitura perdida, mas de esforço para “conquistar a bênção da eleição”, que seu irmão Jacó, graciosamente havia recebido. O v. 16 o chama de “impuro e profano”, isto é, despido da graça eletiva de Deus. O esforço humano não leva para o céu um reprovado, como foi Isaú, de quem Deus, antes que ele viesse ao mundo, aborreceu-se. Seu irmão estava preordenado para a salvação; ele, para a rejeição eterna. Você poderá dizer: isto é *inaceitável*. Bem, se você não aceita, está usando seu “livre arbítrio” para rejeitar uma “decisão divina”, o que é “inaceitável”.

Não há reticências nas Escrituras sobre a queda geral da humanidade e a conseqüente presença do pecado em todos os seres humanos, do nascimento à morte. Mais uma comprovação bíblica do que se afirma:

Já temos demonstrado que todos, tanto judeus como gregos (gentios) estão debaixo do pecado; como está escrito: Não há justo, nem um sequer; não há quem entenda, não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem; não há nem um sequer (Rm 3.9b-12).

Paulo reconhece a existência de um substrato malévolo em sua natureza, que estabelece o contraditório interior entre a dignidade e a indignidade, com prevalência, não raro, do mal:

Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne (natureza), não habita bem nenhum, pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetuá-lo (Rm 7. 18).

A declaração “dorthiana” de que a depravação é total e universal, significa que ela é igualmente depravante e destruidora tanto de réprobos como de eleitos: todos estão debaixo do pecado. O redimido, embora nascido de novo, liberto do pecado fatural, protegido pela Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo, conduzido, instruído nas coisas espirituais, e consolado pelo Espírito Santo, continua sob o signo do pecado original, doença espiritual que lhe atormenta a alma ininterruptamente; e assim continuará, até o fim da presente peregrinação terrena.

Ponto 2:- *Eleição incondicional. Ref.: Ml 1.2,3; Jo 6.65; Jo 13.18; Jo 15.6; Jo 17.9; At 13.48; Rm 8.29,30; Rm 9.16; Rm 11. 5-7; Ef 1.4,5; Ef 2.8-10; II Ts 2.13; I Pe 2.8,9; Jd 1,4.*

Dos textos referenciados transcreveremos, para melhor elucidação, os mais explícitos e contundentes na comprovação bíblica da incondicionalidade da eleição:

Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou (Rm 9.29,30).

Aos que argumentam que o referido tópico paulino refere-se, exclusivamente, à nação de Israel e a outros povos, respondemos:

- a- Um povo não tem condição de ser “conforme a imagem” de uma pessoa, o Filho de Deus.
- b- Deus não “justifica” povos, mas pessoas, embora trate com indivíduos na coletividade, na sociedade e na família.
- c- Deus conheceu de antemão e predestinou indivíduos para serem seus servos, retirados de várias nações e congregados em sua prole exclusiva, a Igreja. Deus escolheu um povo, onde incluídos estavam, e estão, seus predestinados:

*Assim, pois, também agora, no tempo de hoje, sobrevive um remanescente segundo a **eleição da graça** (negrito nosso). E, se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça. Que diremos, pois? O que Israel busca, isso não conseguiu; mas a eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos, como está escrito: Deus lhes deu espírito de entorpecimento, olhos para não ver e ouvidos para não ouvir, até ao dia de hoje (Rm 11.5-8).*

O chamado é coletivo, mas a eleição para a salvação é individual. Muitos respondem ao chamamento externo, ajuntaram-se (antes, em Israel; agora, na Igreja), mas nem todos os que atendem ao convite externo são predestinados à redenção.

A incondicionalidade da predestinação para salvação patenteia-se na diáfana transparência das instruções Paulinas. Eis duas dentre muitas:

Entretanto, devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo Senhor, porque Deus vos escolheu desde o princípio para salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade (II Ts 2.13).

Assim como nos escolheu, nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1.4,5).

A dedução impõe-se em virtude das diretas e claríssimas afirmações contidas nos paços bíblicos transcritos: Somos eleitos por Deus para a salvação desde a eternidade. Logo, não se negará o primado de Dorth: **A eleição é incondicional**. Ora, o decreto que estabeleceu a incondicionalidade da eleição gera, conseqüente e inescapavelmente, a irrecusabilidade da ordenança preordenada da salvação em Cristo Jesus bem como a imerecibilidade da graça redentora.

Pertencem aos eternos e soberanos propósitos de Deus a decisão incontingenciada de escolher alguns para a salvação e destinar outros à perdição. Preferimos o verbo “destinar” ao “deixar”, pois não se pode “deixar” o inexistente. O réprobo, embora preordenado, ainda não existia como ser criado concreto para que pudesse, em cumprimento da justiça divina, ser “relegado” ao “estado de perdição.”

Conclusivamente:

a- Os eleitos são aqueles que foram predestinados desde a eternidade para serem salvos.

- b- Os salvos são os que foram preordenados nos tempos eternos para serem santos e irrepreensíveis perante Deus.
- c- Os santos são aqueles que se destinam, a partir do ato da eleição, à glória de Deus.
- d- Eleitos são os que Deus, por livre e soberana vontade, preordenou para ele, fê-los vir à história, chamou-os para si mesmo e os salvou em Cristo Jesus.

Ponto 3:- *A expiação é limitada. Ref.: Jo 17.6.9,10; At 20.28; Ef 5.25; Tt 3.5.*

Agostinho afirmava que a “graça de Deus é suficiente para todos, e eficiente para os eleitos.”⁵⁴ Eu diria, respeitando muitíssimo o teólogo de Hipona, que *a graça é “suficiente” e “eficiente” exclusivamente para os eleitos.* Os preordenados à perdição são e estão totalmente à margem da graça; sobre os quais ela não possui qualquer pressuposto de eficiência, que lhes dê a mínima esperança de redenção. A porta da salvação está aberta aos eleitos diante dos rejeitados: os escolhidos entram; os preteridos a recusam. Cristo, na verdade, veio para salvar os escolhidos, não os réprobos. A expiação realizada por Cristo não foi a favor de todos os homens, mas em benefício das ovelhas do Pai, a ele pertencentes desde a eternidade, os beneficiários da eleição.

Os filhos da salvação:

Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo. Eram teus, tu mos confiaste, e eles têm guardado a tua palavra (Jo 17.6).

É por eles que eu rogo; não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus (Jo 17.9).

Eu lhes tenho dado a tua palavra, e o mundo os odiou, porque eles não são do mundo, como também eu não sou. Não peço que os tires do mundo, e sim, que os guardes do mal. Eles não são do mundo, como também eu não sou (Jo 17. 14-16).

Cristo morreu vicária e expiatoriamente pelo povo eleito de Deus, que ele mesmo, pelo seu Santo Espírito, recolhe de entre os réprobos e reúne no corpo do seu corpo, a Igreja, o novo Israel:

Atendei por vós e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastoreardes a Igreja de Deus, a qual ele comprou com o seu próprio sangue (At 20.28 cf Ef 5.25).

⁵⁴ Conforme obra citada no item 2, pág. 8.

Descrevendo a relação essencialmente interativa e espiritualmente íntima entre Cristo e sua Igreja, Paulo explicita, tipologicamente, a doutrina da expiação restrita aos escolhidos. A Igreja, simbolizada na noiva ou esposa, é a “preferida,” a “escolhida” e a “recolhida” ao regaço do Noivo; sendo a “exclusivamente amada” na condição privilegiada de “esposa”. Cristo não morreu, senão por sua Igreja, não “preferencialmente”, mas privativamente. Vejam alguns aspectos da extraordinária e pertinente alegoria do casamento:

Porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da Igreja, sendo ele mesmo o Salvador do corpo. Como, porém, a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido. Maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a Igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo Igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito” (Ef 5.23-27).

Cristo morreu por sua “noiva”, a Igreja, e, por meio de seu sacrifício vicário, estabeleceu união indissolúvel na qual as expressões máximas do amor e da proteção do Noivo são realidades indiscutíveis e permanentes:

Quem tentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus que os justifica. Quem os condenará? É Cristo Jesus quem morreu ou, antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus e também intercede por nós (Rm 8.33,34).

Somos um povo de propriedade exclusiva de Deus, adquirido por Cristo porque possuía e possui o penhor da eleição eterna:

Aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória de nosso grande Deus e Salvador Jesus Cristo, o qual a si mesmo se deu por nós, a fim de remir-nos de toda iniquidade e purificar, para si mesmo, um povo exclusivamente seu, zeloso e de boas obras (Tt 2.13,14 cf I Pe 2.9,10).

Os filhos da Perdição:

Pedro diz que há os que tropeçam na Palavra por desobediência, porque para isto foram postos:

Para vós, portanto, os que credes, é a preciosidade; mas para os descrentes, a pedra que os construtores rejeitaram, essa veio a ser a principal pedra, angular, e: pedra

de tropeço e rocha de ofensa. São estes que tropeçam na palavra, sendo desobedientes, para o que também foram postos (negrito nosso) (I Pe 2.7,8).

A proteção divina implorada por Cristo na intercessão sacerdotal junto ao Pai excluiu Judas Iscariotes, partícipe do privilegiadíssimo colégio apostólico:

Quando eu estava com eles, guardava-os no teu nome, que me deste, e protegi-os, e nenhum deles se perdeu. Exceto o filho da perdição, para que se cumprisse a Escritura (Jo 17.12).

Paulo, falando dos inimigos da cruz de Cristo diz:

O destino deles é a perdição, o deus deles é o ventre; e a glória deles está na infâmia, visto que só se preocupam com as coisas terrenas. Pois nossa pátria está nos céus, de onde também aguardamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo (Fp 3.19,20).

A apóstolo dos gentios adverte-nos sobre o aparecimento do “homem da iniquidade”, o “filho da perdição”:

Ninguém, de nenhum modo vos engane, porque isto não acontecerá sem que primeiro venha a apostasia e seja revelado o homem da iniquidade, o filho da perdição (II Ts 2.3).

Finalmente, doutrinando os romanos, Paulo diz que o mesmo Oleiro divino que cria vasos de honra, também os faz para desonra, que são “vasos de ira,” preparados (ou preordenados) para a perdição:

Ou não tem o oleiro direito sobre a massa, para do mesmo barro fazer um vaso para honra e outro para desonra? Que diremos, pois, se Deus, querendo mostrar a sua ira e dar a conhecer o seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos de ira, preparados para a perdição, a fim de que também desse a conhecer as riquezas da sua glória em vasos de misericórdia, que para glória preparou de antemão (Rm 9.21-23).

Não há dúvida: a expiação, na perspectiva neotestamentária, é realmente limitada. Estavam certos os teólogos calvinistas de Dorth.

4º Ponto:- *A graça é irresistível. Ref.: Jr 3.3; Jr 5.24; Jr 24.7; Ez 11.19,20; Ez 36.26,27; I Co 4.7; II Co 5.17; Ef 1.19,20; Cl 2.13; Hb 12.2.*

O eleito traz na sua essência, em virtude da eleição, uma potencialidade que os rejeitados não possuem, que o propende para Deus. O criatura eleita porta um certo grau de

afinidade com o seu Criador, o que lhe fornece naturalmente um impulso espontâneo de atração para o divino. A palavra do Pai penetra o coração e a mente do filho, mas não exerce o mesmo efeito no estranho. Quando a Palavra de Deus atinge a mente do escolhido, provoca nele reação forte e irresistível para voltar-se, submisso, àquele que é o Verbo, a mensagem encarnada. A empatia entre o herdeiro da promessa e o supremo Proponente é indescritível e profundamente dinâmica: Deus atrai para si os seus; as ovelhas ouvem a voz do seu Pastor, os chamados por Cristo o seguem incondicionalmente. O teotropismo do predestinado pode ser comparado, embora precariamente, ao heliotropismo (ou fototropismo): poderosa atração que a luz exerce sobre os seres vivos, por meio de mecanismos internos apropriados, especialmente nos vegetais. Por outro lado, contraditória e opostamente, existe o heliofobismo (ou fotofobismo): incontrollável e poderosíssima aversão à luz. Há seres que fogem da luz; há os que são atraídos por ela. Pecadores existem que fogem de Cristo; outros são atraídos por ele, a ele. Os preordenados à salvação e à fé estão sob fortíssima e irresistível atração espiritual para o divino; neles gerada e sobre eles exercida pelo Filho de Deus. Outros, no entanto, fogem dele. Tudo, porém, processa-se de maneira muitíssimo natural e se viabiliza de modo espontâneo. Eis alguns exemplos bíblicos:

Qual a razão por que não compreendeis a minha linguagem? É porque sois incapazes de ouvir a minha palavra (Jo 8.43).

Quem é de Deus, ouve as palavras de Deus; por isso, não me dais ouvidos, porque não sois de Deus (Jo 8.47).

As ovelhas ouvem a sua voz, ele chama pelo nome as próprias ovelhas e as conduz para fora. Depois de fazer sair todas as que lhe pertencem. Vai adiante delas, e elas o seguem, porque lhe reconhecem a voz (Jo 10.3,4).

Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a mim me convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz; então, haverá um rebanho e um pastor (Jo 10.16).

As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem (Jo 10.27).

Todo aquele que é da verdade ouve a minha voz (Jo 18.37, in fine).

Nisto conheceis o Espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus; e todo espírito que não confessa a Jesus, não procede de Deus; pelo contrário, este é o espírito do anticristo, a respeito do qual tendes ouvido que vem e,

presentemente, já está no mundo. Filhinhos, vós sois de Deus e tendes vencido os falsos profetas, porque maior é aquele que está em voz do que aquele que está no mundo. Eles procedem do mundo; por essa razão falam da parte do mundo, e o mundo os ouve. Nós somos de Deus; aquele que conhece a Deus nos ouve; aquele que não é da parte de Deus não nos ouve. Nisto reconhecemos o espírito da verdade e o espírito do erro (I Jo 4.2-6).

A graça redentora é irresistível, mas de maneira natural, livremente espontânea, de tal modo que nenhum eleito se sente coagido a ser servo de Deus; por outro lado, nenhum reprovado perde-se por coação de qualquer natureza, pois tudo se faz naturalmente, como o filho relaciona-se com seu pai ou, do lado oposto, como o maligno defronta-se com a malignidade; o perverso, com a perversidade.

Em decorrência da “graça irresistível”, o “chamamento é eficaz”, pois atinge o receptor, que Deus adredemente preordenou e fez nascer, destinado à recepção do chamamento salvador de Cristo Jesus por meio da pregação do Evangelho. O Breve Catecismo de Westminster assim define a “vocação Eficaz”:

Vocação eficaz é a obra do Espírito de Deus pela qual, convencendo-nos de nosso pecado e de nossa miséria, iluminando nossos entendimentos no conhecimento de Cristo, e renovando nossa vontade, nos persuade e habilita a abraçar Jesus Cristo, que nos é oferecido de graça no Evangelho. Ref.: II Tm 1.8,9; Ef 1.18-20, At 2. 37; 26. 18; -ez 11. 19; 36. 26,27; Jo 6. 44,45; Fp 2.13; Dt 30.6; Ef 2.5.

Ao réprobo prega-se a Palavra de Deus; ele, porém, não a recebe como poder transformador de sua vida, como alimento de seu espírito, como luz para o seu caminho. Não nos foi dado distinguir entre os pecadores, alvos da mensagem redentora, os que são eleitos e os que permanecerão reprovados; cumpre-nos pregar indistintamente a todos. Deus aplica a pregação nos seus escolhidos e os chama para o redil de seu Filho.

5º Ponto:- Perseverança dos santos. Ref.: Is 54.10; Jo 6.51; Rm 5.8-10; Rm 8.28, 32, 34-39; Rm 11.29; Fp 1.6; II Ts 3.3; Hb 7.25.

A fidelidade e os planos de Deus são imutáveis:

Aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou (Rm 8.30).

O salvo não persevera na salvação por si mesmo: o Redentor é quem o mantém e lhe garante a permanência no reino de Cristo. O crente, no qual o Espírito Santo testemunha

com seu espírito de que é filho de Deus, tem certeza de sua salvação: a certeza da fé e do testemunho interno do Espírito:

O próprio Espírito testifica com o nosso Espírito que somos filhos de Deus. Ora, se somos filhos, somos também herdeiros, herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo; se com ele sofremos, também com ele seremos glorificados (Rm 8.16).

De mim mesmo devo duvidar, pois sou volúvel, frágil e falível; mas nenhum motivo tenho para duvidar de Deus, autor e preservador de minha fé, meu Salvador e meu guia na estrada, para mim desconhecida, que me conduz à vida terna. Ele mesmo, em Jesus Cristo, é o caminho no qual me colocou e nele me sustenta e sustentará até o fim. Deus não me regenerou para depois, deixando-me entregue às minhas fraquezas, permitir que a regeneração que operou soberanamente em mim seja desfeita, eu me degenere sob sua guarda, proteção e paternidade espirituais responsabilíssimas. Se um pai humano protege seu filho, quando esse se encontra na tenra infância, muito mais o Pai celeste protegerá seus filhos amados, que ele adotou e regenerou em Cristo Jesus.

Quem duvida sistematicamente da salvação; duvida do poder e da misericórdia do Salvador, e a fé redentora, que o liga a Deus e origina-lhe a convicção espiritual, não lhe foi outorgada.

Deus não nos concede a salvação como retribuição à nossa dignidade e aos nossos méritos; ele no-la dá graciosamente e, uma vez concedida, não a retoma ou a desfaz. O que Deus ajunta, o homem não separa:

Porque os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis (Rm 11.29).

Fundamentos e Informações bíblicas que nos ajudam compreender a maravilhosa doutrina da perseverança dos santos. A Bíblia fornece-nos a resposta à pergunta: Por que somos preservados no reino de Deus?:

1) Porque Cristo, que nos recebeu, não nos lança fora:

Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora (Jo 6.37 cf Jo 6.44; Jo 6. 39; Jo 10. 29; Jo 17. 9; Jo 17. 24; Jo 17.6).

2) Porque estamos sob seguro pastoreio do sumo Pastor, Jesus Cristo:

Eu sou o bom Pastor. O Bom Pastor dá a vida pelas ovelhas (Jo 10. 10,11 cf Jo 10.14; Jo 10.3,4).

3) Porque foi o Filho de Deus quem nos escolheu:

Não fostes vós que me escolhestes a mim; pelo contrário, eu vos escolhi, e vos designei para que vades e deus frutos (Jo 15.16 cf Jo 15.19; Dt 14.2; Mt 24.22,31; Rm 8.33; I Pe 1.2; I Co 1.26; Ef 1.4; Tg 2.5; I Pe 2.10).

4) Porque somos eleitos por Deus, conforme o conselho de sua própria vontade:

Nele, digo, no qual também fomos feitos herança, predestinados segundo o propósito daquele que faz todas as coisas conforme o conselho de sua vontade (Ef 1.11 cf Rm 8.29; Rm 11.36).

5) Porque temos a vida eterna em Cristo Jesus, não em nós mesmos. O eterno não se desfaz e Cristo não nos perde:

*As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna; **jamais perecerão, eternamente, e ninguém as arrebatará da minha mão** (negrito nosso)(Jo 10.28,28 cf At 13.48 I Jo 5. 11,12; Jo 3.16; Jo 5.24; Jo 6.45; Rm 5.21; Rm 6.11; Rm 8.10; Jo 17.2; Jo 6.47,51; I Jo 1.2).*

6) Porque Deus nos guarda, segura-nos e nos protege:

Porque eu sei em quem tenho crido, e estou certo de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele dia (II Tm 1.12b cf Rm 8.38,39; Fp 1.6; II Ts 3.3; Hb 3.14; Hb 6.11 Hb 10.22).

7) Porque fomos galardoados com o maravilhoso dom da fé, que nos dá segurança:

Aproximemo-nos com sincero coração, em plena certeza da fé, tendo os corações purificados da má consciência, e lavado o corpo com água pura. Guardemos firme a confissão da esperança, sem vacilar, pois quem fez a promessa é fiel (Hb 10.22,23 cf Rm 1. 17; Gl 2.20; Hb 11.1, 6; Hb 10.39; Ef 2.8 Rm 5.1,2; I Co 13.13).

8) Porque recebemos de Deus o dom da esperança:

Porque na esperança fomos salvos. Ora, esperança que se vê não é esperança; pois o que se vê, como o espera? (Rm 8.24 cf I Jo 3.3; Gl 5.5 I Pe 3.15; I Co 13.13; Cl 1.15 I Co 15. 19; Rm 12. 12; I Pe 1.3; Cl 1.27; Ef 4.4; II Ts 2.16; I Tm 4.10; Tt 2.13; Hb 10.23; Tt 3.7).

9) Porque temos o selo e o penhor do Espírito Santo:

Mas aquele que nos confirma convosco em Cristo, e nos ungiu, é Deus, que também nos selou e nos deu o penhor do Espírito em nossos corações (II Co 1.21,22 cf Ef 4.30; Ef 1.13,14; Rm 8.9,11).

10) Porque somos regenerados; as coisas antigas não estão mais em nós e jamais voltarão:

E assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas passaram; eis que se fizeram novas (II Co 5.17 cf Jo 1.13; I Pe 1. 3,4; Rm 6.6; II Pe 1.4; Rm 8.7,8; Ef 4.22; Ef 2.10; Gl 6.15 I Jo 2.29; I Jo 3.9; I Jo 4.7; I Jo 5.1; I Pe 1.23; II Co 3.3,4).

11) Porque somos habitação do Espírito Santo:

Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se de fato o Espírito de Deus habita em vós. E se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele (Rm 8.9 cf I Co 3.16; I Co 6.19; Rm 8.9,11; I Ts 4.8; II Tm 1.14 I Co 2.12).

12) Porque temos a garantia da intercessão de Cristo:

Este, no entanto, porque continua para sempre, tem o seu sacerdócio imutável. Por isso, também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles (Hb 7.25 cf Rm 8.34; Jo 17.20,21);

13) Porque estamos inseridos indissolivelmente no corpo de Cristo como:

- a- Ramos na videira (Jo 15. 1-8,16).
- b- Pedras no edifício (I Pe 2.5).
- c- Órgãos no organismo (I Co 12.12-27).
- d- Partes da unidade corporativa (Ef 4.4-6; Cl 1.18).
- e- Filhos de Deus por regeneração e adoção (Rm 8. 14-17).

O crente pode ter momentâneas e eventuais dúvidas de sua salvação, mas se é de fato um eleito redimido, tais dúvidas circunstanciais e passageiras em nada alterarão a sua perseverança na salvação, pois tanto a redenção como a perseverança são obras da graça de Deus. Se o Salvador não nos salvar e não nos mantiver no sólio da salvação, por nós mesmos nada faremos, por completa inabilidade. Somos como crianças espirituais nos braços do Redentor.

Sobre o consolo da segurança dos salvos o Catecismo de Heidelberg nos ensina:

Pergunta 01: *Qual é teu único consolo tanto na vida como na morte?*

Resposta: *É que eu pertença, corpo e alma, tanto na vida como na morte, não a mim mesmo, mas ao meu fiel Salvador Jesus Cristo, que me livrou de todo o poder do Diabo, pagou plenamente, pelo seu precioso sangue, todos os meus pecados; guarda-me de tal maneira, que sem a vontade de meu Pai celeste nem um só fio de cabelo de minha cabeça pode cair. –Eis porque, pelo seu Santo Espírito, garante-me a vida eterna;*

predispõe-me, de todo coração, a viver exclusivamente para ele. Ref.: Rm 14.8; I Co 6.19; I Co 3.23; Tt 2.14; Hb 2.14; I Jo 3.8; Jo 8.34-36; I Pe 1.18,19; I Jo 1.7; I Jo 2.2,12; Jo 6.39; Jo 10. 28; II Ts 3.3; I Pe 1.50; Mt 10.30; Lc 21.18; Rm 8. 28; II Co 1.22; II Co 5.5; Ef 1.14; Rm 8.16; Rm 8.14; I Jo 3.3.

Ao reformado convicto e consciente compete compreender e assimilar o conciso esquema doutrinário dos “Cinco Pontos” do Sínodo de Dorth, pois eles nos informam sobre o correto entendimento do calvinismo a respeito da absoluta soberania de Deus e de seu decreto eterno da eleição, em decorrência do qual a humanidade veio à existência sob o signo da preordenação de alguns para a salvação e a preterição de outros para a perdição.

Eis, em síntese, os Cinco Pontos do Calvinismo:

Primeiro ponto: **Depravação total:** toda a humanidade caiu espiritualmente em Adão, quando este pecou.

Segundo ponto: **Eleição incondicional:** Todos os eleitos são chamados, regenerados, justificados e santificados. Nenhum eleito fica fora do alcance da graça.

Terceiro ponto: **Expição limitada:** A expiação, realizada por Cristo na cruz, beneficia exclusivamente os escolhidos.

Quarto ponto: **Graça irresistível:** O preordenado à salvação não resiste ao apelo da graça, pois ele é interiormente condicionado à aceitação.

Quinto ponto: **Perseverança dos santos:** Deus, que elegeu, chamou, regenerou, justificou, também preserva; tudo procede do Salvador

RESUMO BÍBLICO INDICATIVO

DA PREDESTINAÇÃO.

1- Textos sobre a predestinação:

Ef 1.4; Rm 8.29,30; Rm 9.10-13; Jr 1.5; II Ts 2.13,14; II Tm 1.9.

2- Textos sobre a escolha de Deus:

Rm 9.14-18; Ef 1.9-11.

3- Textos sobre eleição e fé:

At 13.48; II Ts 2.13; I Pe 1.2.

4- Texto sobre a segurança dos eleitos:

Rm 8.31-39.

5- Texto sobre o rebanho eleito de Cristo:

Jo 10.27,28.

6- Texto sobre a eleição em e para Cristo:

Rm 8.28-30.

SOBRE O REINADO DE DEUS.

1- Deus governa pelos magistrados, que coloca no poder:

Pv 8.15,16; Rm 13.1; I Pe 2.13 - 17 cf Mt 22.17-21.

2- Deus ordenou a morte prevista:

Gn 3.19.

3- Endureceu o coração de Faraó:

Ex 4.21; Ex 7.3,13.

4- Permitiu a entrada de um espírito maligno em Saul:

I Sm 16.14,15.

5- Autorizou a atuação de um espírito mentiroso nos falsos profetas:

I Rs 22.19-23.

6- Usou o rei pagão, Nabucodonozor:

Jr 25.9; Jr 27.6; Jr 43.10.

7- Usou o rei pagão, Ciro:

Is 44. 28; Is 45.1.

Conclusão:

Deus é único e absoluto, Criador dos céus e da terra, e exerce absoluta soberania sobre todas as coisas, sobre todos os anjos, sobre todas as pessoas.

Na queda, o homem perdeu totalmente o direito sobre o anterior patrimônio espiritual que lhe foi concedido. Deus eliminou cabalmente o seu livre arbítrio concernente

aos bens do espírito e ao destino eterno, à preservação de vida além da morte física. Ele foi expulso do convívio direto com Deus, que mantinha antes de pecar:

Então disse o Senhor Deus: Eis que o homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal; assim, que não estenda a mão, e tome também da árvore da vida, e coma, e viva eternamente. O Senhor Deus, por isso, o lançou fora do jardim do Éden, a fim de lavrar a terra de que fora tomado. E, expulso o homem, colocou querubins ao oriente do jardim do Éden e o refulgir de uma espada que se revolvia, para guardar o caminho da árvore da vida (Gn 3. 22-24).

O acesso do homem à vida eterna com Deus ficou definitivamente bloqueado. A privacidade do “semelhante”, “imago Dei”, com o “assemelhado”, o Criador, estava interrompida. A mínima possibilidade não mais existia de os ancestrais da humanidade, e com eles todos os seus descendentes, por si mesmos, “retornarem a Deus”, voltarem ao estado original. Deus, por seu infinito poder e por ser a parte fiel do pacto, podia, e pode, ter acesso ao ser humano depravado, alienado, excluído, perdido; o que sempre fez pelo seus anjos, pelo seu Espírito e, finalmente, pelo Filho. Como, porém, estava prescrito no decreto eterno, ele tem retirado da perdição o remanescente justificado, os seus eleitos; e há de completar o número dos preordenados.

A liberdade e o direito de livre relacionamento com Deus e de decidir sobre questão espiritual o homem perdeu completamente, mas o Criador deixou-lhe os equipamentos necessários à sua realização pessoal, à sua interação e integração social, à sua manifestação sensorial, psicológica, cognitiva, volitiva, criativa, moral e racional; mas tudo circunscrito ao limite de sua existência temporal biofísica e biopsíquica. Diremos que, no estrito âmbito da materialidade, sem conexão com o transcendente, o homem goza de “livre arbítrio” existencial, isto é, liberdade natural indispensável à existência terrena e à realização dos propósitos de Deus na militância de seu êxodo histórico no curso de sua vida física. A passagem para o universo espiritual, o paraíso divino, somente pelas mãos do próprio Deus viabiliza-se e se efetiva. Liberdade de funcionar, sim. Liberdade de salvar-se, não. Aqui, para realização dos planos do Criador, os homens são dotados de dons diversos e vocações profissionais: literatura (poesia e prosa), artes plásticas, música, arquitetura, ciências exatas, filosofia, humanidades, inventividade e habilidades manuais e práticas. Tais dons ou pendores direcionam o livre arbítrio natural ou existencial dos seres humanos, fazendo com que o mundo seja servido em todas as áreas e progrida uniforme, integrada e conjuntamente para o bem da humanidade e para a glória de Deus. O homem, pois, nos limites de sua

humanidade e vida psicofísica, exerce extraordinárias funções procedentes de suas qualidades vocacionais e de sua “vontade livre” restrita ao universo físico temporal. Sobre as questões do além, Deus o informa por revelação. Sobre a vida eterna, Deus o conduz pela salvação em Cristo Jesus.

O homem é hábil em ciência e arte, em política e expressão; inábil em questões espirituais e soteriológicas. O arminiano diz: *devo minha eleição à minha fé*. O calvinista reformado afirma: *Devo minha fé à minha eleição*.⁵⁵

A P Ê N D I C E S

I- SOBERANIA DE DEUS E MISSIOLOGIA

A nova teologia missionária divulga a premissa, cada vez mais difundida, de que é a Igreja que “conquista almas para Deus.” Cristo é um tipo de Salvador estático, mas sempre disposto a salvar os que a Igreja, não como comunidade missionária, mas por meio de seus “agentes” carismáticos especializados, traz a ele. Se ela não o fizer, o Redentor não tem como salvar ninguém. Na área de “sua competência”, a “busca do pecador,” a Igreja é absoluta e insubstituível, no entendimento e na prática do neoarminianismo. Por isso, ela deve valer-se de todos os meios disponíveis para cumprir os seus objetivos: ludinismo coreográfico e musical para a juventude; passionismo para as damas maduras; benemerência “evangélica” aos necessitados; promessa de bens materiais aos materialistas; saúde para os enfermos; libertação do terrível inimigo espiritual, o Diabo, para os oprimidos. Todos esses recursos “missionários” são “iscas” para “aquisição de almas para Cristo” que, como já se disse, fica à espera dos “conquistados” para regenerá-los. A transferência sem ingerência do papel evangelizador a “indivíduos” presunçosamente “vencionados” à “conquista de almas para Cristo,” bane a soberania de Deus e confere ao homem o papel de “trazer para o reino do Messias” os seus semelhantes perdidos. Um caso típico: Ministrei uma aula às classes reunidas de uma determinada igreja, reputadamente “reformada”, sobre evangelização. Fi-lo conforme a teologia calvinista da soberana vontade de Deus expressa na eleição e redenção dos eleitos. Mostrei que aquela igreja, mãe de muitas filhas, antes do “projetismo missionário” e dos “planos estratégicos de evangelização”, teve, orientada pela Palavra de Deus e dirigida pelo Espírito Santo, um incrível e até inexplicável poder multiplicativo, não somente na cidade em que Deus a inseriu, mas em outras regiões do país e no exterior, pois havia comunidades formadas por seus membros emigrantes em múltiplos locais de nossa pátria e nos Estados Unidos; e concluí: *Deus cria, ordena e comissiona a Igreja. Não é a Igreja que se cria a si mesma nem ordena e comissiona Deus ao ministério da redenção dos pecadores. A sua Igreja é, por natureza, serva missionária. Nela, somente Ele manda: envia quem quer, quando quer, para onde quer. E o enviado vai, consciente ou inconscientemente*. Tempos depois, conversando com o então presidente do “Conselho Missionário” daquela Igreja, cheio de “projetos de missões”, com levantamento de recursos pecuniários específicos e tesouraria própria, ele reclamou, em tom de censura: *O senhor,*

⁵⁵ J. I. Packer: Entre os Gigantes de Deus- Uma Visão Puritana da Vida Cristã- Editora Fiel, SP, 1996, 1ª Ed., pág. 142.

*naquela Escola Dominical, com a sua soberania de Deus, acabou com o nosso plano missionário.*⁵⁶ Quem disse isso, censurando um autêntico e experimentado calvinista, foi um presbítero, vice-presidente do Conselho e reputado o maior líder leigo regional da Igreja e do presbitério. Nossa igreja, sem dúvida, arminianizou-se, reforçada com exacerbado carismatismo. Uma Igreja assim, como sustenta Packer, reduz ao mínimo a tarefa de ensinar a verdade cristã e dissemina a dúvida sobre a teologia e as implicações da evangelização conforme a fé reformada⁵⁷. Esta visão arminiana de evangelismo leva a comunidade a centralizar-se na superficialidade dos sermões apelativos, chegando mesmo a rejeitar as mensagens consistentes de edificação, exortação e doutrinação; preferindo, prioritariamente, as “pregações apelativas” superficializantes (quando proferidas a crentes, que não mais necessitam de mensagem evangelística). Então, e em decorrência de semelhante didática de comunicação, persuasiva por natureza, as comunidades flutuam na superfície espumosa da sentimentalidade e das emoções. Tem-se tomado a postura generalizada de se “evitar” a prédica doutrinária ou exortativa, que classificam, chistosamente, de “sermão carapuça.” E as ovelhas, pela nova “reciclagem”, cada vez menos teológica e mais sociológica, entram em processo lento, mas constante, de esvaziamento. O arminianismo neopentecostal está implodindo o que foi edificado ao longo dos tempos e com enormes sacrifícios. Não falo de uma Igreja imaginária, mas real, que não suporta a fé reformada e, em consequência, tem causado muitos e vários dissabores aos que lutam pela preservação dos fundamentos da reforma genebrina. O arminianismo está matando o calvinismo. *A Igreja reformada cede à tentação do antropocentrismo: o homem é o centro e a medida de todas as coisas, a ele compete decidir o seu destino temporal histórico e também o espiritual. Ele supõe usar Deus na consecução de seus objetivos mediatos e imediatos, materiais e espirituais. O servo que Deus soberana e efetivamente usa, se dependesse da igreja atual, já teria desaparecido.*

II- ESCOLHA HUMANA E LIVRE ARBÍTRIO

Um caso, dentre todas as escolhas que o homem faz no curso de sua vida, servir-nos-á de exemplo de “ livre agência” no tempo, nas condições e no ato de escolher de um supostamente livre comprador: João necessitou de uma mesa. Fez economias para adquiri-la. Tomou a iniciativa de pesquisar os modelos, a qualidade, o tamanho e os preços. Havia mesas de vários estilos e de materiais diversos: madeira massissa de lei, aço, mármore, granito, fórmica, compensado e aglomerado. Chegou à conclusão de que seus recursos não lhe permitiriam a aquisição de um produto de alto nível. Levou para casa, meio decepcionado, uma de compensado com pés metálicos; foi a que pode comprar, e com sacrifícios. A esposa de João ficou brava com ele, porque não lhe deu o direito de coparticipação na escolha, e o modelo ovalado não lhe agradou. João, talvez de boa fé, esqueceu-se de que não estava só nem escolhia somente para ele, conforme seu gosto pessoal. Examinemos o “livre” procedimento de João:

- 1) Ele teve muitas opções, mas poucas condições. Todas as mesas do mercado estavam expostas à venda e foram ofertadas a João, mas ele, embora livre para comprar a melhor delas, não pode fazê-lo em virtude de suas condições financeiras. Comprou a que pode, não a que desejou.
- 2) João, no caso, exerceu o seu pleno livre arbítrio? Livre arbítrio não é o irrestrito exercício da vontade? A vontade de João estava, no entanto, limitada pelas condições

⁵⁶ A resposta referida foi testemunhada por um colega de ministério.

⁵⁷ J. I. Packer: Entre os Gigantes de Deus, citado, páginas 178/179.

econômicas e pela vontade de sua consorte. Também o modelo, dentro das possibilidades de aquisição, agradou, relativamente, a João: das que podia comprar, imaginou, essa é a melhor. O mesmo, porém, não aconteceu com a sua mulher: não se afeiçãoou ao estilo do móvel.

O quadro de João leva-nos a concluir:

2.1- Qualquer escolha do homem limita-se às condições pessoais, gerais e circunstanciais. A condicionalidade é inerente ao ser humano, controlado pelos meios físico e social. Somente a Deus pertence a incondicionalidade.

2.2- Todo ser humano tem obediência a prestar ao seu próximo, a quem está ligado. O homem isolado, desligado de seu semelhante, não tem como exercer seu livre arbítrio. Mas, por outro lado, socializando-se, perde a condição de fazê-lo irrestritamente. Seu livre arbítrio vai até onde começa o de seu próximo, contra o qual não pode conflitar e em cujo espaço de direito não deve penetrar. Vivemos em sociedade. Minha livre agência, para coexistir com a de meu sócio, somente se viabiliza pelas vias da coadunação consensual ou, no mínimo, coalização de propósitos. Do ponto de vista absoluto, não há livre arbítrio humano: todas as suas escolhas são relativas e restritas.

2.3- Deus, desde a eternidade, já sabia que João necessitaria de uma mesa? Que desejaria comprá-la? Que daria a João as condições para executar a compra? Que controlaria todas as condições, inclusive submetendo a preferência de sua esposa à sua, para que comprasse aquela mesa e não outra? Quem deu a ele exatamente aquela mulher por esposa? Não diz a Bíblia que até os cabelos de nossa cabeça estão contados? (Mt 10.30). Deixando de lado os arminianos, que entendem que o homem decide tudo sobre si mesmo e sobre seu destino eterno, temos as seguintes possíveis respostas predestinistas:

2.3.a- **Predestinistas deterministas:** Sim. Deus, desde a eternidade planejou e predeterminou a existência de João, preordenando todos os meios e circunstâncias de seu surgimento, expressão de vida e realização. Aquela mesa, e não outra, dentro das condições eternamente previstas de tempo, ambiência social e situação econômica, é a que estava prescrita pelo Criador para João. O mesmo Deus que predestina o surgimento da vida, predestina todas as coisas necessárias, inclusive, no caso, a mesa, para viabilizar a existência especificada no ato predestinador. Deus predestinou e criou João para ser o que é e ter o que tem.

2.3.b- **Predestinistas permissivistas:** Deus, por sua vontade permissiva, não predeterminou nem a necessidade, nem o desejo, nem a possibilidade de aquisição, nem o móvel adquirido, mas *permitiu* a João que comprasse o que estivesse ao seu alcance, de tal modo que sua vontade se realizasse, embora relativamente, sem ferir, de maneira alguma, a *vontade permissiva* do Criador. Foi da vontade de Deus que João possuísse uma mesa, e nada prova que o fato de ele comprá-la tenha ferido a vontade de seu Senhor. Deus permite tudo que for para o bem do homem, mas não dá permissão para que contrarie sua vontade pela prática do mal; se o fizer, estará pecando.

2.3.c- **Predestinistas soteriologistas:** Não. Deus não interfere nas ações naturais e opções de sobrevivência do homem. No campo existencial o homem é dotado de inteiro livre arbítrio para decidir o que fazer, o que selecionar e escolher, o aceitar e recusar. Ele somente não possui livre arbítrio para decidir sobre a sua salvação, o seu destino eterno. Somente Deus o faz, porque semelhante decisão foge completamente à competência do homem. Ele é competente para optar sobre questões temporais e hábil para escolher o que lhe convém no âmbito limitado de sua existência. Sobre o que existe e o que pode acontecer além das fronteiras de sua vida física, exclusivamente o Senhor do tempo, dos espaços, da

eternidade e do próprio ser humano tem poder para decidir. O aqui e agora pertencem ao homem: o além e depois, a Deus pertencem. Eis porque, em matéria soteriológica, o homem é totalmente destituído de livre arbítrio.

2.3.d- **Predestinistas relativistas:** Sim. Deus, ilimitado em seu conhecimento de tudo que há de acontecer no futuro, tanto na história como na vida de cada indivíduo, sabia de antemão que seu servo João, no tempo próprio, compraria a mesa tal. Nada acontece, absolutamente nada, sem o prévio saber do Onisciente e à revelia do Onipotente. Um Deus que não sabe tudo e não prevê tudo, não pode ser um Deus soberano e verdadeiro. Porém, ele não interfere nas decisões pessoais, nas preferências individuais do homem no ato de escolha. A preferência, o gosto, as possibilidades aquisitivas são atribuições de quem escolhe, não de Deus. João, dentro de seu universo vital, criado e concedido pelo Criador, tem, por concessão divina, liberdade natural ou existencial de opção. Deus lhe concedeu bênçãos genéricas, dadas a todos os seres humanos no ato da criação, como, por exemplo, os alimentos de modo geral: Carne, cereais, legumes, verduras, raízes, tubérculos e frutas. O Criador preconizou que cada pessoa, no curso da existência física, alimentar-se-ia, fundamentalmente, dessas coisas. Agora, a escolha do arroz grão longo ou curto, do feijão preto ou cariquinha, da carne de frango ou de boi, da maçã ou da banana, isso é da preferência individual do homem, de seu gosto pessoal ou possibilidades econômicas. Por exemplo, numa banca de bananas, o homem estende a mão e pega uma penca. Não se pode dizer que “aquela penca”, naquele dia e momento, estava preordenada a João. O que se pode afirmar, é que Deus criou a banana para alimento e colocou diante de João, dando-lhe os meios de acesso a ela. A seleção de tal penca e de tal variedade é de sua livre escolha. No entanto, se o Criador não lhe tivesse concedido o objeto de sua escolha, seu livre arbítrio de escolher não existiria. Toda escolha do homem é relativa e se subordina a um ato prévio criador e concedente de Deus. A criatura somente escolhe, segundo seu desejo, vontade e preferência, o que Deus anteriormente criou, preordenou e destinou ao seu uso. Nada fora do universo criado o homem, também parte da criação, pode escolher por meio de seu livre arbítrio, relativo por natureza e origem.

Deus permite que o homem contrarie sua vontade diretiva e beneficiadora; porém, se o fizer, estará pecando e, certamente, receberá o castigo merecido. Por exemplo, Deus criou João. Criou também uma mulher e lhe deu por esposa. Uniu os dois em matrimônio. Ele tem liberdade de coabitar com outra, mas quebrará o mandamento: *não adulterarás*. João é um irmão nosso, servo de Cristo, habitação do Espírito Santo. Isso não foi escolha dele, mas de Deus, desde a eternidade, porque a vida eterna, embora comece no estágio da vida terrena, pertence ao outro lado da existência, imaterial por excelência. Se João prostituir com uma meretriz, e ele tem liberdade permissiva de fazê-lo, cometerá uma inominável ofensa ao Santo Espírito de Deus do qual é templo (I Co 6.15-20).

Somos pecadores e pecamos. O mundano peca por vontade própria, pois é livre para pecar, mas não é livre para deixar de pecar. O regenerado também peca, mas contra sua vontade, forçado por sua natureza pecaminosa, ferindo seu livre arbítrio:

Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço. Mas, se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e, sim, o pecado que habita em mim (Rm 7.19,20).

No campo soteriológico, portanto, não há livre arbítrio ou livre agência. O réprobo peca por desejo próprio, porque já está perdido. O salvo peca por fraqueza, porque dentro dele ainda existe o germe do pecado, mas ele sabe que desagrade o seu Salvador com os seus pecados e, por isso, arrepende-se continuamente e lhe pede perdão. Pecado é o mau uso do livre arbítrio.

Entendo que os *predestinistas relativistas* estão corretos ou, pelo menos, mais próximos da verdade, segundo podemos, pela dádiva do conhecimento revelado, ajudados pela dedução e pela intuição, apreender.

III- GENTIOS: INCLUSÃO NA GRAÇA

Os santos não precisam de médico, e, sim, os doentes. Não vim chamar justos, e, sim, pecadores ao arrependimento (Lc 5.31,32).

RESPOSTA DE CRISTO EM TRÊS PARÁBOLAS

Lc. 15

DESTAQUE DA PARÁBOLA: “A OVELHA PERDIDA”

INTRODUÇÃO

A Parábola da Ovelha Perdida, a da Dracma e a do Filho Pródigo são, em conjunto, a resposta de Jesus ao murmúrio dos fariseus por causa da preferência dos publicanos e pecadores pelo ensino do Mestre e de sua opção por eles:

Aproximavam-se de Jesus todos os publicanos e pecadores para o ouvir. E murmuravam os fariseus e os escribas, dizendo: Este recebe pecadores e come com eles (Lucas 15.1,2).

Os publicanos e os gentios eram considerados pelos fariseus pessoas moral e espiritualmente desqualificadas e, portanto, injustas e perdidas. São esses perdidos que Cristo veio buscar e salvar, operando neles por meio do Espírito Santo, o arrependimento.

I. INTERPRETAÇÃO COMUM

A interpretação comum é ideológica, alegórica e romântica; não se fundamenta no texto lucano, não se louva no contexto, mas na idéia sugerida de pastoreio. Realmente a Igreja é o “aprisco” de Jesus, o Bom Pastor (Jo 10. 1-14); desse “aprisco”, porém, as verdadeiras ovelhas não se perdem, pois o Pastor não as deixa perder-se nem ele as perde (Jo 12.17 cf Jo 6.37).

Partindo da versão de Mateus, retirada do contexto parábólico de Lucas, colocada em outro universo significativo, adaptada aos propósitos judaicos do evangelista referido, a interpretação costumeira pode ser “deduzida”, desde que não se leve em conta o seu significado lucano nem se firme em rigorosa exegese textual. Ela parte do pressuposto de uma “igreja-rebanho” da qual foge, ou se afasta, uma ovelha, tendo o seu proprietário o dever e a responsabilidade de buscá-la e reagrupá-la no conjunto do redil protegido e unificado. Não se fala de “perdição” ou “salvação do pecador”, mas de afastamento voluntário da Igreja por decisão pessoal, por mau testemunho da comunidade ou descaso para com a ovelha. A culpa maior cabe à Igreja que deixa a ovelha tresmalhar. Alguns, porém, e não são poucos, chegam a ensinar, utilizando-se de imaginativa exegese dessa linda parábola, a doutrina arminianista da perdição, definitiva ou temporária, do regenerado,

estabelecendo o esquema: “salvo – perdido – salvo de novo...”. É nesse entendimento arminianista que se tem usado o termo “arrependimento”.

Eis, sinteticamente, a aludida interpretação:

Um pastor tinha no aprisco cem ovelhas. Uma delas tresmalhou (fugiu, perdeu-se). O pastor deixou no “aprisco” as noventa e nove, e saiu em busca da ovelha perdida. Encontrando-a, trouxe-a, feliz e alegre, e a reintegrou às noventa e nove que haviam ficado, protegidas, cercadas, no referido aprisco.

Essa interpretação é aparentemente indiscutível e geralmente aceita, mas não certamente a que o texto e o contexto imediato permitem, segundo uma exegese verdadeiramente bíblica. A Parábola da Ovelha Perdida não pode ser retirada do conjunto explicativo das três parábolas de Jesus, todas respondendo a uma só questão: “Porque Jesus recebe pecadores e come com eles.” (Lc 15.2) Na resposta, Jesus rejeita a tese farisaica da justificação pela lei, pois os fariseus julgavam-se justos por cumprirem os mandamentos. Sobre a justiça da lei, doutrina defendida pelos fariseus, e a justificação pela graça sem qualquer merecimento legal ou moral, Jesus contou a “Parábola do Fariseu e do Publicano” (Lc 18. 9-14) em que o fariseu apresenta a Deus, em oração, as suas “credenciais” de justo e o publicano apenas se confessa pecador. O “justo” não recebe a resposta divina da justificação, e o pecador confesso é justificado.

II. BASES EXEGÉTICAS INCONSISTENTES

I.I- Aprisco e Pastor: Não há na parábola menção (direta ou indireta) a aprisco e a pastor.

I.II- Retorno da ovelha tresmalhada: Nada se diz sobre o “retorno” ao rebanho de onde se perdeu da ovelha perdida. O contrário é verdadeiro.

I.III- Noventa e nove fiéis e santas: O texto nos diz (e o contexto confirma) que elas “não necessitavam de arrependimento”, isto é, a *ordo salutis* do judaísmo não continha a “justificação pela graça por meio do arrependimento”, mas por “obediência” à lei. Foi o que fizeram as noventa e nove ovelhas judaicas e o filho mais velho da parábola do Filho Pródigo.

I.IV- Arrependimento não para salvação: Não há como sustentar, firmado no texto e nas outras parábolas textuais, que o arrependimento referido por Cristo não seja para salvação do “pecador (perdido) que se arrepende.” No texto e no contexto imediato Cristo contrasta “fariseus”, os que se julgavam justos, e “publicanos e pecadores”, julgados “injustos” e, portanto, perdidos.

I.V- Texto paralelo de Mateus: Sobre isso observemos o seguinte:

a. O contexto de Lucas é um (cremos ser o original), o de Mateus, outro⁵⁸. O registro de Mateus deve ser interpretado à luz do de Lucas. Se, em Lucas, a Parábola da Ovelha Perdida faz parte de uma “única resposta de Cristo, dada em três parábolas, a transposição de uma delas para outro contexto, “enfraquece”, por um lado, a resposta lucana de Jesus e, por outro, subtrai uma “parte integrante”, inseparável, da explicação expositiva do divino Mestre, segundo a intenção de Lucas.

⁵⁸ Sobre as diferenças contextuais entre Lucas e Mateus consultar: a. Joachim Jeremias, *As Parábolas de Jesus*, 2ª Ed., (São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1978), pp. 37,38. Eis o que declara este autorizado autor: “O contexto de Mateus não pode portanto dar-nos nenhum ponto de apoio para resolver o problema da situação original que na vida de Jesus o levou à formulação da parábola da ovelha perdida. Não se pode duvidar que seja Lucas quem nos conservou a situação original”. b. Simon J. Kistemaker, *As Parábolas de Jesus*, 1ª Ed., (São Paulo, SP: Casa Editora Presbiteriana, 1992), p. 229. Para este autor, o contexto de Mateus é: “Quem é, porventura, o maior no reino dos céus?” (18.1-3), referindo-se à criança, o “pequenino que Deus busca”. Em Lucas, Cristo responde aos fariseus que procura e acha o pecador perdido (Ver p. 230). Os contextos, pois, são diferentes.

b. Mateus, pois, coloca a parábola, em apreço, num contexto exclusivamente seu, dando-lhe compreensão diferente daquela que se encontra em Lucas, colocando-a entre perícopes que tratam da ética comunitária, do irmão pecador, da necessidade de se perdoar o faltoso.

c. Ele afirma que as noventa e nove não se extraviaram (Mt 18.13), isto é, não abandonaram a comunidade judaica, tendo Cristo vindo para “salvar” o “israelita desviado”, pois, conforme o Evangelho segundo Mateus, Cristo não foi “enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 15.24). Também, para ele, judeu por tradição, Jesus comissionou os doze para, preferencialmente, procurarem “as ovelhas perdidas da casa de Israel”(Mt 10.6 cf 10.5,6). Assim contextualizada, a parábola da ovelha perdida “parece” ensinar que todo pecador perdido necessita de arrependimento para “reconciliar-se” com o “rebanho judaico”. Qualquer pecador passa, desse modo, a ser um transviado de Israel, que Cristo veio restaurar ao “redil judaico primitivo”.

d. Mateus faz o dono pessoal do rebanho “deixar as noventa e nove ovelhas nos montes”(Mt 18.12), dando a idéia de ficarem espalhadas e desprotegidas, eliminando ainda mais o conceito de aprisco e de pastoreio coletivo. Nos montes, sem o dono, os riscos para as ovelhas que pasciam, multiplicam-se, pois lá se localizam os seus principais predadores. O abandono no deserto é menos perigoso.

e. Mateus conclui que não é da vontade de Deus que nenhum “destes pequeninos” pereça” (Mt 18.14), mas, ao mesmo tempo, deixa a quase totalidade do “rebanho”, sem dono, nos montes, aparentemente entregue às feras.

f. Ele, por um recurso exegético desconhecido para nós, substitui o “júbilo diante dos anjos de Deus por um pecador que se arrepende” (Lc 15.10) por um sistema de “anjos da guarda”, doutrina de difícil sustentação exegética na dispensação da graça cujos regenerados são templos do Espírito Santo, por ele guiados e protegidos: “Vede, não desprezeis a qualquer destes pequeninos; porque eu vos afirmo que os seus anjos nos céus vêm incessantemente a face de meu Pai celeste”(Mt 18.10).

g. Quando Mateus fala que Cristo veio salvar o perdido, ele, geralmente, imagina o Perdido da “casa de Israel”(Mt 18.11 cf Mt 15.24; 10.6).

Os intérpretes tradicionais, com certeza, não se detêm acurada e exclusivamente na versão de Mateus; lêem-no e o interpretam como se lessem e interpretassem Lucas. O texto, por um princípio exegético comum, deve ser interpretado à luz do contexto; e o contexto de Lucas é muito diferente do de Mateus.

II. BASES EXEGÉTICAS CONSISTENTES

II.I- As três parábolas de Lucas 15 respondem ao questionamento farisaico: “Este recebe pecadores e come com eles” (v.2).

II.II- Nas duas primeiras parábolas, a da ovelha e a da dracma, Cristo mostra a “busca do perdido.”

II.III- O “perdido”, valioso para Jesus, é, aos olhos dos fariseus, desqualificado e insignificante: Uma ovelha, a pior do rebanho por desobediência; Uma dracma, um décimo do valor do acervo monetário; Um filho, não primogênito, descumpridor do dever, desrespeitoso e desviado.

II.IV- Na parábola do Filho Pródigo, a ênfase recai sobre o arrependimento, em detrimento do cumprimento da lei. O “justo”, que cumpre a lei, fica por fora da festa, pois, não “concorda” com a “injustiça do arrependimento”, inaceitável para ele.

II.V- A ênfase nas duas primeiras parábolas não está na “decisão de se perder”, mas na “busca até encontrar”, isto é, na ação salvadora de Deus e não na capacidade do perdido de a si mesmo “encontrar-se” ou na eficiência da Igreja em trazer de volta o “desviado”.

II.VI- A ovelha perdida não é devolvida ao rebanho, refazendo a unidade total de 100%, mas recolhida ao aprisco de seu proprietário.

II.VII- As noventa e nove representam “justos que não necessitam de arrependimento.” Há, no sistema salvador da graça, “justos” que não “necessitem de arrependimento?”

II.VIII- A festa celeste ou júbilo de Deus, no final de cada parábola, é para “o pecador arrependido justificado”, não para o que a si mesmo se justifica.

II.IX- Para Lucas não há condicional: O pastor busca até encontrar (Lc 15.4). Mateus estabelece condicional: “E, se porventura encontra...”, o que Lucas não o faz.

II.X- Cristo estabelece o objetivo de sua missão: salvar os perdidos.

II.XI- Aprisco e Pastor, figuras inexistentes na parábola.

III. COMENTÁRIOS SOBRE AS BASES EXEGÉTICAS.

III.I- Questionamento dos fariseus: “Este recebe pecadores e come com eles” (Lc15.2). Os pecadores eram “publicanos e gentios”. Os primeiros, segundo eles, excluídos do “aprisco de Israel” por apostasia e traição. Os segundos, jamais incluídos no pacto por natureza (nascimento) e consagração (circuncisão). Os poucos gentios prosélitos não gozavam de todos os privilégios do judeu circuncidado nativo. Portanto, não desejavam a reinclusão deles na plena aliança mosaica.

“Comer com eles”: significava admitir quem não pertencia à herança do pacto mosaico, à comunhão dos “escolhidos”, justos, não por justificação, e tratá-los com a mesma distinção com que se devia tratar um “membro da velha aliança” legal, com direitos adquiridos. Jesus, imaginavam, como “bom judeu” deveria valorizar o seu povo, o da promessa, não tais renegados. Eles acreditavam que o Messias viria reconduzir ao “aprisco judaico” as “ovelhas perdidas da casa de Israel”, jamais pecadores gentios, perdidos ou não, que nunca foram ovelhas de Deus e, portanto, não podiam ser incluídas no “concerto dos justos” judeus.

Ao murmúrio dos fariseus Jesus responde por parábolas: Eu recebo publicanos e pecadores e como com eles, porque eles precisam do arrependimento para a conversão e reconciliação com Deus; vocês acham que são automaticamente justos por serem judeus e pessoalmente santos por, supostamente, guardarem a lei. Então, vocês fiquem com “justiça própria” sem arrependimento, e eu serei pastor de pecadores arrependidos.

III.II- Deus busca o perdido. Busca e encontra a ovelha perdida, fora do “rebanho israelita”, isto é, o pecador, deixando as “justas que não necessitam de arrependimento” no deserto, sem pastor, para pastorear uma só ovelha, mas arrependida. O próprio Filho Perdido, embora pense que a si mesmo se encontra, é objeto da “busca vivificante de Deus”: “Porque este meu filho estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado (Lc 15.24; cf Lc 15.32). O verdadeiro eleito não se perde. Desviado, o próprio Cristo, dono e Senhor do rebanho, busca-o de volta, não para Israel, como entendiam os fariseus, mas para a Igreja do Cordeiro composta de pecadores arrependidos. Interpretar que Jesus ensinou que é o “ministério” da Igreja que busca a “ovelha perdida”, significa distorcer o seu ensino. Lembremo-nos do que nos disse João: “Veio para o que era seu, e os seus não o receberam”(Jo 1.11). Um texto que ajuda esclarecer a Parábola da Ovelha Perdida é o de Lucas 5.29-32. Um Levita ofereceu um banquete a Jesus. Numerosos publicanos, inexplicavelmente, compareceram. Diante do quadro, certamente perplexos, os escribas e fariseus murmuraram contra os discípulos de Jesus, perguntando-lhes: “Por que comeis e bebeis com os publicanos e pecadores?”. Jesus então respondeu pelos discípulos: “Os são não necessitam de médico, e sim, os doentes. Não vim chamar justos, e sim, pecadores ao arrependimento”. Os fariseus, montados na justiça própria, julgavam não terem de que se arrepender, pois, para eles, a salvação não vinha mediante o perdão, mas por meio da retidão, da guarda da lei. O ensino central de Jesus nas parábolas explicativas conclusivamente é: O justo, por ser justo, não tem nada de que arrepender-se; assim são

vocês, judeus. O pecador, por ser pecador e reconhecer-se pecador, arrepende-se e é recebido na comunhão do povo redimido de Deus, e festivamente.

III.III- O valioso para Deus. Para os fariseus, o gentio não tinha valor algum, exatamente por estar alijado da promessa e excluído da eleição de Javé. Eis porque Jesus mostra que uma dracma recebe mais atenção, cuidado e amor que nove. Uma ovelha, e ainda perdida, é objeto de apreço, desvelo e homenagem, enquanto as noventa e nove são deixadas no deserto, unidas entre si, mas abandonadas, pelo “homem” que as possuía, nos ermos. Um filho, além de mais novo, rebelde, rompedor dos vínculos paternos, é recebido, na volta de sua vida dissoluta, com festas, deferências e homenagens, enquanto o mais velho, honesto, herdeiro por primogenitura e por fidelidade, trabalhador, que não abandonou o pai e a casa, não “mereceu” o “novilho cevado”. Aqui, a ovelha, filho, que não fugiu ficou menosprezada por suas próprias convicções legalistas, embora justas. A que abandonou o pai, filho perdido, foi recebida com homenagens e festas. O pecador arrependido é privilegiado nas duas parábolas de seres vivos: a da Ovelha Perdida e a do Filho Perdido.

III.IV- Arrependimento, não cumprimento da lei. O filho mais novo recebe o que não merece. E o argumento do pai, não convincente para o filho “justo”, é: Este teu irmão estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado”. Os argumentos do filho mais velho firmavam-se na “injustiça do ato”:

Há tantos anos que te sirvo sem jamais transgredir uma ordem tua, e nunca me deste um cabrito sequer para alegrar-me com os meus amigos. Vindo, porém, esse teu filho, que desperdiçou os teus bens com meretrizes, tu mandaste matar para ele o novilho cevado (Lc 15.29,30).

O pai responde com argumentos aparentemente “sentimentais” (ver Lc 15.31,32), mas, na realidade, ressaltam: a exaltação dos desvalidos, a eleição dos perdidos, o arrependimento, a vivificação e a reconciliação, tudo pela graça, sem qualquer merecimento quer por herança quer por submissão obediente.

O que vale para Deus é a recepção da graça salvadora via arrependimento, não recebimento da bênção redentora por meio de méritos pessoais ou obras da lei.

III.V- A busca de Deus. A mulher não cessa a “busca” até encontrar a dracma perdida (Lc 15.8). O homem insiste na procura da ovelha até encontrá-la (Lc 15.4). Aqui está a explicação para a sentença chave: Cristo veio buscar o perdido, salvar o pecador, injusto por natureza. O eleito, seja gentio ou judeu, não fica perdido: O Salvador acha-o e o salva. A condicional “se”(Mt 18.13) de Mateus não cabe em Lucas nem na eleição incondicional. O Redentor “busca” e “acha” todos os perdidos eleitos, não para admiti-los na comunidade israelita, mas para introduzi-los no céu, onde serão recebidos com júbilo.

O dono da ovelha perdida leva-a “sobre os ombros” (Lc 15.5) para “sua casa”, deixando implícita a doutrina da inabilidade do pecador de “salvar-se a si mesmo”, de caminhar para a “habitação eterna” com os seus próprios pés; mesmo porque o “caminho da “casa do dono da ovelha perdida” era desconhecido por ela. Somente Cristo é o “caminho”.

O comentário de que o pastor deixou “alguém tomando conta” das “noventa e nove” apresenta as seguintes dificuldades:

a. Cria “o princípio da substituição” de pastoreio do “único rebanho” tanto quanto o de “transferência de responsabilidade providencial”, que são doutrinas romanas com “seus pastores substitutos do sumo Pastor”.

b. Modifica a parábola do Divino Mestre, acrescentando-lhe o “segundo pastor,” apenas para que a “interpretação apriorística” seja viável e supostamente comprovada. À palavra de Deus nada se pode acrescentar e dela nada se deve tirar. A boa exegese não modifica o texto, clarifica-o e faz emergir-lhe o significado natural e original.

III.VI- A Ovelha perdida não reintegrada ao rebanho. Ao contrário do que admite a interpretação costumeira, o homem da parábola não devolve a tresmalhada ovelha ao conjunto do rebanho no deserto; leva-a para casa, festeja com amigos sua recuperação, “deixando” as “noventa e nove” no deserto, sem festa, sem atenção pastoral. O “lugar seguro” para a ovelha “achada” não é o deserto, mas a casa do seu dono (pastor), sob sua proteção e cuidados. Assim também o “lugar seguro” para o crente é em Cristo Jesus, não exatamente na “sociedade religiosa”, onde ficaram, entregues a si mesmas, as noventa e nove. Ressaltemos bem: A ovelha perdida não foi reconduzida ao suposto aprisco, nem à manada coletivamente solidária e solitária no deserto, mas levada carinhosamente pelo seu possuidor para sua casa, que, certamente, não era no deserto. E mais, ele não chama, carinhosamente, as “noventa e nove” de “minhas ovelhas”, mas o faz com a única perdida e achada (Lc 15.6).

III.VII- Justos sem arrependimento? Ouçamos com atenção a afirmação do Mestre: “Digo-vos que, assim, haverá maior júbilo no céu por um pecador que se arrepende do que por noventa e nove justos que não necessitam de arrependimento”(Lc 15.7). Pode haver justo que não necessite de arrependimento? Paulo, pelo Espírito Santo, não nos ensina que não há um justo sequer (Rm 3. 10-12)? “Não necessita de arrependimento” aquele que não tem pecado, nem o original nem o fatural. Será que as tais “noventa e nove ovelhas” são sem pecado e impecáveis? Existe alguma igreja desse tipo? Dentro da Igreja real e verdadeira está um Paulo, que admite o pecado em si, a ponto de desejar o bem mas, por imposição do pecado, praticar o mal (Rm 7. 16-24 - destaque do v. 21). Portanto, imaginar um “rebanho de santos absolutamente puros, sem pecado, nada tendo, portanto, de que se arrepender” é biblicamente ilógico e, conseqüentemente, incongruente. Essas noventa e nove ovelhas representam os judeus legalmente justos. Por exemplo, o filho mais velho, irmão do Filho pródigo, “não tinha de que se arrepender” e, por isso mesmo, firmado na justiça própria, desprezou o irmão pecador, ficando por fora da festa, entendendo que tudo aquilo que o pai fazia para o “rebelde irmão” era tremendamente injusto. Entendia que o progenitor “abandonou” o justo para “festejar um pecador injusto”, exatamente o procedimento do ovinocultor em relação às “noventa e nove ovelhas” justas, que não necessitavam de arrependimento, ou julgavam não necessitar. Resultado, não participaram do “júbilo no céu”, porque desse somente participam os “pecadores arrependidos”: a ovelha achada (pecador procurado e encontrado por Cristo) e o filho pródigo, que estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado.

A resposta do Mestre, explicando a recepção de “publicanos e pecadores” perdidos não significa outra coisa senão: Os perdidos, publicanos e pecadores, são chamados à reconciliação pelo Espírito Santo, que atua no interior do eleito por meio do arrependimento para a salvação. Reafirmemos: Jesus explica por que não veio “chamar justos, e sim pecadores ao arrependimento”(Mt 9.13). Na verdade, os fariseus, segundo a opinião de Jesus, eram hipócritas, exteriormente justos e interiormente podres(Mt 23.27,28).

III.VIII- Festa de recepção do perdido. No final de cada parábola-resposta há uma festa de recepção ao perdido, deixando de festejar “os achados” ou “os não extraviados.” Há de se notar também que não são “os que ficaram”, os “não extraviados” que receberam o “perdido recuperado”. As “impecáveis” “noventa e nove ovelhas” e o “justo” filho mais velho não fizeram festa para o “perdido” recuperado. No caso das “noventa e nove”, a ovelha perdida nem sequer foi a elas reincorporada.

Israel não “festejou” a conversão dos pecadores perdidos, nem esses vieram, por arrependimento e conversão, obras da graça em Cristo Jesus, a se incorporarem ao velho povo de Deus, os judeus. A Igreja constitui-se de todos os que “necessitaram e necessitam de arrependimento,” não dos “justos legalistas” do velho Israel.

O arrependimento festejado foi para salvação. Não há como negar a caríssima declaração do Mestre: “Haverá maior júbilo no céu por um pecador que se arrepende do que por noventa e nove justos que não necessitam de arrependimento”(Lc 15.7). O arrependimento é, portanto, de pecados cometidos contra o Pai celeste, não por erros contra os irmãos (Cf. Mt 18.21,22). O Filho Pródigo não se arrependeu por ter “ofendido” o irmão, mas o pai: “Levantar-me-ei, e irei ter com o meu pai, e lhe direi: Pai, pequei contra o céu e diante de ti”(Lc 15. 18 cf 15.21). O Filho Pródigo, similar da Ovelha Perdida, tem sido modelo de todos os pecadores arrependidos, que se fazem servos do Pai celeste. Não se pode, pelo abandono do texto e do contexto, afirmar, contra todas as evidências textuais, que são claríssimas, que o arrependimento de que fala Cristo por essas parábolas não seja para salvação.

Os judeus não podiam aceitar “festa no céu” por “publicanos e pecadores”, gentios renegados. Corria entre os escribas e fariseus o dito: “Há gozo no céu quando um pecador é destruído diante de Deus”⁵⁹ Jesus inverte a situação, afirmando que “há júbilo no céu por um pecador que se arrepende do que por noventa e nove justos”(Lc 15.7). Isto é, um só pecador arrependido vale mais para Deus do que “noventa e nove fariseus” que dispensam o arrependimento por entenderem que dele não necessitam.

⁵⁹ William Barclay, “Lucas”, in *El Nuevo Testamento*, (Buenos Aires, Argentina: Editorial La Aurora, 1955), Volume 4, p. 195.

O que, pois, a parábola afirma é que “a ovelha perdida” representa os “pecadores”, publicanos e gentios, rejeitados pelos judeus. Para nós, o que a Palavra de Deus claramente afirma, fica definitivamente afirmado. O que ela não diz, não dizemos nós.

III.IX- Incondicionalidade da salvação. A ovelha perdida é buscada pelo seu proprietário até ser encontrada e “levada para sua casa”. O filho perdido é encontrado longe, muito longe da casa paterna, e levado de volta, pela mão de Deus, arrependido, ao convívio do pai. Lucas não admite, no caso da salvação, o “condicional” para a ação de Deus. Mateus usa o condicional, por entender a salvação como um “retorno à Casa de Israel”: “E se porventura a encontra” ($\text{Jau} \bullet \text{fm sub} \ll \text{mf e}\hat{\text{I}}\text{q} \ddot{\text{a}}\text{Çt}\hat{\text{A}}$) (Mt 18.13). A ovelha eleita perdida, mas fora da comunhão dos salvos, será segura e fatalmente encontrada pelo Pastor das ovelhas, Jesus Cristo, que não perde os que o Pai entrega a ele (Jo 6.37).

III.X Cristo, Salvador dos perdidos. Cristo, com as três parábolas, estabelece:

a. O processo salvador pela graça.

b. A universalidade do pecado e a salvação dos eleitos, levados ao arrependimento.

c. O fim do sistema legal de salvação, a Lei, e o início da redenção exclusivamente pela graça sem qualquer merecimento por parte do pecador (Ver Ef 2.7-10).

d. A inclusão da mulher no ativo corpo dos eleitos. Cremos ter sido essa a intenção do Mestre ao incluir no conjunto explicativo a parábola da dracma, na qual uma mulher representa o “buscador do perdido” que, “achado”, provoca júbilo diante dos anjos de Deus (Lc 15.10). Ressaltemos que a “mulher” era tão menosprezada quanto os “publicanos e pecadores” (gentios).

III.XI- Aprisco e Pastor. Na interpretação costumeira estas duas referências são fundamentais e conclusivas. Acontece, porém, que nenhuma delas se encontra no texto nem dele podem ser deduzidas. A inferência não é óbvia, pois se fundamenta em bases inconsistentes, especialmente as da versão de Mateus. Não há viabilidade de aprisco no deserto; apenas, se existiu, um precário acampamento do rebanho em trânsito. Para tal inseguro local o dono da “ovelha perdida” não a levou. Em nenhum dos registros, Lucas e Mateus, se fala de “aprisco” ou de “pastor” de ovelha, uma profissão desqualificada e desvalorizada entre os judeus, mas de “um homem”, proprietário de cem ovelhas (Lc 15. 4 cf Mt 18.12), que “deixa” (abandona?) a maioria (noventa e nove) em lugares inseguros e perigosos para dedicar-se extremadamente a uma só ovelha, acolhendo-a, homenageando-a, privilegiando-a. Incluir as figuras de “aprisco” e de “pastor” num texto que não as inclui não pode ser boa e honesta exegese bíblica. Falemos pela Bíblia, não por ela. A menção ao deserto para as “noventa e nove” certamente é uma referência à comunidade israelita do Êxodo e à dádiva da Lei no Sinai, bases originárias do judaísmo. A citação de “montes” em

Mateus pode ser uma figura pluralizada (plural de majestade) do Monte Sião, onde ficava o templo, centro da religiosidade judaica.

O cristianismo nasceu no Calvário com o Cristo sacrificado entre dois pecadores; um salvo por arrependimento; outro, perdido por rejeição.

CONCLUSÃO

Jesus mostra que o velho sistema redentor, firmado na obediência à lei, cedeu lugar à salvação exclusivamente pela graça mediante a fé em Cristo Jesus, o Pastor das ovelhas perdidas, inabilitadas e repletas de deméritos. O cristianismo não é uma volta ao judaísmo: a ovelha não voltou ao rebanho judaico das “noventa e nove”, que ficaram no deserto. O Filho Pródigo não retornou ao comando do irmão primogênito nem “recuperou” sua “herança adquirida”; voltou como servo arrependido ao seu pai e foi por ele admitido, mas despido de todos os méritos. O arrependimento, primeira manifestação da graça irresistível, dispensa as obras da Lei para salvação. Não somos reconciliados com Israel, mas com Deus por meio de seu Filho Unigênito, exatamente como ele fez com a ovelha perdida e com o Filho Pródigo. O filho foi “buscado” e “regenerado”.

As parábolas, finalmente, mostram que os judeus, menosprezadores dos gentios, rejeitaram o Messias porque este “aceitou” os pecadores e foi aceito por eles, e porque o Salvador não veio chamar “justos”, judeus legalistas, mas pecadores ao arrependimento (Lc 5. 32 cf Mt 9.13). A causa de Jesus “comer e beber” com publicanos e pecadores, não fazendo o mesmo com escribas e fariseus, ele a explica aos “murmuradores” contra ele e seus discípulos (Lc 5.30):

“Os sãos não precisam de médico, e sim os doentes. Não vim chamar justos, e sim pecadores ao arrependimento”(Lc 5. 31,32). Quem são os “pecadores”? - publicanos e gentios. Quem são os “justos”? – judeus (escribas e fariseus).

NOTAS COMPLEMENTARES

I- AS NOVENTA E NOVE OVELHAS DEIXADAS

A afirmação, com base exclusiva na minha própria exegese textual, de que as “noventa e nove ovelhas” representam israelitas firmados nos princípios salvadores da eleição privativa de Israel e no estrito cumprimento da Lei, fatos que, por si mesmos, excluem o arrependimento, é a mesma dos autorizados pastores Luis Bonnet e seu neto Alfredo Schroeder, em obra publicada na língua francesa em 1880, traduzida para o espanhol em 1982 de onde extraímos os seguintes textos:

*Las noventa e nove que deja en el desierto , es decir en los lugares no cultivados, las estepas, donde se hacía pacer las ovejas, **representan a los iraelitas** (**negrito nosso**) que quedam exteriormente fieles al pacto divino e que sentían mucho menos que los publicanos e los pecadores la necesidad de un Salvador.⁶⁰*

⁶⁰ Luis Bonnet e Alfredo Schroeder, “Evangelio Segun Lucas” in *Comentario del Nuevo Testamento*, (original francês), Tomo 1, cap. 15, (Buenos Aires, Argentina: Asociacion Argentina de Publicaciones e Casa Bautista de Publicaciones, 1982), p. 618.

¿Pero existen sobre la tierra justos que no tengan necesidad de arrepentimiento? ¿Lo enseñaría Jesús? De ningún modo. Habla desde el punto de vista de esse legalismo de que se prevalían sus oyentes fariseus.⁶¹

Sobre a posição de Mateus, os mesmos autores assim se pronunciam:

Mateus (Mt 18.12-14) também registra esta parábola, dando-lhe, porém, lugar e significados diferentes dos encontrados em Lucas. Utiliza-a para descrever o amor e os cuidados do Salvador para com um destes pequeninos a quem se proíbe desprezar, representado na figura da ovelha perdida que o dono vai buscar e salvar. Esta aplicação da parábola não carece de comprovação (Esta aplicación de la parábola no carece de verdad), mas há de se reconhecer que em Lucas ela tem seu verdadeiro lugar e seu sentido mais profundo⁶².

Não sou, pois, o único a dar a Lucas, nessa questão, posição diferenciada e privilegiada, em virtude do contexto enfático, isto é, um só tema em todo o capítulo 15: Jesus veio buscar e salvar o perdido. Sigo autores antigos e extremamente ortodoxos cujas conclusões exegéticas da Parábola da Ovelha Perdida, salvo melhor juízo, jamais foram contestadas. Não posso, portanto, ser acusado de inovador, tanto pela clareza do texto e do contexto lucanos, que fiz emergir, como pelo abalizado testemunho dos teólogos eminentes e respeitados acima referidos.

II- PECADORES PERDIDOS

Três categorias de pessoas são evidenciadas nas três parábolas:

a. A Ovelha Perdida por afastamento involuntário, cremos, em virtude da perca de afinidade interativa com o “rebanho” e da insubmissão ao “dono” (pastor) de quem deixou de ouvir a voz de comando direto.

b. A Dracma Perdida. O fato de Jesus colocar uma mulher como protagonista de uma parábola, formulada em resposta à censura murmurante dos fanáticos fariseus, soava-lhes aos ouvidos como pronunciamento absurdo e, à luz da teologia soteriológica do judaísmo mosaico, inaceitável. A mulher não podia servir de modelo para um judeu radical, um fariseu convicto. E a dona da dracma, que a procura até encontrar, representa Cristo que veio buscar e salvar o perdido. Sendo a dracma perdida a décima peça de um colar, conforme admite a Bíblia de Estudos de Genebra,⁶³ a relação entre a mulher e o objeto perdido fica maior, tornando-se necessário o seu encontro, pois sua perda “desmontaria” o colar e lhe tiraria o significado e o valor. A dracma era uma moeda grega, representando, portanto, o “perdido gentílico” sem qualquer vínculo com a comunidade judaica, sem nenhum compromisso com a Lei. Circulava entre os judeus um provérbio que dizia: Devemos procurar a Lei com o mesmo interesse e empenho com que procuramos uma

“As noventa e nove, que deixa no deserto, isto é, em lugares não cultivados ou de vegetação de estepes, onde se pastoreavam as ovelhas, representam os israelitas, que permanecem exteriormente fiéis ao divino pacto, sentindo muito menos que os publicanos e pecadores a necessidade de um Salvador”. (minha tradução)

⁶¹ *Ibid.* “Existe sobre a terra justos que não necessitam de arrependimento? Teria Jesus ensinado isto? De maneira alguma. Refere-se ao legalismo prevalente aos olhos de seus ouvintes”(os judeus). (minha tradução)

⁶² *Ibid.*, p. 619. “Mateo (18. 12-14)”, nos há conservado también esta parábola, pero dándole un lugar y un significado diferentes de los que tiene en Lucas. Sirve para describir el amor e los cuidados del Salvador hacia *uno destes pequeninos* a quienes oprohíbe despreciar y a los que representa luego bajo la figura de esa oveja perdida que él va a buscar y a salvar. Esta aplicación de la parábola no carece de verdad; pero hay que reconocer que en Lucas tiene su verdadero lugar e su sentido más profundo.”

⁶³ “⁸ Gr. *Dracma*, uma moeda valiosa, numa grinalda de dez moedas, era freqüentemente usada por mulheres casadas” “ 15.8 **Dracmas**. O termo “dracma” ocorre somente aqui, no Novo Testamento. Esta moeda era o equivalente grego do denário romano, que equivalia o pagamento de um dia de trabalho.”

moeda perdida. Nenhuma conexão, neste dito popular israelita, com a “busca”, efetuada por Cristo, de um pecador perdido.⁶⁴ Aqui, sem dúvida, Jesus valoriza a mulher e a coloca como participante do plano redentor do Mestre. Cristo, sabiamente, utilizou símbolos que os judeus renegavam: A figura da mulher, criatura de segunda categoria para os judeus, sem autoridade e menosprezada, e a moeda estrangeira, dracma, de pouco valor, ambos simbolizando, respectivamente, o Salvador, que veio buscar e salvar o perdido, e o pecador perdido, gentio excluído do pacto mosaico. A imobilidade e o ínfimo preço da dracma ressaltam, sem dúvida, a exclusiva ação salvadora e a inabilidade do homem de salvar-se a si mesmo. O fato de somente a dracma perdida ter sido devolvida ao “conjunto” das nove não perdidas, parece-nos esclarecer o ato soberano de Deus na constituição de um novo povo composto, unitariamente, de gentios e publicanos, gente incapaz de auto redenção.

c. O Filho mais Velho, como já se disse, representa o fariseu legalista, que rejeitou o gracioso plano salvador do Pai por meio de seu Filho, nosso Senhor Jesus, exatamente em decorrência do privilegiamento dos “publicanos e pecadores” em detrimento, segundo eles, dos “justos” ou fiéis às determinações do pacto mosaico. Vejam a sua alegação de “injustiçado pelo pai”: Há tantos anos te sirvo **sem jamais transgredir uma ordem tua** (negrito nosso), e nunca me deste um cabrito sequer para alegrar-me com meus amigos” (Lc 15.29). Seu argumento: o “justo” não é tratado com justiça, não recebe o tratamento que “merece”, enquanto o “injusto” é recebido com honra e festejado, recebendo o que absolutamente não merece. O tratamento dispensado ao filho mais velho, agora herdeiro de dois terços dos bens do pai⁶⁵, tem paralelo ao dado às noventa e nove ovelhas: O pai o deixa no campo, cuidando de seus interesses pessoais, completamente desinformado da chegada do irmão “desobediente, desrespeitoso e perdulário. Ele não tomou conhecimento da festa de recepção por meio do pai, mas de “um dos criados” (Lc 15.25-30). A resposta do pai: tudo o que é meu é teu (Lc 15.31) é óbvia, como explica Leon Morris, pois a partilha em vida (Mishna-Baba Bathra.8), transferia para o herdeiro o patrimônio, deixando o testador com “usofruto” do que lhe era necessário à sobrevivência.⁶⁶ Tudo, pois, que era do pai, na verdade, era do filho. A tese, constante das três parábolas, é a mesma: Há júbilo por um pecador que se arrepende; e o judaísmo, até então a religião restrita a uma raça e professada por sua maioria, perde para a “minorias desqualificada” em decorrência da alienação e do pecado, mas eleita, chamada e salva exclusivamente pela graça.

d. O Filho mais novo - o pródigo. Este representa não somente o publicano, mas o pecador a quem a Lei foi incapaz de regenerar e salvar. Ele, rompido o pacto natural e legal com o pai, assumiu a direção de sua própria vida, “libertou-se das leis paternas”, isto é, das ordenanças do pacto; depravou-se, chegou ao fundo do poço, tornou-se tratador de porcos, desejando alimentar-se da ração suína, “mas ninguém lhe dava nada” (Lc 15.16), perdeu-se. Tudo lhe acontecia no mundo gentílico, na miséria física e moral, longe da casa paterna e da terra natal, onde o pão da terra e o do céu aguardavam-no. Seu estado é típico ou representativo de todos os pecadores perdidos em todos os tempos, escravos de si mesmos, do pecado, do mundo e da carne. O filho mais jovem teve livre arbítrio para “perder-se” e “mater-se espiritualmente”, mas não para “achar-se,” “ressuscitar-se”: foi achado e ressuscitado à vida por Deus:

“...Era preciso que nos regozijássemos e nos alegrássemos, porque esse teu irmão estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado (Lc 16.32).

⁶⁴ Leon L. Morris, *Lucas, Introdução e Comentário*, (São Paulo, SP: Edições Vida Nova, 1990), p. 225. O autor diz que o referido adágio registra-se no *Cantares Rabbah I.1.9*.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 226.

⁶⁶ *Ibid.*

Cristo mostra a ascendência lógica da ação divina nas três parábolas: A dracma, um objeto inanimado, foi achada; a ovelha, um ser vivo, mas irracional, foi encontrada, depois de perder-se instintivamente; o filho pródigo, que consciente e racionalmente se perdeu, foi achado. Sempre o “proprietário” “procura” o que é seu, jamais o alheio. Além da ação graciosa de Deus que “busca” o “perdido”, as três parábolas deixam clara a doutrina da eleição: os que estão perdidos têm dono; são eternamente eleitos, e Cristo veio salvá-los, restaurá-los à comunhão com o seu Senhor, dar-lhes a vida eterna.

e. Ausência de penalidades legais. Tanto no caso da ovelha perdida como no do filho perdido não houve penalização à rebeldia, não se aplicou nenhum castigo. O perdão, resposta divina à confissão dos pecados, elimina as penas da Lei decorrentes; e não há confissão veraz sem eleição; mas a confissão nasce do arrependimento, sendo este também obra do Espírito Santo no interior do eleito. A Lei previa a pena; a Graça, originária do eterno amor de Deus, gera o perdão perfeito, completo, definitivo: o que nos foi conquistado na cruz, expiatoriamente.

III- SOBRE MATEUS

Mateus ressalta o reinado messiânico, ora um messianismo temporal ora escatológico, chegando a ser quase judaizante. A autoridade real e divina de Cristo é mais evidenciada em Mateus que nos demais evangelistas. Alguns exemplos:

a. A genealogia de Cristo ele a faz partir de Davi, mostrando que o Messias é da linhagem real davídica.

b. Registrou as sete parábolas do reino messiânico (Mt 13), usando a expressão: O reino dos céus é semelhante...”. Jesus nasceu para ser Rei dos Judeus (Mt 2.2).

c. Ele acreditava na encarnação do Verbo, mas entendia que se tratava da obra de Deus para restaurar, divinizar e perpetuar o reino davídico. Sob pressupostos judaicos, foi o único evangelista, que entendeu ter Jesus pronunciado as seguintes sentenças: “Não tomeis rumo aos gentios, nem entreis em cidade de samaritanos”, mas, de preferência, procurai as ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 10. 5,6). “Não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 15.24).

d. Apresenta Jesus com a mesma autoridade do Pai, refazendo o decálogo, estendendo a abrangência dos mandamentos, aprofundando-lhes o significado (ver Sermão do Monte-Mt 5-7).

e. É o único que criou uma teologia ierosolomita, estabelecendo a centralidade religiosa da “santa cidade”, um tipo de projeção da escatológica (Mt 4.5; 27.53).

f. O tema “lei” está fortemente estabelecida em Mateus (Mt 5.17-48; 7.12; 12.5; 23.23).⁶⁷

g. Tais orientações teológicas levaram-no a colocar a Parábola da Ovelha Perdida num contexto diferente, cujo propósito era defender a tese de que o Pai não deseja que nenhuma das pequeninas ovelhas se perca (Mt 18.14). Em Lucas, o Sumo Pastor, dedutivamente, “busca” a ovelha sob perdão irrestrito, sem nenhuma censura. Em Mateus, contextualmente, a ovelha relaciona-se, em grau de obediência e submissão, à Igreja, coletiva ou individualmente. Se o pecador desviado (ovelha tresmalhada) não quiser, em última apelação, “ouvir” a Igreja, será considerado “gentia e publicana” (Cf Mt 18.15-17): um sistema disciplinar rígido, onde o “princípio”, legalista por si mesmo, sobrepuja a plenitude do amor. Tal ética comportamental não se observa no contexto lucano. Também aqui, tratando-se de governo temporal, quem “liga ou desliga da Igreja institucional”, esperando ter o aval celeste, é a liderança eclesial comunitária (Mt 18. 18). O contexto, pois, em que se encontra a Parábola da Ovelha Perdida, segundo Mateus, é de natureza comportamental e disciplinar, não ressaltando o infinito amor de Deus para com os

¹⁰ Guillermo Hendriksen, *El Evangelio Segun San Mateus*, Comentario del Nuevo Testamento, (Grand Rapids, Michigan, U.S.A: Subcomision Literatura Cristiana, 1986), p. 97.

“pecadores”, o que faz Lucas; mas a necessidade contingente e imperativa de se perdoar ao irmão faltoso. Eis o contexto próximo da parábola de Mateus: O maior no reino dos céus (18.1-5); os tropeços impostos aos “pequeninos” (18.6-9); como se deve tratar a um irmão culpado (18.15.20); quantas vezes se deve perdoar a um irmão (18.21-22).

Por tudo que se observou, o transfundo teológico da parábola estudada em Lucas é um; em Mateus, outro, muito diverso. Contextos diferentes; interpretações diferentes.

IV. APRISCO

Aprisco (gr. *Aulê*) era uma área reservada especial, recinto interno ou externo, cercado ou murado, podendo ser descoberto, sem telhado. No Novo Testamento, universo significativo em discussão, pode significar:

IV.I- **Palácio**: “Reuniram-se no palácio ou corte (*aulen*) do Sumo Sacerdote” (Mt 26. 3 cf Mc 15.16).

IV.II- **Pátio**: “Ora, estava Pedro assentado fora, no pátio (*aulês*)” (Mt 26. 58 cf Mt 26. 69; Mc 14.54, 66; Lc 22.55; Jo 18.15; At 11.2).

IV.III- **Casa**: “Quando o valente, bem armado, guarda a sua própria casa (*aulen*)”(Lc 11.21).

IV.IV **Aprisco**: “O que não entra pela porta do aprisco (*aulen*)” (Jo 10.1 cf Jo 10.16)⁶⁸.

A área, com muros de pedra, geralmente sem cobertura, destinada ao recolhimento de ovelhas e cabras, podia ser de natureza:

a. Privativa, destinava-se apenas ao recolhimento do gado ovino e caprino (*pasciam juntos*) do proprietário, sendo quase sistematicamente construído na frente da sua residência. Segundo E. Beyreuther,⁶⁹ um rebanho continha de 20 a 500 animais (ovelhas, cordeiros, cabras e cabritos). Os animais domésticos (ovinos e caprinos), conforme tal critério, podiam não se constituírem em rebanho, se o número fosse abaixo de 20. No caso da Parábola, eram 100, mas certamente Jesus tinha em mente um “rebanho (*poimnion*) de natureza doméstica, cuidado pelo seu próprio dono ou proprietário, não havendo necessidade de contratação de “pastor” ou “pastores.” Sendo correto o raciocínio, com base nas evidências textuais, o “proprietário” do “rebanho”, que o pastoreava em regiões áridas, desérticas, longe de seu “curral” doméstico, “deixou no deserto” as 99, levando nos ombros a ovelha tresmalhada para o seu “aprisco” (área cercada na frente de sua casa), onde lhe deu abrigo, proteção e cuidado. Para o “aprisco das ovelhas,” portanto, retornou a única tresmalhada, perdida e achada, ficando fora dele as noventa e nove justas que não necessitavam de arrependimento.

b- Pública ou coletiva, existente na forma cooperativa ou de aluguel, construído especialmente para tal finalidade; destinava-se ao recolhimento noturno de vários rebanhos. Esse “aprisco” possuía uma parte reservada, podendo ser no centro, devidamente cercada, servindo para separação do gado caprino⁷⁰ e dos machos ovinos. Esse modelo de “aprisco” está referido na alegoria (*paroimía*)⁷¹ do “pastor e seu rebanho” (Jo 10.1-21, 26-29). Frequentemente, os furtos, roubos e assaltos aconteciam nos “apriscos coletivos,” não somente por causa da grande quantidade de ovelhas, chamariz de ladrões, mas, e principalmente, em virtude da desonestidade dos pastores contratados para cada rebanho e da precariedade da vigilância, que mantinha guarda

⁶⁸. Cordância Fiel do Novo Testamento, Editora Fiel da Missão Evangélica Literária, São José dos Campos, 1ª Ed., 1994. Volume I, vocábulo *αυλη*.

⁶⁹. Erich Beyreuther, Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Vol. III, Edições Vida Nova, 1ª Ed, 1983, p. 470.

⁷⁰. Idem, p. 470, § 1º, onde se registra: “(esta praxe se refere em Mt 25.32).”

⁷¹. Guillermo Hendriksen em *El Evangelio Segun San Juan – Comentario del Nuevo Testamento- Subcomission Literatura Cristiana de la Iglesia Cristiana Refoirmada*, Grand Rapids, EE.UU., 1987, p. 375.

somente da porta de entrada. Nesse tipo de aprisco não estava muito segura a vida da ovelha, quer dizer, o judaísmo mosaico não podia garantir vida eterna aos judeus, que confiavam estritamente no poder justificador da Lei. Que esse aprisco representava a nação de Israel, com suas divisões tribais políticas e ideológicas, a nós nos parece indiscutível.⁷²

O porteiro do aprisco judaico tem várias interpretações:

a- Foi colocado aí por Jesus Cristo apenas porque não podia haver aprisco público sem um “guarda de segurança,” postado à porta, mas não possui significado simbólico na alegoria. Assim pensa a maioria dos exegetas modernos.

b- Deus, o Pai, que nos enviou o Filho, Bom Pastor, dando-lhe acesso ao rebanho dos eleitos.

c- Espírito Santo, o que promove a conversão, opera na regeneração e na santificação do convertido.

d- Moisés que, pela Lei, abriu caminho ao Evangelho da graça.

e- João Batista, o precursor do Messias, o que lhe abriu a porta de ingresso no ministério pelo batismo.

f- Jesus Cristo que, sendo a “porta”, nada impediria que fosse também o “porteiro,” aquele que abre o reino aos escolhidos e escolhe seus ministros⁷³.

Fique com a interpretação que melhor lhe convier.

V- PASTOR

Pastor, no grego, *poimen* (

“rebanho”, *poimnê* (poimnōn / (/ / / / / ou / / / / / / / / / /

termos nobres, usados na titulação de reis pagãos e deuses⁷⁴. Seu pouco uso no período formador das Escrituras vetotestamentárias, certamente, resulta do zelo dos autores inspirados em evitar conceitos paralelos com designações e símbolos das polilatrias e policrasias circundantes.

V.I **Javé, o Pastor de Israel.** Deus era chamado de “Pastor de Israel”, não oficialmente, mas pela massa piedosa, que se sentia pastoreada por ele com segurança⁷⁵. A piedade popular produziu a imagem do condutor, do protetor e do provedor do “rebanho” esquecido e marginalizado. Tal sentimento místico aumentou e se fixou na mente dos desterrados de Israel ou no coração dos dominados por potências estrangeiras na própria terra natal. Nos tempos exílicos o apego à Lei e ao “Sumo Pastor” (brhdulsē hcertuladlmeritq forte e dominante, situação refletida nos salmos e nas profecias emergidas do estado de escravidão do povo de Deus. Assim, temos: Sl 23 (o mais lindo poema do pastoreio de Javé); Sl 28.9; Sl 68.8,9; Sl 74. 1; Sl 77. 20; Sl 78. 52,53; Sl 79. 13; Sl 7; Sl 110. 3; Sl 121.4; Jr 23. 2; Jr 31. 10; Jr 50. 19; Ez 34. 11-12; Is 40.10,11; Is 49. 9; Mq 4.6,7; Mq 7.14. Em virtude de o Deus revelado na velha dispensação ser o Sumo Pastor do povo eleito, os judeus evitaram designar seus soberanos governantes de pastores, pois o Senhor dos escolhidos e congregados em nação era

⁷² . Luis Bonnet y Alfredo Schroeder em Codmentário Del Nuevo Testamento, tomo 2, 1ª Coedição, Casa Batista de Publicações, B. Aires, 1982, Juan y Atos, p. 211.

⁷³ . Idem, p. 211, item 4- El portero.

⁷⁴ Rev. Joachim Jeremias em “Pastor”, contribuição no “Theological Dctionary of the New Testament, Kittel, vol. VI, p. 486 (B. Transferred Usage. I. In the Ancient Orient

⁷⁵ . Idem, p. 487.

exclusivamente Javé, cujos fiéis súditos passaram a ter o apelativo de “o rebanho de Deus.”

V.II Israel, o Rebanho de Javé. Sendo Javé, de fato, o Pastor de Israel, conseqüentemente, o povo lhe é rebanho pessoal, exclusivo e privativo, condição ressaltada nos seguintes textos: Jr 13. 17; Is 40.11; Ez 34. 31; Mq 7.14; Zc 10.13; Sl 79.13; Sl 95. 7; Sl 100. 3. Havia, no entanto, pastores políticos e belicistas, usurpadores do ofício, que a si mesmos se credenciavam ao pastoreio das ovelhas de Deus. Todos fracassaram, porque o que não procede de Deus não se credencia, não se perpetua (vejam: Jr 2.8; Jr 3.15; Jr 10.21; Jr 22.22; Jr 23. 1-5; Jr 25.34; Jr 50.6; Ez 34. 2-10; Is 56.11; Zc 10.3; Zc 11.5-6, 16,17).

V.III- O Messias Pastor. Na teologia da promessa messiânica, o Messias era o Pastor esperado para reunificar o rebanho disperso de Israel (Jr 3.15; Jr 23.4; Ez 34.23; Ez 37. 22,24)⁷⁶. A mente judaica, em decorrência dos precedentes históricos tradicionais, não poderia conceber um “aprisco de Deus,” que não fosse o genuíno Israel ou, pelo menos, o tivesse por base e núcleo. A figura “rebanho de Deus” ou “rebanho do Messias (Cristo), na concepção judaica, somente poderia referir-se, segundo o contexto remoto, a Israel. Assim, dedutivamente, o “rebanho” da Parábola da Ovelha Perdida de Lucas 15 e seu paralelo, com algumas modificações, de Mateus 18, fala do povo judeu, antigo rebanho de Javé. Desta maneira, a nós nos parece, é indubitável a dedução de que as noventa e nove ovelhas “deixadas” no deserto, conforme Lucas, e nos “montes”, segundo Mateus, representam Israel, substituído pela “ovelha perdida” no texto lucano e “o pequenino,” na versão de Mateus. Os locais “deserto” (Lc 15), e “montes” (Mt 18), estabelecem conexões com Israel, o povo que peregrinou nos ermos áridos, tempos de prodígios e formação da fé israelita, e também a memória dos difíceis tempos da dispersão: rebanho de ovelhas dispersas, peregrinando nos montes: As minhas ovelhas andam desgarradas por todos os montes e por todo elevado outeiro” (Ez 34.6). Certamente Mateus, hebraizante convicto, tinha em mente o quadro ezequielico das ovelhas perambulando, sob maus pastores, pelos montes diversos. Sobre a péssima situação de pastoreio em que se encontrava o “rebanho israelita de Deus,” leia: Ez 34. 1-31; Zc 11. 1-17; Jr 23. 1-40; Mq 2.12,13.

V.IV Pastor Natural, Profissão Desmoralizada e Desvalorizada. O pastoreio dos pequenos rebanhos domésticos era feito pelos familiares, especialmente as mulheres. As grandes criações de gato miúdo faziam-se empresarialmente; divididos em rebanhos, cada um entregue ao pastoreio de pastor assalariado. Este, no judaísmo palestino da época de Jesus, era extremamente desqualificado. Destinava-se-lhes a pior remuneração. A baixíssima educação e as carências financeiras levavam grande parte dos pastores de ovinos e caprinos à desonestidade, à pilhagem, ao desvio de animais. Uma pessoa piedosamente escrupulosa não devia comprar leite, lã ou carne de pastores-servos.⁷⁷ Ao mesmo tempo em que o pastor-servo ocupava o mais baixo nível da escala social, o título de “pastor” era extremamente honroso. Contradição, à luz da lógica, incompreensível.

V.V Cristo, o Bom Pastor. No meio de tantos pastores ruins, naturais e simbólicos, materiais e espirituais, surge o Bom Pastor, conforme a promessa, nosso Senhor Jesus Cristo. Em João 10. 1-30, o Bom Pastor contrasta-se com o ladrão e o estranho; e seu papel é tirar as ovelhas⁷⁸ que o Pai lhe deu (Jo 10.29) do rebanho judaico, agregando-as

⁷⁶ . Erich Beyreuther em Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Edições Vida Nova, 1983, p. 470. Este autor acompanha J. Jeremias em seu artigo sobre o Pastor no T.D.N.T.

⁷⁷ . Idem, p. 471.

⁷⁸ . Idem, p. 472: “Jesus guia suas ovelhas para fora da *aulê* do judaísmo e une-as num rebanho com seus seguidores dentre os gentios(Jo 10.4).”

em si mesmo tanto quanto agrega os gentios para que haja um “só rebanho” e um só Pastor. Embora sendo uma alegoria, não há dúvida de que nela se afirma o seguinte:

a. O aprisco é coletivo e judaico, contendo mais de um rebanho, dentro do qual “estava” o do Bom Pastor, cujas ovelhas “ouvem” a voz do seu Pastor e o “seguem”, não massificadamente, mas cada uma identificada relacionalmente com o Pastor: As ovelhas ouvem a sua voz, ele chama pelo nome as suas ovelhas e as conduz para fora (Jo 10.3 cf 10.27). O próprio Israel estava dividido em facções, isto é, em rebanhos do rebanho: fariseus, saduceus, essênios, não alinhados e, até que se separassem, os cristãos, ovelhas de Jesus Cristo. No aprisco coletivo, os pastores, em cada manhã, adentrando-o pela porta, depois de autorizado pelo porteiro, gritavam os gritos característicos de comando, e as ovelhas, ouvindo-lhe a voz, seguiam-no às pastagens. Jesus utiliza-se dessa imagem para dizer que retira suas ovelhas do aprisco multiconfessional do judaísmo, dando-lhes, não uma ordenação imperativa geral, mas chamando-as, individualmente, pelo próprio nome, o que demonstra que o Bom Pastor, pastoreia o seu rebanho, pastoreando cada uma de suas ovelhas, mas fora, completamente fora, do “aprisco israelita.”

*b. Ovelhas retiradas do aprisco de Israel. Jesus, o Bom Pastor, não inclui “suas ovelhas no “aprisco” de Israel, mas as retira: Aquele, porém, que entra pela porta, esse é o pastor das ovelhas. Para este o porteiro abre, as ovelhas ouvem a sua voz, ele chama pelo nome as suas próprias ovelhas e as **conduz para fora (negrito nosso)**. Depois de fazer sair todas as que lhe pertencem, vai adiante delas, e elas o seguem, porque lhe conhecem a voz (Jo 10.2-4). Jesus retira do “aprisco de Israel” “todas” as “suas ovelhas”, fato que nos leva a entender porque o “dono” da “ovelha perdida”, representando Jesus Cristo, pode dizer: “alegrai-vos comigo, porque achei **a minha ovelha perdida**”(Lc 15. 6b). As ovelhas não pertencentes ao Bom Pastor continuaram no aprisco judaico, sob pastoreio de uma sacerdócio corrupto, como se observa em Lucas 11. 37-52. A esse “pastoreio” mosaico indigno, mercenário, usurpador e egocêntrico o Messias referia-se, indubitavelmente, na alegoria do Bom Pastor: Todos quantos vieram antes de mim são ladrões e salteadores; mas as ovelhas não lhes deram ouvidos (Jo 10.8). “Os que vieram antes dele” foram os “pastores de seu povo” que pastorearam para si mesmos, explorando o rebanho que não lhes pertencia, subtraindo e destruindo as ovelhas do rebanho constituído de escolhidos de Deus, Israel: Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora (Jo 6.37 cf Jo 17.6, 9). Do aprisco israelita, o Pai retira, por meio de seu Filho, o Bom Pastor, as ovelhas escolhidas, deixando as outras, embora originárias da “família eleita”. O velho povo de Deus formou-se por meio de chamado eletivo de um tronco étnico, submetido à ordenança de um código legal. O novo, forma-se em Jesus Cristo sob o imperativo do amor ágáptico ao Deus trino. Os súditos da velha dispensação, aferrados ao legalismo mosaico, à justiça das obras da lei, à facilidade da justificação por meio de animais expiatórios substitutos, aos méritos pessoais da obediência externa, rejeitaram a oferta da graça em Cristo Jesus, especialmente em decorrência da inclusão dos gentios. O prólogo de João, síntese da teologia a ser desenvolvida posteriormente no corpo de seu registro, deixa-nos magistral declaração a respeito da “rejeição de Israel” e “recepção”, por intermédio da fé, de “todos”, judeus e gentios, no rebanho de Cristo, o Bom Pastor. Eis o texto: Veio para o que era seu, os seus não o receberam. Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que crêem no seu nome (Jo 1.11,12). “Todos,” aqui, é inclusivo. Todos os que crêem em Cristo, não importando o sexo e a raça, se são judeus ou gentios, tornam-se, em virtude da crença, filhos de Deus e, portanto, do “Rebanho do Sumo Pastor”: destarte, não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um (grifo nosso) em Cristo Jesus”(Gl 3.28). Observem que, na alegoria do Bom Pastor,*

Jesus declara explicitamente: Depois de fazer sair todas (grifo nosso) as que lhe pertencem, vai adiante delas, e elas o seguem (Jo 10. 4).

*c. **Fazer sair.** Sair de onde? A resposta é óbvia: do aprisco anterior, o de Israel. O Bom Pastor, nosso Senhor Jesus Cristo, pois, não “conduz” o seu rebanho, a Igreja, ao “aprisco judaico”; tira-o de lá, pois nele inclui os gentios convertidos (homens e mulheres), recusados e menosprezados pelos judeus. No comuna sinagoga (sinônimo de eclesial) de Israel não havia lugar para estrangeiros de ambos os sexos. No corpo eclesial do Bom Pastor só há lugar para o judeu por meio de conversão e regeneração mediante a fé em Cristo Jesus. O “rebanho de Cristo” (Igreja) compõe-se de eleitos redimidos de todas as etnias: E entoavam novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação, e para o nosso Deus os constituíste reino e sacerdotes; e reinarão sobre a terra (Ap 5.9 cf Ap 7.9). Os gentios não ingressam no corpo de Cristo, seu “rebanho” por adesão, como simples beneficiários do judaísmo, mas por eleição graciosa, por regeneração e filiação adotiva, tornando-se “reino de sacerdotes.” A Igreja, portanto, não se constitui de “ovelhas perdidas da Casa de Israel” capturadas por Cristo; ela é o novo povo de Cristo, a “communio sanctorum” de Deus. As ovelhas israelitas não cristãs ficaram perdidas, e somente se salvarão pela aceitação do Filho de Deus, o Messias prometido, o doador da fé, o promotor do arrependimento, o autor da regeneração.⁷⁹*

*d. **Cristo, Pastor e Porta.** Cristo, na belíssima e significativa alegoria (παροιμία-v.6) do Bom Pastor, apresenta-se-nos como a “porta” do “aprisco” das ovelhas do Pai (Jo 10.7, 9). O divino Mestre a si mesmo se designa “a porta”, depois que os judeus revelaram-lhe incompreensão do que dizia por meio da “parábola” (paroimia) do Bom Pastor. Ele, então, mudou o símbolo para “Porta do Aprisco” (Jo 10. 6), o que pode estar dizendo: as minhas verdadeiras ovelhas” são aquelas que passam por mim, que integram o meu rebanho pela exclusiva e privativa entrada do “aprisco”, a “porta”, eu mesmo, o Bom Pastor. É claro que os escribas e fariseus, com seus seguidores, igualmente cegos, não poderiam aceitar o “pastoreio de Cristo”, especialmente com a inclusão de ovelhas gentias e publicanas no redil dos eleitos. Parece-nos claro, observando o contexto geral, que, realmente, ninguém entra no reino de Deus, o aprisco dos redimidos, ou integra o “rebanho” do Pai senão pela única porta- O Sumo Pastor: Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim (Jo 14.6). As ovelhas que entram por ele, tornam-se dele sob o seu exclusivo pastoreio, mas sem a escravidão do legalismo judaico: entrará, e sairá, e encontrará pastagem (Jo 10.9b). Muitas ovelhas “entram” no aprisco dos maus pastores judaicos não para terem vida, mas para encontrarem a morte, pois são “criadas” e “engordadas” para o matadouro. As ovelhas de Cristo são retiradas do aprisco mosaico e recolhidas do mundo para a unidade, a santidade e, principalmente, para a vida eterna: Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, e ninguém as arrebatará da minha mão (Jo 10.28). As ovelhas “perdem” a vida para pastor. O quadro inverte-se: o Bom Pastor dá a vida pelas suas ovelhas: Eu sou o Bom Pastor. O Bom Pastor dá a vida pelas ovelhas (Jo 10.11). E efetivamente ele deu a vida pelos eleitos servos. Cristo, portanto, não é a “porta da morte”, mas a “porta da vida,” que não é portão de cárcere, limitador das liberdades cristãs da ovelha. O rebanho não restringe a individualidade da ovelha, não lhe tolhe os direitos de locomoção e pastoreio. As ovelhas dos pastores mercenários, freqüentemente, entravam e não saíam. A Porta do aprisco dos salvos é a entrada para vida e a saída para o ministério externo. A “pastagem” não se encontra no interior do redil; aí se têm aconchego, comunhão e proteção. O rebanho, sob a condução e garantia protetora do Pastor eterno, deve estar no mundo, alimentar-se dele fisicamente e*

⁷⁹ . Recomendamos a leitura de Ποιμηνεν...” de J. Jeremias em Theological Dictionary of the New Testament, Gerhard Kittel, 1973, V. VI, pp. 485 a 502.

alimenta-lo moral e espiritualmente. Eis a dupla função do Sumo Pastor, conforme o texto: Primeira, ser a única porta pela qual se ingressa no aprisco de Deus. Segunda, ser o único Pastor das ovelhas do Pai (Jo 6.37).

O rebanho do Bom Pastor, pelo que já se observou anteriormente, não é aquele cujas ovelhas justificam-se a si mesmas pela observância da Lei e do cerimonialismo sacerdotal; é o dos redimidos por e em Cristo Jesus mediante a cristocêntrica fé salvadora, dom de Deus, e a irrestrita identificação com o Pastor: Eu sou o Bom Pastor; conheço as minhas ovelhas, elas me conhecem” (Jo 10.14). As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço. E elas me seguem (Jo 10.27). É Cristo que faz o cristão. Quem não entra pela Porta, embora esteja fisicamente dentro do rebanho, é “bode” ou “joio”, não “ovelha” ou “trigo.”

Em suma, Cristo, o Bom Pastor, forma o seu rebanho (Igreja) com ovelhas judaicas e gentias sem qualquer discriminação de natureza racial. A religiosidade anterior termina, desaparecendo completamente, com a regeneração e a radical vinculação a Cristo, o Salvador. Nós, gentios, somos as “ovelhas do outro aprisco”, isto é, não estávamos no “curral do judaísmo.” Então, a Igreja universal de Cristo, o único Pastor, passou a ser um só rebanho: Ainda tenho outras ovelhas, não deste aprisco; a mim me convém conduzi-las; elas ouvirão a minha voz; então haverá um rebanho e um pastor (Jo 10.16).

A mensagem de Jesus na alegoria do Bom Pastor, de certa maneira, contém o mesmo ensino das três parábolas de Lucas, capítulo 15: O Messias não veio para “salvar” os judeus, que o rejeitaram, mas os seus eleitos. Estes, em decorrência da eleição, são movidos ao arrependimento, à confissão, à fé e à aceitação do Filho de Deus.

IV- APOSTASIA E ELEIÇÃO

O texto mais contundente e, conseqüentemente, o mais usado pelos defensores do livre arbítrio, é o de Hebreus 6. 4-6 cf 10.26-30:

É impossível, pois, que aqueles que uma vez foram iluminados, e provaram o dom celestial, e se tornaram participantes do Espírito Santo, e provaram a boa palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro, e caíram, sim, é impossível outra vez renová-los para arrependimento, visto que, de novo, estão crucificando para si mesmos o Filho de Deus e expondo-o à ignomínia.

Esta passagem bíblica tem sido relacionada com outras, que tratam da “possibilidade” de apostasia: I Co 9.27; II Tm 2.17,18; II Pe 2.20-22.

Interpretemo-la à luz do contexto imediato e mediato:

1- O autor dirige-se aos hebreus; certamente a alguns judeus que, abraçando o cristianismo nascente na auge da empolgação missionária, filiaram-se à Igreja primitiva, tornando-se dela ativos e entusiasmados participantes, como acontece com muitos neófitos. O correr do tempo, no entanto, causou-lhes o esfriamento da fé e o conseqüente afastamento e até apostasia.

2- A tentativa de judaização da Igreja emergente enfraqueceu-lhe o ímpeto evangelizante, que se firmava exclusivamente na cristocentricidade da graça (sola gratia), repousada, invariavelmente, na centralidade da eleição preordenada para a salvação eterna, embora lhe mantivesse a indispensabilidade da lei na estruturação e na efetivação da ética e da moral evangélicas. O esforço dos judaizantes de fazer do cristianismo uma seita judaica, derivando-o diretamente do mosaísmo pela conservação dos mesmos signos litúrgicos, sacrificiais, sacramentais e pela manutenção da mesma ordem soteriológica, gerou um tipo de fé cristã incompatível com a doutrina da exclusividade da graça na

redenção do pecador. Tal desvio provocou o retorno de muitos hebreus ao velho mosaísmo: apostasia de crentes nominais reconhecidos, mas sem convicções evangélicas realmente sólidas.

3- *Calvino afirma que o réprobo, certamente filiado à Igreja visível, possui certo conhecimento da revelação que, com o tempo se desvanece.⁸⁰ Este ponto de vista interpretativo parece coadunar com Mateus 13, a Parábola do Semeador. Nela, Jesus usa a figura da semente que cai em solo rochoso, dizendo que se trata de quem ouve a Palavra e a recebe logo, com alegria, mas chegando a angústia e a perseguição, a abandonam. Eis o texto:*

O que foi semeado em solo rochoso, esse é o que ouve a palavra e a recebe logo, com alegria, mas não tem raiz em si mesmo, sendo antes de pouca duração; em lhe chegando a angústia ou a perseguição por causa da palavra, logo se escandaliza (Mt 13.20,22).

Efetivamente, a Igreja vivia um inominável estado de angústia sob o insuportável peso das perseguições movidas por Domiciano (81 a 96 d. C.), o sucessor de Tito. Numerosos cristãos, ao serem denunciados, renegavam publicamente a fé; outros se tornaram, pressionados e torturados, traidores de seus irmãos. A fé passava pelo cadinho do fogo purificador. Apostasias ocorriam frequentemente. A advertência fazia-se necessária para consolidação da crença, firmeza em Cristo e fortaleza diante do desafio de se trocar o culto ao Rei dos reis, Jesus Cristo, pela prostração, mesmo sob tortura, diante da estátua de César, o execrável ídolo imposto aos cristãos. Servos do Cordeiro, levianos, verdadeiras sementes em solo rochoso, apostatavam-se, recrucificando o Senhor da glória, depois de terem experimentado a boa palavra de Deus e participado dos bens espirituais da Igreja. Esses, na verdade, afastaram-se e se alistaram no rol dos perseguidores por serem, efetivamente, réprobos, assumindo papéis de anticristos:

Eles saíram de nosso meio, entretanto não eram dos nossos; porque, se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco; todavia, eles se foram para que ficasse manifesto que nenhum deles é dos nossos (I Jo 2.19).

O “joio” pode, virtualmente, apostatar-se: o “trigo”, jamais. Nem todos que professam a fé cristã e dela se beneficiam temporalmente são eleitos regenerados, membros da Igreja invisível do Filho de Deus. Quem não deixou de ser cão, um dia volta ao vômito; quem continuou porco, embora lavado, mais cedo ou mais tarde voltará à lama (cf II Pe 2.20-22).

O eleito não se apostata da fé em Cristo. Aquele que o Pai entrega ao Filho, esse permanece sob sua proteção eterna:

Todo aquele que o Pai me dá, essa virá a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora (Jo 6.37).

O eleito vai espontaneamente a Cristo: o réprobo, espontaneamente se afasta dele. Os apóstatas aos quais se refere Hebreus 6, verificáveis na Igreja ao longo de sua existência, não podem se classificados, à luz da eleição eterna, de “ex-eleitos” em Cristo Jesus⁸¹

4- *Hebreus, 6 em nada favorece a tese do livre arbítrio, pois é rua sem saída. Quem exercer o “direito” de apostatar-se, fica na mesma situação do réprobo: cai livremente, mas livremente jamais retornará ao estado original, pois “impossível” se lhe torna a restauração (Hb 6.6): é o livre arbítrio somente para a perdição irreversível.*

BIBLIOGRAFIA

⁸⁰ - João Calvino, em Hebreus, Edições Paracletos, 1ª Ed. em português, 1997, pág. 154.

⁸¹ - Sobre apostasia em Hb 6, ver R. C. Sproul em Eleitos de Deus, Editora Cultura Cristã, 1ª Ed., 1998, pág. 164.

- 1- Confissão de Fé e Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana do Brasil, CEP, 1987, SP.
- 2- As Institutas ou Tratado da Religião Cristã, João Calvino, CEP, SP, 1985, 1ª Edição, especialmente os volumes II e III.
- 3- O Cânticos de Dorth, Editora Cultura Cristã, SP, sem data; edição custeada pela Igreja Reformada Holandesa.
- 4- Sola Gratia (a controvérsia sobre o livre arbítrio na História), R.S. Sproul, Editora Cultura Cristã, SP, 2001, 1ª Edição.
- 5- A Soberania Banida (Redenção para a cultura pós-moderna) R. K. Mc Gregor Wright, Editora Cultura Cristã, SP, 1ª Edição, 1998.
- 6- Eleitos de Deus, R. C. Sproul, Editora Cultura Cristã, 1ª Edição, 1998.
- 7- La Libre Gracia En Contra Del Libre Albitrio, W. E. Best, WEBBMT, Houston, Tx. USA, 1992.
- 8- Dios Es Amor, W. E. Best, Idem, 1992.
- 9- TULIP, Os Cinco Pontos de Calvinismo à Luz das Escrituras, Duane Edward Spencer, CEP, SP, 1ª Edição, 1992.
- 10- Predestinação e Livre Arbítrio, John Feinberg e outros, Editora Mundo Cristão, SP, 1996, 2ª Edição.
- 11- Regeneração Por Decisão, James E. Adams, Editora Fiel, SP, 1982.
- 12- Epístola aos Romanos, F.J. Leenhardt (comentário exegetico), ASTE, SP, 1969; comentário de Rm 8 e 9.
- 13- Romanos, João Calvino, Edições Paráclitos, SP, 1997, comentário de Rm 8 e Rm 9.
- 14- Efésios, João Calvino, Edições Paráclitos, SP, 1998, comentário de Ef 1. 4ss.
- 15- Carta aos Romanos, Karl Barth, Novo Século, SP, 1999, 5ª Edição, comentário de Rm 8 e 9. O autor, um liberal moderado, evita o termo “predestinação”; substitui-o por “destinação”, dando-lhe conotação diversa à do uso tradicional. Não fala de predestinação para salvação, mas para a “bem-aventurança”, acusando Agostinho e os reformadores de intérpretes mitológicos. Eis o que declara: *É aqui que encontramos o segredo da predestinação à bem-aventurança, que Agostinho e os reformadores representaram em forma mitológica, como se fora um esquema de causa e efeito e, assim, roubaram-lhe o significado(Obra citada, pág. 499).*
- 16- Doutrina Bíblica do Pecado, G. C. Berkouwer, ASTE, SP, 1970, 1ª Edição, especialmente o capítulo: O Mistério do Pecado.

- 17- La Epistola a los Romanos- Commentarios Antrocha- A. M. Hunter, Editorial Aurora, Buenos Aires, 1959.
- 18- Romanos- Introdução e Comentário- F. F. Bruce, Série Cultura Bíblica, Mundo Cristão, Edições Vida Nova, SP, 1979, 1ª Edição.
- 19- Efésios, Comentario del Nuevo Testamento, Guillermo Hendriksen, Subcomision Literatura Cristiana de la Iglesia Cristiana Reformada, Gran Rapids, Michigan, USA, 1984.
- 20- Efésios – Introdução e Comentário- Francis Foulkes, Mundo Cristão, Série Cultura Bíblica, Edições Vida Nova, SP, 1963.
- 21- A Mensagem de Efésios, John R. W. Stott, Série: A Bíblia Fala Hoje, ABU Editora, SP, 4ª Edição, 1994, especialmente Ef 1.1-14.
- 22- As Doutrinas da Graça, John Benton e John Peet, Série Crescimento, 1ª Edição, 1998, Editora Cultura Cristã, SP.
- 23- Teologia Sistemática, Louis Berkhof, Luz para o Caminho, 4ª Edição, Campinas, SP, 1996.
- 24- Introdução à Teologia do Novo Testamento, Alan Richardson, ASTE, SP, 1996.
- 25- Super Crentes – O Evangelho segundo Nenneth Hagin, Valnice Milhomes e os Profetas da Prosperidade- Paulo Romeiro, Mundo Cristão, SP, 1ª Edição, 1993.
- 26- O Evangelho da Prosperidade – Análise e Resposta- Alan B. Pieratt, Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1993.
- 27- Cristianismo Básico – O que significa ser um Verdadeiro Cristão- J. R. W. Stott, capítulo II: A Necessidade Humana, Edições Vida Nova, SP, 4ª Edição, 1998.
- 28- A Fé Cristã, Gustaf Alén, ASTE, SP, 1965, especialmente o capítulo IV: A Relação Cortada e Restaurada com Deus.
- 29- Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1983. Artigos: Presciência de P. Jacobs, e Providência e Predestinação, de H. Krienke.
- 30- História da Igreja Cristã, Robert Hastings, CEP, 1960, Edição revisada. Especialmente sobre “Os Arminianos”, pág. 170.
- 31- História da Igreja Cristã, W. Walker, ASTE, vol. I, 1967; especificamente: Agostinho, pág. 31, e Controvérsia Pelagiana, pág. 242.
- 32- História da Igreja Cristã, W. Walker, vol. II; sobre: Arminianismo, pág. 134 e João Calvino, pág. 69.

- 33- Documentos da Igreja Cristã, H. Bettenson, ASTE, 1967, sobre os títulos: O Ensino de Pelágio, pág. 87; A Doutrina de Agostinho, pág. 89; Pelagianismo, pág. 97; O Calvinismo, pág. 263; O Arminianismo, pág. 305.
- 34- Predestinação, R. E. O. White: Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã, vol. III, Edições Vida Nova, SP, 1990, pág. 170.
- 35- Predestinação, J. I. Packer; colaboração em: O Novo Dicionário da Bíblia, vol. III, Edições Vida Nova, SP, 1ª Edição, 1966, pág. 1309.
- 36- Eleição, J. I. Packer; colaboração em: O Novo Dicionário da Bíblia, vol. I. Edições Vida Nova, SP, 1966, pág. 487.
- 37- Nossa Suficiência em Cristo –Três Influências Letais, que Minam sua Vida Espiritual, John F. MacArthur Jr, Editora Fiel, SP, 1ª Edição, 1995, especialmente o capítulo 11, Graça Suficiente, pág. 199 a 215.
- 38- Election (eklektos), G. Schrenk em: Theological Dictionary of the New Testament, vol. IV Kittel, pág. 181.
- 39- A Fé Cristã Através dos Tempos, Bernhard Lohse, Editora Sinodal, 2ª Edição, 1981, São Leopoldo, RS; capítulo 4: Pelágio; Agostinho; A Controvérsia Pelagiana; A Controvérsia Semi-Pelagiana; págs 107 – 137.
- 40- Predestination, G. E. Mendenhall: The Interpreter's Dictionary of the Bible, Abingdon Press. Nashville, vol. III, pág. 869. O autor aqui é muito sintético, mas a matéria se completa no seu trabalho sobre a Eleição (Election) no vol. II.
- 41- Election, G. E. Mendenhall: The Interpreter's Dictionary of the Bible. Vol. II, New York - Abingdon Press – Nashville, USA, 1962, da pág. 76 a pág. 82, em coluna dupla.
- 42- Epistola de Pablo a los Romanos; Luis Bonnet y Alfredo Schroeder: Comentario del Nuevo Testamento, Casa Bautista de Publicaciones. Vol. III, 1982, 1ª Edição, págs. 109 a 138.
- 43- Idem, A Los Efesios, págs. 473 a 484.
- 44- O Pensamento da Reforma, Henri Strohl, ASTE, SP, 1963, ver o cap. VII: Do objeto da Fé, e nele, o item 5: A Onipotência de Deus.
- 45- Catecismo de Heidelberg, segundo J. C. Janse, em La Confesión de la Iglesia, Asociación Cultural de Estudios de la Literatura Reformada, 1970, Stichting Uitage Reformatorische Boeken, Rijswijk, Países Baixos.
- 46- J. I. Packer: Entre os Gigantes de Deus – Uma Visão Puritana da Vida Cristã- Ed. Fiel, SP, 1ª Ed., 1996